

RELATÓRIO & CONTAS

WWW.CARAVELASEGUROS.PT

2022

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
Órgãos Sociais	5
Relatório de Gestão	6
1. Introdução	7
2. Missão	7
3. Enquadramento Macroeconómico	8
4. Atividade da Caravela	14
5. Evolução para 2023	25
6. Considerações Finais	26
Relatório de Governo Societário	27
Política de Remunerações dos Colaboradores	35
Demonstrações Financeiras	
• Posição Financeira	38
• Ganhos e Perdas	42
• Variações do Capital Próprio	45
• Rendimento Integral	48
• Fluxos de Caixa	50
Anexo às Demonstrações Financeiras	53
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	
Certificação Legal de Contas	

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 começou com a expectativa de ver ultrapassadas as dificuldades e limitações que marcaram os anos de 2020 e 2021 na sequência da Pandemia COVID-19, mas teve logo no mês de fevereiro um acontecimento que apesar de constar nas matrizes de risco geopolítico das organizações todos tinham a expectativa que não acontecesse: o início de uma guerra na Europa.

O início da guerra na Ucrânia causou um impacto imediato na evolução macroeconómica mundial e consequentemente através de dois eixos com impacto direto na atividade seguradora: a subida da taxa de inflação e a subida da taxa de juro.

Se a estes dois fatores adicionarmos uma subida da taxa de frequência de sinistros, decorrente do aumento da atividade económica e da mobilidade, que rapidamente ultrapassou os níveis pré-pandemia de 2019, concluímos que o ano 2022 foi muito exigente no que respeita à capacidade de antecipação e de adaptação a uma realidade com enorme volatilidade.

Um dos exemplos mais marcantes de 2022 foi a greve que os prestadores de Assistência em Viagem iniciaram, no arranque do verão, na sequência do enorme aumento dos combustíveis, e que levou à insolvência de algumas dessas empresas. Com um enorme aumento da mobilidade, com um incremento do número de avarias, foi necessária muita agilidade e criatividade para manter a cadeia de serviço em padrões altos e com o mínimo impacto no serviço aos clientes. Uma palavra de apreço à nossa empresa M24, que na linha da frente durante os meses de elevada pressão se reinventou e impediu a descontinuidade nos padrões de serviço da Caravela.

Outro exemplo caracterizador da realidade de 2022 relativamente à pressão sobre o setor segurador foi a subida das taxas de juro. No imediato, o impacto sobre a carteira de obrigações, que constitui uma parte significativa dos ativos, é negativo com reflexo na Reserva de Reavaliação dos investimentos, que passou de +0,145 m€ em 2021 para -5,272 m€ no final de 2022.

Apesar deste contexto, a atividade da Caravela em 2022 registou um crescimento do volume de negócio de 12,4%, passando de 116 m€ de prémios emitidos para 131 m€, consolidando a 9ª posição no ranking do setor não vida em Portugal.

Os Resultados Líquidos cresceram 19,2%, passando de 3,4 m€ para 4,0 m€, apesar da já referida pressão verificada sobre a sinistralidade e sobre os ativos financeiros.

Em 2022 a Caravela consolidou o seu projeto de expansão internacional, com a presença em França, através da DUNE, e arrancando com o projeto na Grécia, através da Brokins. O desenvolvimento da área internacional permite a diversificação do crescimento e a procura de novas fontes de rentabilidade. Para 2023 temos um *pipeline* com mais de 15 novas oportunidades sobre as quais pretendemos implementar entre 3 a 5 novos projetos.

Paralelamente realizámos dois novos investimentos estratégicos e contribuirão a curto prazo para o aumento da performance e produtividade da Caravela:

- 1- A entrada no capital do Grupo Your, empresa especializada nos serviços de contabilidade e consultoria a PME's, permitirá não só contribuir para a afirmação deste grupo como líder no serviço de contabilidade em Portugal, mas também o aprofundamento das sinergias entre os serviços de contabilidade e a gestão do risco passível de ser transferido para apólices de seguro.
- 2- A entrada no capital da Instanda, empresa de software situado em Londres e especialista em

soluções para MGA's, permitirá estruturar todo o desenvolvimento de expansão internacional com uma plataforma eficiente e tecnologicamente avançada, para além de contribuir para a afirmação da empresa na liderança mundial de suporte a projetos de distribuição de seguros.

O ano de 2022 ficou também marcado pela transição para a regra contabilística IFRS-17, projeto que ficou concluído com sucesso.

Para 2023 enfrentamos três fortes desafios:

- a) A capacidade de continuar a refletir as tensões inflacionistas nos preços dos seguros, mantendo uma forte monitorização sobre o impacto nos custos.
- b) A manutenção dos níveis de crescimento através de novas oportunidades de negócio e reforço de rentabilidade na carteira existente.
- c) Gestão dinâmica do capital, procurando acomodar o crescimento do volume de negócio através da expansão europeia numa estratégia de resseguro eficiente.

Agradecemos a todos os *stakeholders* que compõem o nosso ecossistema o apoio e a contribuição para o desenvolvimento da atividade da Caravela, com particular destaque ao Grupo EXIS, à M24 e à Trueclinic, pois souberam não só interpretar o modelo operacional da Caravela, mas também contribuir com inovação e qualidade de serviço para a melhoria da "Experiência do Cliente".

Estas realizações têm como principais artífices o conjunto de colaboradores da Caravela que com a sua dedicação e empenho têm sabido contornar os obstáculos que vão aparecendo na rota.

Uma palavra de destaque aos empresários da mediação de seguros que temos connosco na nossa viagem e que são cada vez mais e com maior vínculo ao projeto.

Agradecemos à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões a colaboração e as sugestões apresentadas no acompanhamento da atividade da Caravela.

Uma nota final de apreço aos acionistas da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio que têm dado ao projeto, cujo objetivo maior é proporcionar aos clientes uma nova experiência na que respeita a seguros, marcado pela inovação e pela resposta aos novos desafios.

Apesar das vicissitudes de 2020 e 2021 com a Pandemia Covid-19, e um contexto de guerra em 2022, a Caravela está preparada para este novo normal, à conquista de novos mundos!

Luis Cervantes

ÓRGÃOS SOCIAIS

Em 31 de dezembro de 2022, a composição dos Órgãos Sociais da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. é a seguinte:

Assembleia Geral

- **Presidente** - Nuno Miguel Marques dos Santos Horta
- **Secretário** - Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

Conselho de Administração

- **Presidente** - Luís Filipe Sampaio Cervantes
- **Vice-Presidente** - David Angulo Rubio
- **Vogal** - António Manuel Nestor Ribeiro
- **Vogal** - Fabrizio Cesario
- **Vogal** - George Koulouris
- **Vogal** - Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa
- **Vogal** - José Paulo de Castro Trigo

Conselho Fiscal

- **Presidente** - Manuel Augusto Lopes de Lemos
- **Vogal** - Humberto Manuel Martins Carneiro
- **Vogal** - José Elísio Lopes da Silva Quintas - ROC nº 643
- **Suplente** - José António Truta Pinto Rabaça

Revisores Oficiais de Contas

- **Efetivo** - Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. - SROC nº 51, representada por Pedro Miguel Pires de Jesus - ROC nº 1930
- **Suplente** - Paulo Jorge Damião Pereira - ROC nº 1219

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Relatório de Gestão



1. Introdução

Do ponto de vista global, o abrandamento da crise pandémica motivado pelo desenvolvimento de vacinas eficazes para combater os efeitos e a proliferação do COVID-19 permitiam, no início de 2022 antever uma melhoria significativa das perspetivas económicas para o ano.

No entanto, com o início da ofensiva russa na Ucrânia, em fevereiro de 2022 e o consequente impacto na economia mundial e os seus reflexos na pressão inflacionista, o ano de 2022 veio a revelar-se um desafio para a economia mundial, para a economia nacional, para as empresas e para as famílias.

As perspetivas a médio prazo para a economia mundial são, no entanto, nitidamente melhores embora desiguais nas diferentes áreas do globo.

Fruto da incerteza ainda vivida, em 2022, o mercado segurador nacional apresentou um volume da produção de seguro direto de cerca de 12 mil milhões de euros tendo registado uma variação negativa, face a 2021, de 9,5%.

Esta evolução negativa teve um forte contributo do segmento Vida que registou uma variação do volume de produção de -21,8%, face a 2021.

Pela primeira vez, as quotas de mercado dos Ramos Vida e Não Vida foram de 50%. O mercado Não Vida representou 6,0 mil milhões de euros de volume de produção, tendo crescido 7,4%, em relação a 2021. Regista-se que foi o oitavo ano consecutivo de crescimento dos Ramos Não Vida.

A taxa de sinistralidade Não Vida do mercado manteve-se estável tendo passado de 58,4% em 2021 para 58,5% em novembro de 2022.

A Caravela - Companhia de Seguros, S.A. continuou o seu percurso de crescimento, com base num significativo conhecimento do mercado segurador português e suportado em projetos inovadores de parcerias internacionais. Este crescimento fica expresso num volume de prémios brutos emitidos de 130,8 milhões de euros no fim do exercício, o que representou um crescimento de 12,4% relativamente a 2021.

Este crescimento, a par do esforço de desenvolvimento tecnológico e melhoria contínua de processos, permitiu continuar a melhorar os níveis de produtividade da Caravela que em termos de prémios brutos emitidos por trabalhador melhorou 6,7% em relação a 2021.

2. Missão

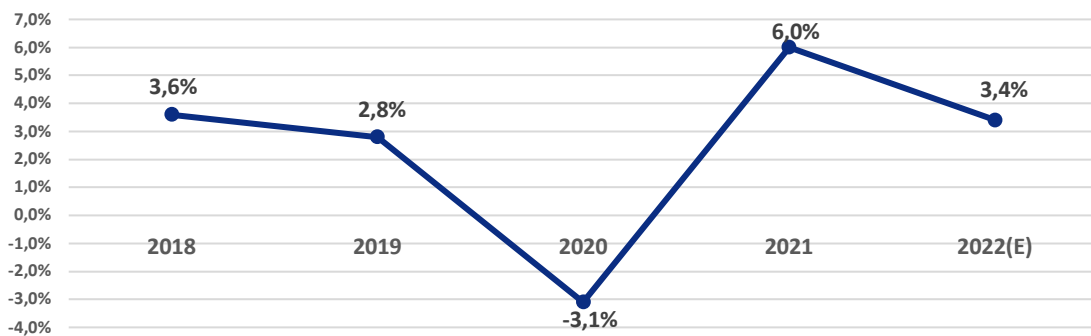
A Caravela além do objetivo de apoiar a construção de uma sociedade sustentável tem por missão defender valores fundamentais como sejam o profissionalismo, a integridade, a confiança, o rigor e a dedicação, assentes em parcerias com a mediação de qualidade e com todos os seus fornecedores e colaboradores sob o signo de sentimentos de pertença e partilha, para bem servir a comunidade na importante área da assunção de riscos.

3. Enquadramento Macroeconómico

3.1. Conjuntura Internacional¹

Após os últimos dois anos terem sido marcados pela pandemia de COVID-19, no ano de 2022 era previsto uma recuperação da economia mundial. Contudo, 2022 foi especialmente afetado por um contexto de persistente incerteza geopolítica, pela inflação elevada e o seu crescimento e pelas condições financeiras restritivas. De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), é estimado um crescimento do produto interno bruto mundial na ordem dos 3,4%, um decréscimo considerável face aos 6,0% registados em 2021.

Evolução do PIB Mundial



No decorrer de 2022, a incerteza geopolítica foi considerável devido à guerra da Rússia contra a Ucrânia e o seu povo, iniciada no princípio do ano. Como consequência da guerra, os mercados de produtos energéticos e de matérias-primas alimentares têm sido consideravelmente perturbados e os seus preços têm permanecido altos e instáveis. As economias de mercado emergentes são as mais afetadas quanto à incerteza na segurança alimentar resultante da guerra.

Particularizando algumas economias, destacam-se:

- Os Estados Unidos com crescimento da economia estimado em 2,0%, após contração moderada nos dois primeiros trimestres de 2022. A procura interna subjacente permaneceu fraca. A inflação global foi elevada em termos históricos, tendo atingido um pico, dado que os índices dos produtos energéticos e dos produtos alimentares registaram uma moderação;
- Na China é estimado um crescimento do PIB na ordem dos 3,0%, afetado essencialmente pelas alterações às políticas em matéria de COVID-19 e pela debilidade do setor imobiliário. Inicialmente, a economia recuperou no terceiro trimestre de 2022 com o levantamento gradual das medidas de contenção da COVID-19, após uma vaga de infeções em abril e maio. No entanto, em dezembro, o governo chinês inverteu imprevisivelmente a sua política de zero infeções com a COVID-19 e levantou a maior parte das restrições associadas à pandemia. No terceiro trimestre, o crescimento económico foi apoiado por uma recuperação do consumo e do investimento, devido a incentivos orçamentais;
- A economia do Japão registou uma contração inesperada no terceiro trimestre devido a importações fortes, enquanto a procura interna permaneceu relativamente sólida apoiada

¹ Fonte:

Fundo Monetário Internacional (Janeiro 2023) – “World Economic Outlook, January 2023”. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/01/31/world-economic-outlook-update-january-2023>

European Central Bank (No. 8 January 2023) – “Economic Bulletin”. Disponível em

<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/ecbu/eb202208.en.pdf>. Economic, financial and monetary developments (pp.3)

pelo levantamento das medidas de contenção relacionadas com a pandemia. Apesar destes acontecimentos, as projeções do crescimento do PIB para este país situam-se nos 1,4% em 2022, um ligeiro decréscimo face a 2021;

- O Reino Unido viu a sua atividade económica contrair de novo, consequência do abrandamento significativo do consumo e do investimento privado, causados pela inflação elevada nos preços no consumidor, pelo aumento dos custos dos empréstimos hipotecários e pelas condições financeiras restritivas. É estimado um crescimento da atividade económica de 4,1% em 2022;
- A economia da Rússia é marcada por uma grave recessão em 2022 e atualmente em curso. O PIB registou uma queda acentuada quando comparado com o nível registado antes da invasão. Nesta economia, destaca-se um decréscimo significativo das importações, em particular de países que aplicaram sanções, e das exportações, embora mais moderado. As sanções impactaram negativamente na capacidade de produção, no comércio internacional e na procura interna da Rússia. Relativamente à inflação, esta registou níveis elevados e assim deve permanecer. Para 2022, estima-se um decréscimo económico situado nos -2,2%, um valor consideravelmente mais baixo face aos 4,7% de 2021.

Relativamente ao ano de 2023, as projeções indicam um novo abrandamento da economia mundial, situando o crescimento do PIB em 2,9% em 2023, refletindo uma descida significativa do crescimento nas economias avançadas, incluindo os Estados Unidos e o Reino Unido. Contudo, projeta-se que algumas economias de mercado emergentes resistam melhor aos fatores adversos atuais, uma vez que são menos expostas a vulnerabilidades macrofinanceiras em comparação com anteriores ciclos de maior restritividade. Nos países da América Latina também é previsto um crescimento a um ritmo mais vagaroso. Na Rússia, a recessão deverá continuar a agravar.

A atividade económica na zona euro teve um comportamento semelhante ao panorama global, sendo estimado um crescimento económico de 3,5% para 2022. As principais causas desta contração na economia foram a crise energética, a elevada incerteza, o enfraquecimento da atividade económica mundial e as condições de financiamento mais restritivas.

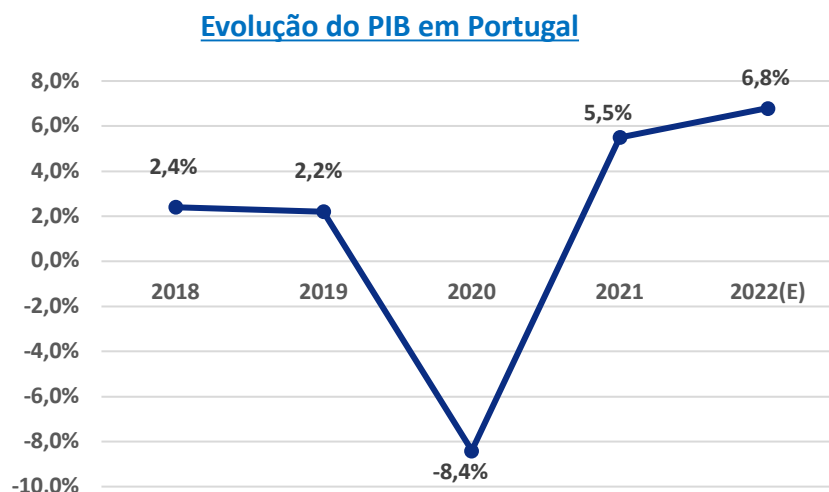
A inflação elevada e persistente, estimada em 8,8%, e as condições de financiamento mais restritivas têm afetado severamente os rendimentos reais das famílias e os custos têm sido cada vez mais elevados. O poder de compra na área do euro foi afetado pela anterior deterioração dos termos de troca, uma vez que se notou um aumento mais rápido dos preços das importações do que dos preços das exportações. Contudo, espera-se que o poder de compra recupere ligeiramente com a subida dos salários, apoiando o consumo, ainda que seja previsto um aumento do desemprego.

A nível energético, com as consequências da guerra na Ucrânia, a zona euro iniciou um plano que visa a redução da procura de gás russo, substituindo-o por fontes alternativas, pelo que se espera que sejam evitados cortes obrigatórios da produção relacionados com os produtos energéticos ao longo do horizonte de projeção, ainda que os riscos de perturbações do aprovisionamento energético permaneçam elevados, em particular para o inverno dos próximos anos.

Para 2023, os especialistas preveem uma recessão de curta duração e pouco profunda na zona euro no início do ano. As projeções indicam um fraco crescimento económico de 0,7% em 2023 e de 1,6% em 2024, segundo as projeções do FMI. No entanto, a longo prazo, projeta-se uma recuperação gradual da economia, à medida que o cenário causado pelos atuais fatores adversos for invertendo.

3.2. Conjuntura Nacional²

O crescimento da economia portuguesa deverá, em 2022, situar-se nos 6,8%, um resultado positivo após os dois últimos anos de crise pandémica, cujo crescimento se situou nos 5,5%, em 2021, e nos -8,4%, em 2020.



No primeiro trimestre do ano, a economia portuguesa registou uma recuperação esperada, numa tentativa de aproximação dos níveis pré-pandémica. Ainda que os acontecimentos externos, marcados por fatores adversos e atípicos, tenham tido uma influência negativa no crescimento da maioria das economias mundiais, a economia portuguesa mostrou um desempenho positivo no primeiro semestre do ano, salientando o mercado de trabalho e a taxa de desemprego que atingiu níveis historicamente mais baixos do que a média da zona euro. Contudo, os aumentos da inflação e das taxas de juro, que influenciam negativamente o rendimento real disponível, inverteram o cenário positivo do primeiro semestre e verificou-se uma desaceleração da atividade económica. Os efeitos resultantes deste abrandamento da economia viram-se atenuados devido ao bom desempenho do mercado de trabalho, à resiliência do consumo privado, bem como às medidas de apoio implementadas de apoio às famílias e às empresas.

Relativamente ao investimento, este registou um crescimento ligeiro, consequente da maior incerteza, dos constrangimentos da oferta e do aumento dos custos de financiamento. As exportações, especialmente serviços, recuperaram significativamente, ainda que tenham vindo a desacelerar ao longo do ano.

O aumento de 8% do consumo privado, impulsionou a procura interna, dando assim um contributo relevante para o crescimento da economia nacional. Este progresso foi efeito essencialmente da recuperação do consumo das famílias em bens duradouros e em bens correntes não alimentares e serviços, ambos com níveis acima dos registados na época pré-pandémica. Contudo, verificou-se uma redução do rendimento real disponível das famílias face ao aumento das despesas de consumo final, que foi sustentado pela redução parcial da poupança

² Fonte:
Banco de Portugal (dezembro 2022) – “Boletim Económico”.
Ministério das Finanças – “Relatório do Orçamento do Estado 2023”.

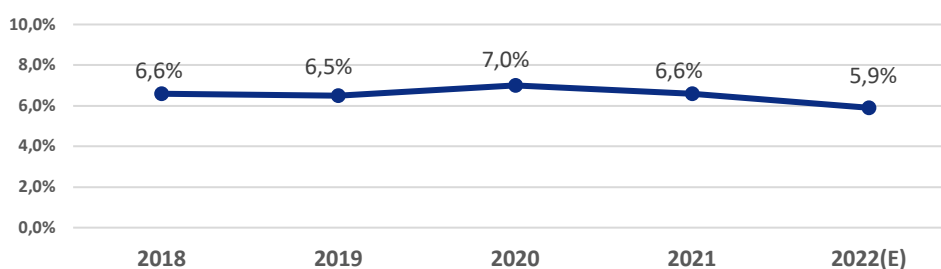
acumulada nos anos da pandemia. Deste modo, os níveis de poupança evidenciaram uma tendência descendente, tendo a taxa de poupança das famílias diminuído para 5,9%.

Em 2022, os níveis do défice orçamental diminuíram e situam-se abaixo da média da área do euro. Em relação à dívida pública em percentagem do PIB, situou-se nos 115,0% face a 125,5% em 2021, um comportamento continuamente descendente, embora elevado. As projeções indicam uma evolução favorável nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100% no horizonte de projeção, sendo previsto em 2023 um resultado de 110,8%, valor “pré-troika”.

A inflação elevada e persistente tem impactado negativamente a atividade e o rendimento, particularmente para as famílias de menores recursos. Em Portugal, a inflação atingiu os 8,1% em 2022, no entanto prevê-se que diminua gradualmente nos próximos anos para 5,8% em 2023 e 3,3% em 2024. A subida acentuada da inflação na zona euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a planear a normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro têm sido bastante notórios no custo de financiamento das empresas e famílias, contribuindo para conter as pressões inflacionistas.

Ao longo do ano de 2022, o comportamento do mercado de trabalho foi favorável, prevendo-se um crescimento anual do emprego de 2,3%. A taxa de desemprego apresentou um valor historicamente baixo, tendo diminuído para os 5,9%. Apesar deste cenário positivo, a percentagem de empresas com dificuldades na contratação de pessoal qualificado continua bastante elevada nos principais setores de atividade. Num cenário em que se verifica escassez de mão de obra, as empresas tendem a reter os trabalhadores. As projeções para os próximos anos traduzem-se numa estabilização da taxa de desemprego.

Evolução da taxa de desemprego em Portugal



As projeções para a economia portuguesa em 2023 apontam para um período de crescimento do PIB na ordem dos 1,5%, um valor bastante mais baixo do que em 2022, embora acima do que é projetado para a zona euro, na ordem dos 0,5%. Prevê-se que ao longo da primeira metade do ano se viva um cenário acentuado de incerteza global, em que os preços de energia se manterão elevados, com erosão do poder de compra, continuidade das limitações nas condições financeiras e decréscimo da procura externa. Devido a este cenário, é previsto que as famílias tenham comportamentos mais contidos relativamente às despesas. As empresas deverão ter algum adiamento dos planos de investimento e o nível das exportações deverá abrandar.

A partir da segunda metade de 2023, a atividade económica deverá ter um crescimento mais célere, influenciado pelo expectável abrandamento das tensões nos mercados energéticos, à recuperação gradual do rendimento real das famílias, à melhoria da procura externa e à normalização das cadeias de abastecimento globais.

3.3. Sistema Financeiro³

No ano de 2022, para a maioria das economias, a política orçamental manteve-se expansionista de modo a amenizar parcialmente os efeitos económicos negativos resultantes dos diversos fatores adversos ocorridos. Na área do euro, as medidas de apoio orçamental, com vista a proteger a economia do impacto dos preços elevados dos produtos energéticos, foram orientadas para a consecução de uma economia mais produtiva e à redução gradual da elevada dívida pública.

Relativamente às taxas de juros, contrariamente ao que havia sido previsto, foi notório o seu aumento, como consequência da inflação elevada e permanente. Segundo as estimativas do FMI, a inflação situou-se nos 8,8%, um valor bastante acima do objetivo. Nas economias avançadas, a inflação atingiu os 7,3% e espera-se um decréscimo para os 4,6% em 2023. Nas economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, a inflação atingiu os 9,9% em 2022, próximo da média global, e projeta-se que em 2023 atinja os 8,1%, sendo que o valor pré-pandemia se situou nos 4,9%. No caso dos países em desenvolvimento, a inflação foi cerca de 14,2% e prevê-se uma diminuição para os 8,6% em 2023. Com a finalidade de se alcançarem níveis que sejam suficientemente restritivos de modo a assegurar um retorno atempado da inflação ao objetivo de 2% a médio prazo, as previsões do Banco Central Europeu apontam para um contínuo aumento das taxas de juro, iniciado em 2022, de forma significativa e a um ritmo constante.

Em relação à evolução cambial, os Estados Unidos destacaram-se com uma forte valorização do dólar, enquanto o euro sofreu uma depreciação face ao dólar e em termos efetivos. Contudo, o euro fortaleceu-se globalmente em termos ponderados pelo comércio. Neste sentido, em 2022, a taxa de câmbio euro-dólar foi cerca de 1,05.

Em 2022, a taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa manteve-se inalterada face a 2021, situando-se nos 1,9%.

3.4 Tendências do setor segurador e perspetivas de evolução⁴

Em 2022, o cenário inverteu no setor segurador português face a 2021. O volume da produção de seguro direto foi cerca de 12 mil milhões de euros tendo tido uma variação negativa, face a 2021, de 9,5%.

³ Fonte

Banco de Portugal (dezembro 2022) – “Boletim Económico”.

European Central Bank (No. 8 January 2023) – “Economic Bulletin”. Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/ecbu/eb202208.en.pdf>.

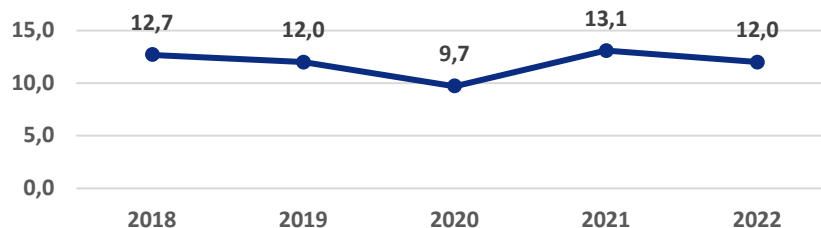
Fundo Monetário Internacional (janeiro 2023) – “World Economic Outlook, January 2023”. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/01/31/world-economic-outlook-update-january-2023>.

⁴ Fonte

APS – Produção de Seguro Direto 2022, Segurdata, a 2022.12

APS – Indicadores de Gestão – Custos com Sinistros, Segurdata, a 2022.11

**Evolução da produção de seguro direto
em mil milhões de euros**



Esta evolução negativa teve um forte contributo do segmento Vida, devido pelo contexto prolongado de baixas taxas de juro, em particular nos produtos financeiro. Este segmento registou uma variação de -21,8%, face ao período homólogo. É de realçar a modalidade de “Seguros e Operações Vida Ligados a Fundos de Investimento”, uma vez que foi onde se registou a maior queda, de 1,6 mil milhões de euros, traduzidos numa variação de -34,4% face a 2021. Contudo, esta modalidade atingiu os 3,1 mil milhões de euros de produção no final do ano, representando 25,3% do total da produção de 2022.

Pela primeira vez, cada ramo, Vida e Não Vida, representa uma distribuição da quota de mercado de 50%. No mercado Não Vida, o volume da produção de seguro direto foi superior a 6,0 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva de 7,4%, face a 2021, um crescimento contínuo pelo oitavo ano consecutivo.

A taxa de sinistralidade Não Vida aumentou ligeiramente, passando de 58,4% em 2021 para 58,5% em novembro de 2022.

Nos principais ramos do subsector Não Vida, registaram-se as seguintes evoluções:

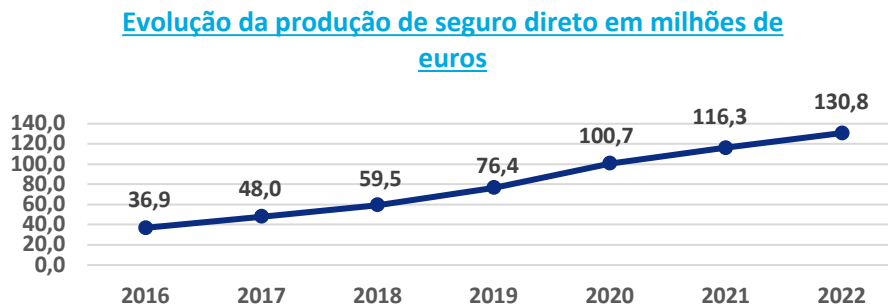
- O ramo Automóvel registou um crescimento superior aos últimos dois anos, na ordem dos 3,6%, cuja produção quase atingiu os dois mil milhões de euros. Registou-se uma oscilação negativa da taxa de sinistralidade, que passou de 58,5% para 61,7%;
- O ramo Doença manteve a tendência de crescimento dos últimos anos, com uma produção de cerca de 1,2 mil milhões de euros, traduzindo-se numa variação de 11,8% face a 2021. Este segmento representou em 2022 quase 10% da produção total de seguro direto e 19,1% do ramo Não Vida. A taxa de sinistralidade atingiu os 72,8%, face aos 72,0% de 2021;
- O ramo Acidentes de Trabalho manteve a propensão de crescimento já observada nos anos anteriores, com uma variação positiva de 6,4%, que se traduz numa produção acima dos mil milhões de euros. Verificou-se uma nova melhoria da taxa de sinistralidade, situando-se em 66,0% face aos 68,9% registados em 2021;
- O ramo Incêndio e Outros Danos, teve um comportamento muito semelhante ao ramo de Acidentes de Trabalho, tendo-se verificado um crescimento na ordem dos +7,4%. Ao nível de sinistralidade, este ramo atingiu em 2022 uma taxa de 43,3%, numa trajetória descendente face ao verificado em 2021, que foi de 45,6%;
- O Ramo Responsabilidade Civil Geral apresentou um crescimento de 11,0%, enquanto a sua sinistralidade se fixou em 31,6%, comparativamente aos 36,4% de 2021.

4. Atividade da Caravela

4.1. Principais Indicadores

A atividade da Caravela tem-se pautado, nos últimos anos, por um significativo e constante aumento da produção, um firme e sustentado equilíbrio dos seus indicadores de gestão e por um considerável crescimento dos resultados.

Nas rubricas de ganhos e perdas, os prémios brutos emitidos de seguro direto, líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento, de +12,4%, mantendo a tendência dos últimos anos e terminando 2022 com um total de 130.816 milhares de euros:



Referir que a taxa de sinistralidade, líquida de resseguro, apresentou um acréscimo de 3.6 p.p., face ao ano anterior.

Quanto às componentes do balanço, é de notar que o peso das provisões técnicas, que representam agora 97,9% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, teve um acréscimo de 13,5% face ao ano anterior, contribuindo para esta situação a influência do crescimento da Companhia.

Relativamente ao Capital Próprio, teve uma ligeira variação de -2,3%, face ao período homólogo. Esta variação negativa resulta essencialmente do impacto negativo de 6,3 milhões de euros na rubrica de Reserva de Reavaliação decorrente da evolução das taxas de juros em 2022.

O resultado líquido foi de 4.049 milhares de euros, representando 3,1% dos prémios brutos emitidos, dando assim continuidade à evolução do resultado líquido desde 2015.

Quanto ao rácio combinado verifica-se um ligeiro aumento do mesmo, atingindo os 97,9%, com um acréscimo de 2,4%, face a 2021, decorrente da pressão sobre a sinistralidade verificada em 2022. Realça-se que apesar deste ligeiro aumento, houve um decréscimo do rácio de exploração em 1.38 p.p..

No quadro seguinte discriminam-se os principais indicadores da Companhia:

Indicadores sintéticos

(U: milhares de euros)

	2022	2021	Δ 22/21%
Balanço			
Ativo líquido	206 474	177 203	16,5%
Capital próprio	57 183	58 550	-2,3%
Provisão para prémios não adquiridos	24 604	23 543	4,5%
Provisão para sinistros	103 148	76 607	34,6%
Provisão para sinistros líquido de resseguro	57 023	45 294	25,9%
Provisões técnicas	128 121	100 453	27,5%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	130 816	116 380	12,4%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	96 394	86 006	12,1%
Custos com sinistros de seguro direto	98 899	76 885	28,6%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	69 070	58 556	18,0%
Custos Operacionais	32 759	28 724	14,0%
Rendimentos	1 345	1 659	-18,9%
Resultado líquido	4 049	3 396	19,2%
Indicadores			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	934	875	6,7%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	76,8%	67,8%	13,3%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	71,7%	68,1%	5,2%
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	3,1%	2,9%	6,1%
Provisões para sinistros / prémios brutos emitidos	78,8%	65,8%	19,8%
Provisões técnicas / prémios brutos emitidos	97,9%	86,3%	13,5%
Resultado líquido / capital próprio	7,1%	5,8%	22,1%
Resultado líquido / capital social	9,1%	7,7%	19,2%
Rácio combinado	97,9%	95,6%	2,4%

4.2. Gestão Técnica

4.2.1. Produção e Apólices

A Caravela encerrou o exercício de 2022 com um volume de prémios brutos emitidos (PBE) de 130,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de produção de 14,4 milhões de euros e uma taxa de crescimento de +12,4%, relativamente ao valor apurado em 2021.

De referir que a quota de mercado, incluindo a atividade em Portugal e no Estrangeiro, cresceu de 2,0% em 2021 para 2,1% em 2022.

O crescimento orgânico e consolidado, verificado nos últimos anos, mantém-se sustentado nos segmentos de clientes particulares, pequenas e médias empresas e assente numa rigorosa e criteriosa subscrição de riscos, orientada para a rentabilidade de todas os ramos.

Foi mantida a boa performance, transversal a todos os ramos considerados estratégicos.

Em linha com os resultados do ano anterior, em 2022, acentuou-se o abrandamento no crescimento do ramo Automóvel, com uma taxa de crescimento de 5,0%, abaixo da taxa de crescimento da Caravela, ainda que, acima do crescimento deste ramo no mercado, que se fixou em 3,8%. Mas, por outro lado, destaca-se a evolução bastante positiva dos ramos de Acidentes e

Doença, Incêndio e Outros Danos e Responsabilidade Civil.

Este crescimento está suportado na continuidade da estratégia definida e que se baseia:

- No aumento da cadência da produção nova;
- No alargamento da rede de distribuição;
- Na subscrição de negócio de clientes particulares e micro e pequenas empresas;
- Na consolidação dos modelos de subscrição e distribuição no segmento de médias e grandes empresas, resultando numa forte captação de novo negócio enquadrado neste segmento.

Também contribuiu para o crescimento da carteira, em particular no ramo Incêndio e Multirriscos, o desenvolvimento da atividade comercial da Caravela no estrangeiro.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e variação dos prémios brutos emitidos por ramos, onde se confirma que, exceção feita aos ramos Marítimo e Mercadorias Transportadas, todos exibem evoluções positivas:

Estrutura e variação da produção

U: Euros

RAMOS	PBE		PBE	
	Δ	2022	Δ	2021
Acidentes e Doença	23,0%	39 095 261	21,8%	31 772 201
Incêndio e Outros Danos	27,8%	14 409 472	29,5%	11 273 602
Automóvel	5,0%	75 015 686	11,4%	71 428 781
Responsabilidade Civil Geral	25,5%	1 922 425	16,2%	1 532 182
Marítimo e Mercadorias Transportadas	-0,1%	372 959	-18,1%	373 474
TOTAL	12,4%	130 815 803	15,5%	116 380 240

Relativamente à estrutura dos prémios da carteira, a Caravela apresenta a mesma tendência da distribuição verificada no ano anterior, mantendo a predominância do peso dos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, respetivamente 58,8% e 27,2%, totalizando estes dois ramos 86,0% dos prémios em carteira.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura da carteira e o peso por ramos em 2021 e 2022:

Estrutura da carteira

U: Euros

RAMOS	CARTEIRA		CARTEIRA	
	2022	Peso	2021	Peso
Acidentes de Trabalho	37 285 203	27,2%	29 647 889	25,2%
Acidentes Pessoais	1 207 939	0,9%	931 698	0,8%
Automóvel	80 656 742	58,8%	74 382 445	63,3%
Incêndio e Multirriscos	14 382 789	10,5%	9 669 613	8,2%
Marítimo e Transporte	294 343	0,2%	268 558	0,2%
Responsabilidade Civil	1 944 325	1,4%	1 637 136	1,4%
Saúde	1 372 701	1,0%	1 001 542	0,9%
TOTAL	137 144 043	100,0%	117 538 880	100,0%

Efetuada uma análise ao número de apólices em carteira, mantém-se em 2022 a predominância

do peso dos ramos Automóvel e Incêndio e Multiriscos, respetivamente 82,7% e 11,0%, totalizando estes dois ramos 93,7% das apólices em carteira na Caravela.

No quadro seguinte, é apresentada a estrutura e número de apólices em vigor, no encerramento dos exercícios de 2021 e 2022:

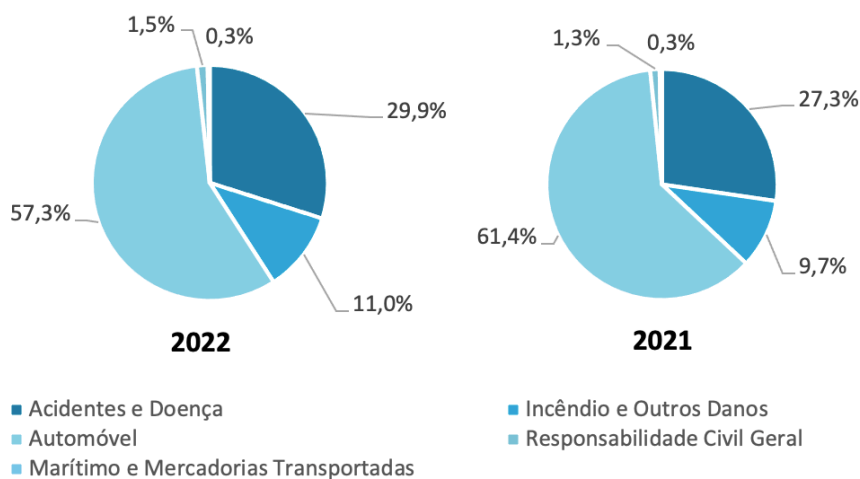
Distribuição da carteira em número de apólices

U: Euros

RAMOS	APÓLICES EM VIGOR			
	2022	Peso	2021	Peso
Acidentes de Trabalho	11 447	3,2%	10 303	3,0%
Acidentes Pessoais	2 724	0,8%	2 848	0,8%
Automóvel	292 454	82,7%	283 823	82,6%
Incêndio e Multiriscos	38 836	11,0%	39 102	11,4%
Marítimo e Transporte	1 303	0,4%	1 322	0,4%
Responsabilidade Civil	5 820	1,6%	5 641	1,6%
Saúde	1 050	0,3%	779	0,2%
TOTAL	353 634	100,0%	343 818	100,0%

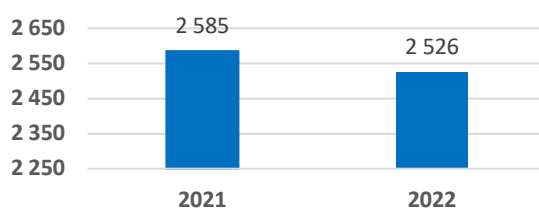
No quadro seguinte, apresenta-se o peso relativo dos vários ramos, na estrutura da carteira da Companhia dos exercícios de 2021 e 2022:

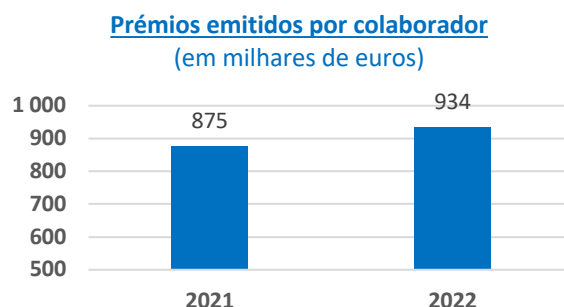
Estrutura da carteira em %



Esta evolução dá continuidade a uma melhoria da performance no que diz respeito à análise dos prémios por colaborador:

Número de apólices por colaborador





4.2.2. Sinistros

No ano de 2022, a taxa de sinistralidade da Caravela, calculada sobre prémios adquiridos, fixou-se em 76,8 %, correspondente a um aumento de 13,3 pp, em comparação com o exercício anterior em que havia atingido 67,8%.

Os custos com sinistros tiveram um aumento de 28,6 % (+22.014 milhares de euros) em relação ao exercício de 2021, totalizando 98.899 milhares de euros, antes de imputação de outros custos.

Em valor absoluto, foram os ramos de Acidentes e Doença, que mais contribuíram para o aumento dos custos com sinistros, 9.819 milhares de euros (+47,2%).

Na linha de negócio mais representativa, o ramo Automóvel, o aumento fixou-se em 8.754 milhares de euros (+17,9%).

Nos ramos de Incêndio e Outros Danos, a variação foi a mais elevada em termos relativos, 51,8%, resultado de um aumento de 3.383 milhares de euros nos custos.

Com menor expressão, o aumento de 246 milhares de euros (+55,2%) no ramo de Responsabilidade Civil Geral, e a redução de 188 milhares de euros (-73,4%) ao nível do ramo Marítimo e Mercadorias Transportadas.

Custos com sinistros

U: euros

RAMOS	2022	2021	Δ 22/21
Acidentes e Doença	30 616 933	20 797 255	47,2%
Incêndio e Outros Danos	9 908 336	6 525 974	51,8%
Automóvel	57 613 335	48 859 188	17,9%
Responsabilidade Civil Geral	692 625	446 411	55,2%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	68 139	256 244	-73,4%
TOTAL	98 899 368	76 885 072	28,6%

De forma detalhada, no quadro seguinte são apresentadas as taxas de sinistralidade pelos diversos grupos de ramos.

Taxa de sinistralidade

RAMOS	2022	2021	Δ 22/21
Acidentes e Doença	81,4%	68,2%	19,2%
Incêndio e Outros Danos	74,0%	65,3%	13,3%
Automóvel	77,4%	69,7%	11,0%
Responsabilidade Civil Geral	37,2%	29,9%	24,6%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	19,0%	68,4%	-72,3%
TOTAL	76,8%	67,8%	13,3%

O exercício de 2022, ano de retoma da normalidade após dois anos fortemente condicionados pelas medidas de combate à pandemia, apresentou um aumento no número de sinistros de 13,8% (+ 6.030 ocorrências), sendo o ramo Automóvel o que apresentou maior variação em termos absolutos, com um aumento de 4.234 processos (+12,4%), seguindo-se os ramos de Acidentes e Doença, com mais 1.681 processos (+30,6%).

Nos ramos de Incêndio e Outros Danos, a variação em relação ao exercício anterior, foi quase nula, com um aumento de apenas 13 ocorrências (+0,4%).

Com reduzido impacto, por serem os ramos menos representativos, em Responsabilidade Civil Geral, o número de sinistros aumentou 25,2% em valor relativo, 131 ocorrências em termos absolutos, enquanto no Marítimo e Mercadorias Transportadas foram registados apenas 48 sinistros.

Sinistros abertos

RAMOS	2022	2021	Δ 22/21
Acidentes e Doença	7 175	5 494	30,6%
Incêndio e Outros Danos	3 561	3 548	0,4%
Automóvel (*)	38 431	34 197	12,4%
Responsabilidade Civil Geral	651	520	25,2%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	48	77	-37,7%
TOTAL	49 866	43 836	13,8%

* Não inclui os sinistros de Assistência em Viagem

Em 2022, o aumento das apólices em vigor foi de apenas 2,9% em relação ao exercício anterior, enquanto a oscilação ao nível dos sinistros foi de 13,8 %, traduzindo-se assim num aumento da taxa de frequência.

Assim, o exercício de 2022 foi encerrado com uma taxa de frequência de sinistros global de 14,3%, ligeiramente acima do verificado no exercício anterior em que se fixou em 13,5 %, representando uma variação de 5,8 pp.

No entanto, no ramo Automóvel, o mais representativo de todas as linhas de negócio, o aumento da taxa de frequência foi de 4,2%.

Frequência de sinistros

RAMOS	2022	2021	Δ 22/21
Acidentes e Doença	49,2%	42,6%	15,7%
Incêndio e Outros Danos	9,1%	9,4%	-2,6%
Automóvel	13,3%	12,8%	4,2%
Responsabilidade Civil Geral	11,4%	9,9%	14,8%
Marítimo e Mercadorias Transportadas	3,7%	6,2%	-40,9%
TOTAL	14,3%	13,5%	5,8%

4.2.3. Resseguro

Na política de resseguro da Companhia existem Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como Resseguro Facultativo e outras modalidades de Resseguro adequadas à proteção dos riscos aceites.

O programa de resseguro, aprovado pela Caravela para o ano de 2022, sofreu uma pequena alteração na sua estrutura quando comparado com o ano anterior, em relação aos Resseguradores de 2021 envolvidos nos seus tratados, tendo-se verificado a entrada de um novo Ressegurador.

No que respeita aos tratados proporcionais, que englobam os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas e Engenharia, manteve-se a retenção na quota-parte e o limite de excedente negociado em 2021.

Relativamente aos tratados de Excesso de Perdas, que cobrem os ramos de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil Geral não sofreram qualquer alteração ao nível da prioridade, nem ao nível das capacidades, mantendo-se o limite anual agregado no Tratado Automóvel – Danos Próprios.

Os Resseguradores envolvidos são selecionados tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, assim como a sua prestação de serviços, acompanhamento e disponibilidade apresentada. Assim a Companhia decidiu manter, para a quase totalidade dos contratos, a Nacional Re como líder ficando, igualmente para a maioria dos tratados de resseguro, com 40% de participação.

Desta forma, nas renovações dos tratados, o *rating* mínimo exigido a um Ressegurador é de “A-”, de acordo com as agências de notação S&P e/ou AM Best. No quadro abaixo é apresentado o leque dos principais resseguradores, bem como o respetivo *rating* a 31/12/2022:

PAINEL DE RESSEGURO 2022	
Ressegurador	Rating S&P
Nacional Re (Líder)	A
CCR Re	AA
Helvetia	A
Qbe	A+
Hannover Re	AA-
R+V	A+
DEVK	A+
Covea	A+
Odyssey	A-

De referir, ainda, que ao nível do Resseguro Aceite, a Caravela manteve a sua política de não aceitação deste tipo de negócio.

4.3. Gestão Financeira

4.3.1. Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros, nomeadamente, os Ativos Mobiliários, cresceram 6.790 milhares de euros em 2022, traduzindo um crescimento de 6% face a 2021.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a OFI Asset Management, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos da Companhia, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer da EIOPA quer da Autoridade de Supervisão nacional.

No quadro seguinte é apresentado o resumo da situação, registada a 31 de dezembro de 2022:

Carteira de ativos

(U: milhares de euros)

CARTEIRA DE ACTIVOS	2022			2021			Var 22/21 %
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	
1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO							
Ativos Mobiliários							
Dívida Pública (1)	7 281	7%	6%	11 179	10%	9%	-35%
Obrigações Diversas (1)	47 292	45%	37%	46 662	43%	39%	1%
Ações e Fundos de Investimentos	18 176	17%	14%	5 446	5%	5%	234%
Empréstimos Concedidos	429	0%	0%	50	0%	0%	763%
Liquidez (2)	30 968	30%	24%	44 386	41%	37%	-30%
Sub-total	104 146	100%	82%	107 722	100%	90%	-3%
Outros Ativos não Mobiliários							
Imóveis	19 671		16%	9 049		8%	117%
Sub-total	19 671		16%	9 049		8%	117%
TOTAL (1)	123 817		98%	116 772		98%	6%
2. INVESTIMENTO OPERACIONAL							
Equipamento, Mobiliário e Material	2 674		2%	2 930		2%	-9%
TOTAL (2)	2 674		2%	2 930		2%	-9%
TOTAL (1) + (2)	126 491		100%	119 701		100%	6%

Obsv:

(1) Valorização com juros decorridos

(2) Depósitos a Prazo e à Ordem com juros decorridos e Fundos de tesouraria

A exposição a títulos de dívida pública diminuiu 35%, face a 2021, enquanto a exposição a ações e fundos de investimento cresceu 12.731 milhares de euros. De salientar, também, o investimento em imóveis, tendo tido uma variação de 117% face a 2021. Esta exposição, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, registou uma variação de -30%, face a 2021, devido ao investimento registado em imóveis, estando, no entanto, em linha com os parâmetros de risco e gestão de capital.

4.3.2. Resultados dos Investimentos Financeiros

(U: milhares de euros)

	2022	2021	VAR 22/21%
Rendimentos de investimentos	1 423	1 133	25,7%
Ganhos ou perdas de investimentos	-78	526	-114,9%
MARGEM FINANCEIRA	1 345	1 659	-18,9%

Os resultados financeiros apresentam, em 2022, um decréscimo, face ao período homólogo, de 314 milhares de euros, devido, essencialmente, a uma menor realização de mais-valias, salientando-se, no entanto, o acréscimo dos rendimentos gerados de 25,7%.

Realce para o facto de não se ter registado qualquer imparidade durante os últimos sete anos em ativos financeiros, demonstrando a elevada prudência na escolha das aplicações que compõem a carteira de investimentos da Caravela.

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 0,9%.

4.4. Custos de Exploração

4.4.1. Custos por Natureza a imputar

O total de custos por natureza a imputar, atingiu os 16.482 milhares de euros, o que representa um aumento de 14,5%, face a 2021, devido a um aumento generalizado das rubricas de gastos.

Custos por natureza

(U: milhares de euros)

Custos por Natureza	2022	2021	VAR 22/21%
Custos com o Pessoal	7 306	6 731	8,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	6 240	4 915	27,0%
Impostos e Taxas	1 272	1 059	20,1%
Amortizações do Exercício	1 368	1 357	0,8%
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	-
Juros Suportados	21	26	-20,0%
Comissões	275	308	-10,5%
Total	16 482	14 396	14,5%

4.4.2. Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal registou um acréscimo de 5,3%, tendo passado de 133 para 140 efetivos. O resumo das admissões e das saídas registadas em 2021 e em 2022 é apresentado no quadro abaixo.

A exemplo do que tem acontecido em exercícios anteriores, salienta-se o aumento de 6,7% do rácio de prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo devido, essencialmente, ao crescimento da produção.

	2022	2021	VAR 22/21%
<i>Efetivos no início do período</i>	133	129	3,1%
<i>Entradas</i>	12	10	20,0%
<i>Saídas</i>	5	6	-16,7%
Efetivos no final do período	140	133	5,3%

(U: milhares de euros)

Prémios brutos emitidos / nº de empregados	934	875	6,7%
---	------------	------------	-------------

A distribuição do quadro de pessoal da Companhia, por idade e género, era a seguinte:

Distribuição etária por género em 2022

Faixa etária	Homens	Mulheres
até 30 anos	11	6
De 31 a 40 anos	15	13
De 41 a 50 Anos	25	39
De 51 a 60 Anos	16	9
Mais de 61 anos	5	1
Total	72	68
Idade média	44 anos	

4.5. Governance

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora que adotou um novo regime de Solvência, data esta definida na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Como já foi mencionado em exercícios anteriores, a entrada em vigor do regime de Solvência II elevou de modo muito significativo a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar N.º 8/2016-R, de 16 de agosto, alterada pela Norma Regulamentar N.º 10/2020-R, de 3 de novembro, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com RJASR.

No domínio da solvência II, no decurso de 2022, foram desenvolvidas diversas ações, das quais se destacam as seguintes:

- Participação nas sessões do Grupo de Trabalho “Gestão de Riscos e Atuariado” da Comissão Técnica “Economia e Finanças” da Associação Portuguesa de Seguradores;
- Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades de supervisão, referentes à posição de final de ano com data de referência de 31 de dezembro de 2021 e numa base trimestral para o último trimestre de 2021 e os três primeiros trimestres de 2022;
- Reporte à ASF do Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2021, previsto no artigo 35.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 21.º do RJASR e nos artigos 304.º a 314º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;

- Divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira relativo ao ano de 2021, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do RJASR e nos artigos 290.º a 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão;
- Reporte à ASF do Relatório ORSA 2022, referente ao quinquénio 2022-2026.

4.6. Estimativa da Margem de Solvência

A Companhia calculou os rácios de Solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) para o dia 31 de dezembro de 2022 e para o dia 1 de janeiro de 2023, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

O rácio de capital de solvência, verificado em 2022, teve uma evolução desfavorável face ao período homólogo, passando de 204% para 175%. Este rácio foi influenciado pelo aumento do requisito de capital originado pelo crescimento orgânico da Caravela e pela estratégia de investimento com impacto no risco de mercado.

Com estes valores, a Companhia supera confortavelmente o objetivo de capital e, conseqüentemente, o requisito regulamentar.

O quadro abaixo apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital de Solvência II, em cada uma daquelas datas:

Requisito de capital de solvência

(U: milhares de euros)

	31.12.2021	31.12.2022	01.01.2023
Fundos Próprios Elegíveis	50 928	56 131	56 057
Capital Social	44 388	44 388	44 388
Requisito de Capital de Solvência	24 936	32 070	32 070
Ajustamento por Impostos	-6 721	-6 721	-6 721
Risco Operacional	3 403	3 864	3 864
Requisito de Capital de Base	28 254	34 927	34 927
Efeito de diversificação	-13 352	-17 375	-17 375
Soma das componentes de risco	41 606	52 302	52 302
Risco de Mercado	8 288	13 286	13 286
Risco de incumprimento da contraparte	3 478	3 508	3 508
Risco de subscrição saúde	10 028	13 271	13 271
Risco de subscrição não vida	19 812	22 236	22 236
Rácio de Solvência	204,2%	175,0%	174,8%

O quadro seguinte apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital para cálculo do capital mínimo de solvência (MCR), nas mesmas datas:

Requisito de capital mínimo exigido

(U: milhares de euros)

	31.12.2021	31.12.2022	01.01.2023
Fundos Próprios Elegíveis	48 874	54 277	54 184
Requisito de Capital Mínimo	11 221	13 803	13 803
Rácio de Capital Mínimo	435,6%	393,2%	392,5%

4.7. Capital Social e Resultado

4.7.1. Evolução do Capital Social

O capital social da Caravela, foi aumentado por deliberação da Assembleia Geral de 9 de julho de 2019 e consequente autorização da ASF em 17 de dezembro de 2019, para 44.388.315,20 euros, tendo em dezembro de 2021 sido realizada a última prestação no valor de 10.000.000,00 euros. Assim, a 31 de dezembro de 2022 o capital social mantém-se em 44.388.315,20 de euros, totalmente subscrito, realizado e representado por 79.056.677 ações sem valor nominal.

4.7.2. Resultado do Exercício de 2022

O resultado bruto apurado no final de 2022 foi de 4.211.655,95 euros, o qual deduzido dos impostos sobre o rendimento estimados conduziu a um resultado líquido de 4.048.889,17 euros, representando um acréscimo de 19,2% em relação ao valor verificado no exercício anterior.

O Conselho de Administração entende dever propor a seguinte aplicação do valor apurado:

- 404.888,92 euros (10 % do Resultado Líquido) para a conta de Reserva Legal;
- 3.644.000,25 euros, o valor restante, para a conta de Reservas Livres.

Com a aprovação da aplicação dos resultados nos termos propostos, o Capital Próprio da Companhia fixar-se-á em 57.182.652,24 euros.

5. Evolução para 2023

O contexto macroeconómico atual, principalmente ao nível da taxa de inflação e da subida das taxas de juro, coloca uma pressão sobre a rentabilidade no curto prazo.

Nesse sentido, o alargamento e desenvolvimento de novas fontes de crescimento são caminhos decisivos, a par da monitorização da rentabilidade do *portfolio* em vigor.

Do ponto de vista regulatório, a implementação da IFRS17 e a evolução de critérios cada vez mais alinhados com as melhores práticas ESG, lançam novos desafios aos *stakeholders* para 2023.

As principais prioridades para 2023 são:

- Manter um elevado nível de qualidade na satisfação das necessidades dos nossos clientes;
- Desenvolver Novos modelos de desenvolvimento de negócio, aprofundando as parcerias estratégicas existentes e alargando o âmbito de atuação a outras geografias dentro da União Europeia;
- Manter a adequação da política de Investimentos Financeiros a um contexto de volatilidade da inflação e das taxas de juro;
- Continuar o aprofundamento da estratégia de distribuição digital B2B2C, em estreita colaboração com os nossos parceiros, dando sequência aos resultados observados decorrentes do modelo MyCaravela;
- Sendo a responsabilidade social um objetivo intrínseco à atividade seguradora, é intenção da Caravela, num momento socialmente complicado como aquele em que vivemos, manter o seu empenhamento em implementar princípios orientadores nas áreas de bem-estar social e ambiental, quer a nível interno quer estendendo essa ação à comunidade, adotando

progressivamente as políticas ESG (*Environmental, Social and Governance*).

6. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Agentes e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva no desenvolvimento e na vida da Companhia.

Regista igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal pela disponibilidade para o acompanhamento e aconselhamento concedidos no decorrer do exercício.

O Conselho de Administração reitera o agradecimento à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões por todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o exercício ora terminado.

Lisboa, 13 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração,

Luís Cervantes
Presidente

David Angulo
Vice-Presidente

António Nestor Ribeiro
Vogal

Fabrizio Cesario
Vogal

George Koulouris
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa
Vogal

Paulo Trigo
Vogal

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Relatório de Governo Societário



1. Introdução

A Caravela - Companhia de Seguros, S.A., elabora o seu Relatório de Governo Societário, de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis no mercado.

2. Estrutura Acionista

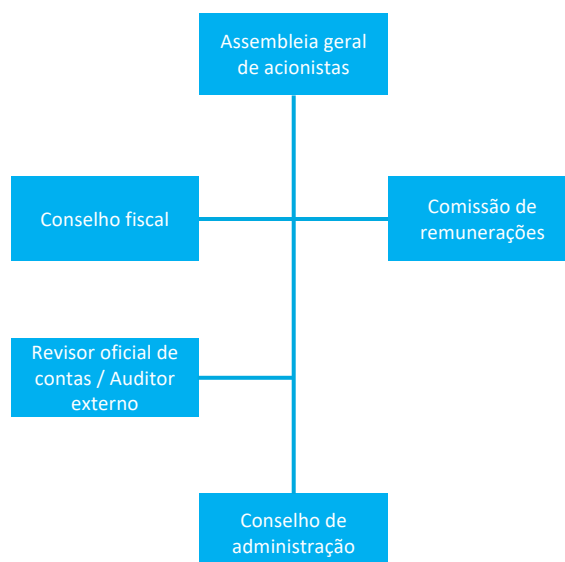
O capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, é de 44.388.315,20 euros, representado por 79.056.677 ações, sem valor nominal, conferindo essas ações direitos idênticos a todos os acionistas.

3. Estrutura de Governo

O modelo de governo da sociedade, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização segue o tradicional modelo latino e é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal
- Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo

O organigrama abaixo, apresenta essa estrutura organizacional:



Ainda de acordo com o art.º 11.º dos Estatutos da Sociedade, a gestão corrente é assegurada por um Conselho de Administração composto por sete membros, nomeados pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

Assim, o atual Conselho de Administração que tem um mandato de 2019 a 2022, é composto por sete administradores, sendo um deles Presidente, outro Vice-presidente e cinco Vogais.

O Conselho de Administração, como órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade.

Nos termos do art.º 12.º dos estatutos da Caravela cabe-lhe, em especial:

- A gestão da Sociedade, praticando todos os atos que se enquadrem no seu objeto social;
- A aquisição, oneração e alienação de todos os bens e direitos da Sociedade;
- A celebração de quaisquer contratos de financiamento e a realização de outras operações de crédito;
- A definição da organização e dos métodos de trabalho da Sociedade;
- A aprovação dos planos anuais e respetivos orçamentos;
- A delegação dos seus poderes a um ou mais dos seus membros e/ou procuradores;
- A criação de conselhos consultivos;
- A execução e o cumprimento das disposições legais, bem como das deliberações da Assembleia Geral.

A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos, de entre os quais pelo menos um deverá possuir formação superior adequada ao exercício das suas funções e um membro suplente, com mandatos iguais aos do Conselho de Administração, sendo também reelegíveis.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é determinada pela Comissão de Remunerações que é composta por três membros - sendo um deles o Presidente - designados pela Assembleia Geral e também eles por períodos de quatro anos, com possibilidade de reeleição.

4. Remunerações dos órgãos sociais

A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização segue a política de remuneração aprovada pela Comissão de Remunerações.

Os membros dos órgãos de administração poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável atribuída em função dos resultados líquidos da Companhia.

A Comissão de Remunerações deve reunir em sessão plenária, sempre que seja necessária a discussão e fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no contrato de prestação de serviços e obedece à prática corrente do mercado.

5. Composição dos Órgãos Sociais

5.1. Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral tinha, em 31 de dezembro de 2022, a seguinte composição:

- Presidente: Nuno Miguel Marques dos Santos Horta
- Secretário: Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

5.2. Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração era a seguinte:

- Presidente: Luís Filipe Sampaio Cervantes
- Vice-Presidente: David Angulo Rubio
- Vogal: António Manuel Nestor Ribeiro
- Vogal: Fabrizio Cesario
- Vogal: George Koulouris
- Vogal: Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa
- Vogal: José Paulo de Castro Trigo

A seguir apresenta-se quer a qualificação profissional dos membros do Conselho de Administração quer a sua atividade profissional nos últimos anos:

Luís Cervantes - Presidente

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Economia
 - . Pós-Graduação em Gestão de Riscos e Produtos Derivados
- Atividade nos últimos anos:
 - . Diretor do BES (1993-2005)
 - . Administrador da Crediflash (2004-2006)
 - . Assessor de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade (2005-2006)
 - . Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros AXA Portugal (2006-2010)
 - . Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros Seguro Direto Gere (2008)
 - . Administrador da Sabseg Seguros (2010-2017)
 - . Presidente do Conselho de Administração da AAA-SGPS, S.A. (novembro 2016-junho 2017)
 - . Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

David Angulo - Vice-Presidente

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Administração de Empresas
 - . Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Analista Financeiro da Gescapital, S.A. (1992-1993)
 - . Diretor de Divisão do Bankinter, S.A. (1993-1996)
 - . Diretor Financeiro da Aegon Union Asseguradora (1997-2001)
 - . Diretor Geral da Aegon Union Asseguradora (2001-2005)
 - . Diretor Geral de Seguros do Santander UK Bank, plc (2005-2007)
 - . Chairman da AVIVA plc, London and Madrid (2007-2014)
 - . Chairman Executivo da Dunas Capital España, S.S. (2014-)
 - . Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

António Nestor Ribeiro - Vogal

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Engenharia de Sistemas e Informática
 - . Mestre em Informática - Sistemas distribuídos, Arquitetura de Computadores e Comunicações por Computador
 - . Doutorado em Informática - Fundamentos da Computação
- Atividade nos últimos anos:
 - . Diretor Adjunto do curso da Licenciatura em Engenharia Informática (2008-2010)
 - . Membro da Comissão de Curso da Licenciatura em Ciências da Computação (2008-2010)
 - . Membro do Conselho Pedagógico da Escola de Engenharia (2010-2013)
 - . Diretor da Licenciatura em Engenharia Informática (2010-2013)
 - . Diretor Adjunto do Departamento de Informática (2012-2016)
 - . Membro da Comissão Diretiva do Departamento de Informática (2010-2016)
 - . Professor auxiliar da Universidade do Minho
 - . Administrador fundador da MobiComp (2008)
 - . Co-fundador da iMobileMagic (2011-2016)
 - . Vice-presidente do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2019)
 - . Vogal do Conselho de Administração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Fabrizio Cesario - Vogal

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Economia
 - . Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Analista Financeiro da Rothschild Itália (1992-1995)
 - . Diretor Executivo/Diretor Geral/Vice-Presidente do Lehman Brothers Europe (1995-2008)
 - . Diretor Geral da Lazard Capital International Limited (2009-2010)
 - . Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2010-2017)
 - . Partner do Toscafund Asset Management (2017-)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

George Koulouris - Vogal

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Economia
 - . Mestrado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Analista/Associado da UBS, AG London (1999-2002)
 - . Associado do Credit Suisse, AG London (2003-2005)
 - . Vice-Presidente das Instituições Financeiras do Deutsche Bank AG London (2006-2007)
 - . Supervisor/Chefe da Divisão de M&A do Marfin Investment Group Holding, S.A. (2007-2013)
 - . Partner da Anacap Financial Partners LLP, London (2013-2017)
 - . Partner do Toscafund Asset Management (2017-)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2019-)

Gonçalo Ramos e Costa - Vogal executivo

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Administração de Empresas
- Atividade nos últimos anos:
 - . Gestor de Marketing na Lusitania (1993-1998)
 - . Diretor de Marketing na Lusitania (1998-2001)
 - . Administrador-delegado da Moçambique-Companhia de Seguros S.A. com sede em Maputo (2001-2004)
 - . Administrador da Moçambique - Companhia de Seguros, S.A. (2004-2014)
 - . Diretor coordenador da Direção Financeira, Administrativa e de Património da Lusitania (2007-2014)
 - . Diretor Geral da AAA - SGPS (2014-2017)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

Paulo Trigo - Vogal executivo

- Qualificação académica:
 - . Licenciado em Engenharia Civil
 - . Pós-graduado em Engenharia e Segurança Industrial
 - . Cursos de Analista de Riscos, Técnico de Prevenção e Segurança e Técnico de Prevenção de Incêndios em empresas industriais
- Atividade nos últimos anos:
 - . Diretor do Gabinete de Análise de Riscos na Tranquilidade (1990-1998)
 - . Diretor coordenador da Direção de Exploração Regional Norte na Tranquilidade (1998-2005)
 - . Diretor coordenador da Direção de Grandes Clientes da Tranquilidade (2005-2014)
 - . Administrador-Delegado da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2014-2017)
 - . Administrador da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

5.3. Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do art.º 413.º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei:

Os membros do Conselho Fiscal são os seguintes:

- Presidente: Manuel Augusto Lopes de Lemos
- Vogal: Humberto Manuel Martins Carneiro
- Vogal: José Elísio Lopes da Siva Quintas, ROC n.º 643
- Suplente: José António Truta Pinto Rabaça

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 31 de dezembro de 2022, era a Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por:

- Efetivo: Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., SROC n.º 51, representada por Pedro Miguel Pires de Jesus - ROC n.º 1930
- Suplente: Paulo Jorge Damião Pereira, ROC n.º 1219

5.4. Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações era composta pelos seguintes três elementos:

- Presidente: Fabrizio Cesario
- Vogal: George Koulouris
- Vogal: António Nestor Ribeiro

Os membros da Comissão de Remunerações não são remunerados, não tendo qualquer vínculo familiar entre eles.

6. Remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art.º 29º da lei n.º 28/2009 de 1 de 19 de setembro)

As remunerações base dos membros dos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas nos quadros seguintes:

6.1. Agregado

U: Euros

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Assembleia Geral	1 250,00	0,00	1 250,00
Conselho de Administração	645 176,25	0,00	645 176,25
Conselho Fiscal	14 400,00	0,00	14 400,00
TOTAL	659 576,25	0,00	659 576,25

6.2. Individual

U: Euros

Assembleia Geral	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Nuno Miguel Marques dos Santos Horta	1 250,00 €	0,00 €	1 250,00 €
TOTAL	1 250,00	0,00	1 250,00

U: Euros

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Luís Filipe Sampaio Cervantes	211 485,00	0,00	211 485,00
David Angulo Rubio	50 000,00	0,00	50 000,00
Gonçalo Lopes da Costa de R. e Costa	197 935,00	0,00	197 935,00
José Paulo de Castro Trigo	185 756,25	0,00	185 756,25
TOTAL	645 176,25	0,00	645 176,25

U: Euros

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total Anual
Manuel Augusto Lopes de Lemos	7 200,00	0,00	7 200,00
Humberto Manuel Martins Carneiro	3 600,00	0,00	3 600,00
José Elísio Lopes da Silva Quintas	3 600,00	0,00	3 600,00
TOTAL	14 400,00	0,00	14 400,00

7. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59.º e 60.º do DL n.º 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo D.L. n.º 224/2008 de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. Os valores pagos em 2022, incluindo o IVA foram os seguintes:

U: Euro

Descrição dos Honorários contratados com o Revisor Oficial de Contas	Valor
Solvência II	18 450
Revisão Oficial Contas	61 500
TOTAL	79 950

8. Participação dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Seguradora (Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Nome	Número de ações detidas a 31/12/2022
Luís Filipe Sampaio Cervantes (participação através da Âncoras de Júpiter Unipessoal, Lda.)	3 288 760
António Manuel Nestor Ribeiro (participação através da Blue Wave S.A.)	1 540 606

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Política de Remuneração dos Colaboradores



1. Introdução

A política de remuneração da Caravela - Companhia de Seguros, S.A., tem como objetivo que todos os seus colaboradores tenham uma retribuição de acordo com as funções que desempenham e com o efetivo resultado da sua atividade.

A remuneração dos trabalhadores da Caravela engloba obrigatoriamente uma componente fixa, podendo em algumas funções ser também considerada uma componente variável.

Em termos práticos, a componente fixa resulta da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho afetos ao setor segurador, sendo adequada ao pagamento do trabalho realizado.

A política global de remuneração tem em conta o diferente contributo dos diversos órgãos e funções para a concretização dos objetivos anuais ou plurianuais da Caravela.

Neste pressuposto, as funções são descritas e avaliadas através de metodologias e critérios de avaliação específicos, que garantem transparência e isenção em linha com as melhores práticas do mercado em termos de credibilidade e de fiabilidade no alinhamento dos objetivos e apuramento dos resultados.

As bandas existentes permitem garantir o respeito pela equidade interna ao nível da política de remuneração e igualmente servem de garante relativamente à remuneração fixa e à eventual remuneração variável.

O ajustamento dos fundamentos da política de remuneração tem necessariamente como referência, quer a situação económica nacional, quer a estratégia a curto e médio prazo da Caravela, referenciais determinantes e basilares para uma justa e correta implementação dessa política.

2. Enquadramento legal

Esta política é baseada no cumprimento da legislação e regulamentação em vigor, das quais se destacam os seguintes diplomas:

- Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Circular n.º 6/2010, de 1 de abril (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015;
- Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação das Empresas de Seguros.

Tem, também, como base um prudente e adequado controlo, de forma a evitar situações de conflito de interesses, sendo coerente com as políticas de crescimento, rentabilidade e produtividade definidas pelos acionistas da Sociedade.

3. Competência

A política de remuneração dos trabalhadores deve ser proposta pelo Departamento de Recursos Humanos, para posterior aprovação do Conselho de Administração, sendo revista anualmente.

4. Divulgação

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

5. Componentes da remuneração

Os colaboradores da Caravela poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável, cujos principais pressupostos serão:

- Equilíbrio entre as duas remunerações, de forma a um planeamento fácil e claro da parte variável;
- A remuneração variável deverá resultar de um sistema de objetivos e desempenho que dará um enfoque especial aos objetivos da Caravela que devem ser claros, precisos, determináveis e exequíveis.

6. Outros benefícios

Além do mencionado anteriormente, os colaboradores da Caravela auferem também os seguintes benefícios:

- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Seguro de Acidentes Pessoais;
- Seguro de Saúde;
- Seguro de Vida;
- Prémio de Permanência, definido no Acordo de Empresa subscrito e publicado em 2022;
- Apoios definidos para o acréscimo de despesas em teletrabalho.

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Demonstrações Financeiras

Demonstração da posição financeira



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (1/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2022	Exercício			Exercício anterior
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ACTIVO				
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8 771 762,38		8 771 762,38	6 015 600,62
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11 190 510,63		11 190 510,63	5 000,00
	Activos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00		0,00	0,00
	Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
5	Activos disponíveis para venda	89 748 784,03	175 258,14	89 573 525,89	104 668 081,01
3.2.2	Empréstimos e contas a receber	3 278 258,24	0,00	3 278 258,24	2 898 564,78
	Depósitos junto de empresas cedentes	0,00		0,00	0,00
3.2.2	Outros depósitos	2 849 440,24		2 849 440,24	2 848 864,78
3.2.2	Empréstimos concedidos	428 818,00		428 818,00	49 700,00
	Contas a receber	0,00		0,00	0,00
	Outros	0,00		0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios	19 670 910,40	0,00	19 670 910,40	9 049 484,16
	Terrenos e edifícios de uso próprio	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios de rendimento	19 670 910,40		19 670 910,40	9 049 484,16
8	Outros activos tangíveis	2 673 884,94	1 345 601,46	1 328 283,48	1 684 467,08
	Inventários	86 028,71		86 028,71	87 521,26
	Goodwill	0,00		0,00	0,00
3.4-10	Outros activos intangíveis	6 676 795,68	3 204 614,50	3 472 181,18	3 438 511,08
4.1.3	Provisões técnicas de resseguro cedido	49 179 768,61	0,00	49 179 768,61	34 016 490,44
4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	3 055 519,12		3 055 519,12	2 703 377,90
	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
4.1.1-4.1.3	Provisão para sinistros	46 124 249,49		46 124 249,49	31 313 112,54
	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00		0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00		0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0,00		0,00	0,00
3.9.1-11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	17 597 379,13	1 125 300,13	16 472 079,00	14 156 669,68
3.8.1-3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por operações de seguro directo	12 801 115,54	1 125 300,13	11 675 815,41	12 602 160,03
3.9.1-4.4-11	Contas a receber por outras operações de resseguro	3 976 753,93	0,00	3 976 753,93	1 033 419,55
3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por outras operações	819 509,66	0,00	819 509,66	521 090,10
20	Activos por impostos	2 704 898,85	0,00	2 704 898,85	846 774,21
20	Activos por impostos correntes	1 134 942,39		1 134 942,39	804 778,41
20	Activos por impostos diferidos	1 569 956,46		1 569 956,46	41 995,80
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	746 411,90		746 411,90	335 442,19
	Outros elementos do activo	0,00		0,00	0,00
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00		0,00	0,00
	TOTAL ACTIVO	212 325 393,50	5 850 774,23	206 474 619,27	177 202 606,51

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (2/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2022	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
4.1.3	Provisões técnicas	128 121 059,49	100 453 241,17
3.7.1-4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	24 603 667,44	23 543 053,97
	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
3.7.2-4.1.3	Provisão para sinistros	103 147 552,96	76 607 070,88
	De vida	0,00	0,00
4.1.3	De acidentes de trabalho	56 005 491,34	42 318 685,93
4.1.3	De outros ramos	47 142 061,62	34 288 384,95
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00	0,00
3.7.4-4.1.3	Provisão para desvios de sinistralidade	342 208,40	303 116,32
3.7.3-4.1.3	Provisão para riscos em curso	27 630,69	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	0,00
3.2.3.	Outros passivos financeiros	2 421 295,33	1 908 130,29
	Derivados de cobertura	0,00	0,00
	Passivos subordinados	0,00	0,00
3.2.3	Depósitos recebidos de resseguradores	1 362 594,69	529 947,07
3.2.3-3.8.6	Outros	1 058 700,64	1 378 183,22
3.6-19	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	199 115,56	174 400,46
3.9.2	Outros credores por operações de seguros e outras operações	12 512 023,98	10 560 690,80
3.9.2	Contas a pagar por operações de seguro directo	6 561 905,35	5 810 825,20
3.9.2	Contas a pagar por outras operações de resseguro	5 026 285,25	3 966 639,53
3.9.2	Contas a pagar por outras operações	923 833,38	783 226,07
20	Passivos por impostos	4 288 145,11	3 992 467,25
20	Passivos por impostos correntes	4 288 145,11	3 950 437,63
20	Passivos por impostos diferidos	0,00	42 029,62
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	1 750 327,56	1 563 341,98
	Outras Provisões	0,00	0,00
	Outros elementos do passivo	0,00	0,00
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	0,00
	TOTAL PASSIVO	149 291 967,03	118 652 271,95
	CAPITAL PRÓPRIO		
21	Capital	44 388 315,20	44 388 315,20
	(Acções Próprias)	0,00	0,00
	Outros instrumentos de capital	0,00	0,00
22	Reservas de reavaliação	-6 802 326,17	186 798,33
22	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-46 647,67	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-6 755 678,50	186 798,33
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0,00
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0,00
	De diferenças de câmbio	0,00	0,00
22	Reserva por impostos diferidos	1 530 523,39	-42 029,62
22	Outras reservas	13 879 683,39	10 483 975,59
21	Resultados transitados	137 567,26	137 567,26
	Resultado do exercício	4 048 889,17	3 395 707,80
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	57 182 652,24	58 550 334,56
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	206 474 619,27	177 202 606,51

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Demonstrações Financeiras

Conta de Ganhos e Perdas



CONTAS DE GANHOS E PERDAS (1/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2022	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		97 017 806,39		97 017 806,39	86 158 692,35
12	Prémios brutos emitidos		130 815 802,89		130 815 802,89	116 380 233,56
	Prémios de resseguro cedido		32 769 206,53		32 769 206,53	28 434 625,99
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		2 004 929,14		2 004 929,14	2 948 975,30
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		976 139,17		976 139,17	1 162 060,08
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		0,00		0,00	0,00
4.1.1	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		72 518 997,71		72 518 997,71	61 520 208,11
4.1.1	Montantes pagos		64 325 384,36		64 325 384,36	52 241 312,98
4.1.1	Montantes brutos		76 527 611,48		76 527 611,48	64 105 269,71
4.1.1	Parte dos resseguradores		12 202 227,12		12 202 227,12	11 863 956,73
4.1.1	Provisão para sinistros (variação)		8 193 613,35		8 193 613,35	9 278 895,13
4.1.1	Montante bruto		25 820 595,32		25 820 595,32	15 744 505,43
4.1.1	Parte dos resseguradores		17 626 981,97		17 626 981,97	6 465 610,30
4.1.3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		66 722,77		66 722,77	36 050,25
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				0,00	0,00
	Montante bruto				0,00	0,00
	Parte dos resseguradores				0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00		0,00	0,00
12-17	Custos e gastos de exploração líquidos		22 457 693,90		22 457 693,90	20 823 408,97
12-17	Custos de aquisição		25 053 689,98		25 053 689,98	21 732 922,21
12-17	Custos de aquisição diferidos (variação)		-320 317,72		-320 317,72	379 159,93
12-17	Gastos administrativos		3 966 174,26		3 966 174,26	3 713 508,73
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		6 241 852,62		6 241 852,62	5 002 181,89
13	Rendimentos		1 423 128,99	0,00	1 423 128,99	1 132 530,87
13	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		1 423 128,99	0,00	1 423 128,99	1 132 530,87
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.5	Gastos financeiros		290 066,32	0,00	290 066,32	313 286,41
3.9.5	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		290 066,32	0,00	290 066,32	313 286,41
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

CONTAS DE GANHOS E PERDAS (2/2)

U: Euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2022	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
14	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		-80 016,48	0,00	-80 016,48	469 118,58
14	De activos disponíveis para venda		-80 016,48	0,00	-80 016,48	469 118,58
	De empréstimos e contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		0,00	0,00	0,00	0,00
15	Perdas de imparidade (líquidas reversão)		-1 546,86	0,00	-1 546,86	-57 038,54
15	De activos disponíveis para venda		-1 546,86	0,00	-1 546,86	-57 038,54
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras provisões (variação)		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.4	Outros rendimentos/gastos		0,00	1 182 670,89	1 182 670,89	-1 584 091,97
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		3 028 985,06	1 182 670,89	4 211 655,95	3 540 334,63
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		0,00	160 204,05	160 204,05	134 007,84
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		0,00	2 562,73	2 562,73	10 618,99
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3 028 985,06	1 019 904,11	4 048 889,17	3 395 707,80

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Demonstrações Financeiras

Demonstração de variações do
capital próprio



DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

U: Euros

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2021	44 388 315,20	186 798,33	-42 029,62	2 417 514,25	8 066 461,34	137 567,26	3 395 707,80	58 550 334,56
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
21	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	44 388 315,20	186 798,33	-42 029,62	2 417 514,25	8 066 461,34	137 567,26	3 395 707,80	58 550 334,56
	Aumentos/reduções de capital								0,00
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-46 647,67						-46 647,67
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-6 942 476,83						-6 942 476,83
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			1 572 553,01					1 572 553,01
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				339 570,78	3 056 137,02	-3 395 707,80		0,00
	Distribuição de lucros/prejuízos								0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio								0,00
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						3 395 707,80	-3 395 707,80	0,00
	Total das variações do capital próprio	0,00	-6 989 124,50	1 572 553,01	339 570,78	3 056 137,02	0,00	-3 395 707,80	-5 416 571,49
21	Resultado líquido do período							4 048 889,17	4 048 889,17
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2022	44 388 315,20	-6 802 326,17	1 530 523,39	2 757 085,03	11 122 598,36	137 567,26	4 048 889,17	57 182 652,24

U: Euros

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2020	34 388 315,20	1 639 102,35	-368 792,03	2 021 549,12	4 502 775,18	940 792,89	3 959 651,29	47 083 394,00
	Correcções de erros (IAS 8)								0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)								0,00
21	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	34 388 315,20	1 639 102,35	-368 792,03	2 021 549,12	4 502 775,18	940 792,89	3 959 651,29	47 083 394,00
	Aumentos/reduções de capital	10 000 000,00							10 000 000,00
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-1 452 304,02						-1 452 304,02
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos			326 762,41			-803 225,63		-476 463,22
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados				395 965,13	3 563 686,16	-3 959 651,29		0,00
	Distribuição de lucros/prejuízos								0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio								0,00
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas						3 959 651,29	-3 959 651,29	0,00
	Total das variações do capital próprio	10 000 000,00	-1 452 304,02	326 762,41	395 965,13	3 563 686,16	-803 225,63	-3 959 651,29	8 071 232,76
21	Resultado líquido do período							3 395 707,80	3 395 707,80
	Distribuição antecipada de lucros								0,00
	Demonstração da posição financeira a 31-12-2021	44 388 315,20	186 798,33	-42 029,62	2 417 514,25	8 066 461,34	137 567,26	3 395 707,80	58 550 334,56

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Demonstrações Financeiras

Demonstração do
rendimento integral



DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

U: Euros

<i>Notas do Anexo</i>	<i>Total</i>	<i>Total</i>
	<i>Exercício</i>	<i>Exercício anterior</i>
Resultado líquido do exercício	4 048 889,17	3 395 707,80
Outro rendimento integral do exercício	-8 515 029,84	-1 779 066,43
Activos financeiros disponíveis para venda	-6 942 476,83	-1 452 304,02
22 Ganhos e perdas líquidos	-6 942 476,83	-1 452 304,02
Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	0,00	0,00
Imparidade	0,00	0,00
Alienação	0,00	0,00
22 Impostos	1 572 553,01	326 762,41
Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Outros movimentos	0,00	0,00
Total do rendimento integral líquido de impostos	-4 466 140,67	1 616 641,37

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos
fluxos de caixa



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

U: Euros

	<i>Exercício</i>	<i>Exercício anterior</i>		
Actividades Operacionais:				
Recebimento de clientes	139 414 112	118 645 546		
Pagamentos a fornecedores	-6 106 711	-5 796 061		
Pagamentos ao pessoal	-5 690 334	-6 711 280		
Contribuições para o fundo de pensões	-76 710	-63 482		
Fluxo gerado pelas operações	<u>127 540 357</u>	<u>106 074 723</u>	127 540 357	106 074 723
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-205 707	-397 173		
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional:				
Pagamentos de sinistros	-71 149 207	-61 140 567		
Recebimentos/pagamentos de resseguro	-11 534 940	-9 396 799		
Recebimentos/pagamentos de co-seguro	164 864	194 998		
Recebimentos/pagamentos de outros impostos e taxas	-18 435 978	-14 990 072		
Outros recebimentos/pagamentos	-9 754 599	-5 330 847		
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	<u>16 624 789</u>	<u>15 014 263</u>	16 624 789	15 014 263
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		0		
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-5 396	-23 109	-5 396	-23 109
Fluxo das actividades operacionais (1)	<u>16 619 393</u>	<u>14 991 154</u>	16 619 393	14 991 154
Actividades de Investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	37 536 520	53 533 486		
Activos Tangíveis	0	0		
Activos Intangíveis	0	0		
Subsídios de investimento	0	0		
Juros e proveitos similares	727 015	1 085 039		
Dividendos	43 720	283 305		
Outros recebimentos relativos à actividade de investimento	5 754 144	57 039	5 754 144	54 958 869
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	51 315 855	69 218 590		
Activos Tangíveis	155 043	7 645 319		
Activos Intangíveis	887 073	1 933 566		
Outros pagamentos relativos à actividade de investimento	5 122 438	213 726	5 122 438	79 011 202
Fluxo das actividades de investimento (2)	<u>-13 419 010</u>	<u>-24 052 333</u>	-13 419 010	-24 052 333
Actividades de Financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	0	0		
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0	10 000 000		
Subsídios e doações	0	0		
Venda de acções próprias	0	0		
Cobertura de prejuízos	0	0		
Outros recebimentos relativos à actividade de financiamento	0	0	0	10 000 000
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	0	0		
Amortização de contratos de locação financeira	62 800	77 499		
Juros e custos similares	2 360	6 012		
Dividendos	0	0		
Redução de capital e prestações suplementares	0	0		
Aquisição de acções próprias	0	0		
Outros pagamentos relativos à actividade de financiamento	379 118	444 278	379 118	120 422
Fluxo das actividades de financiamento (3)	<u>-444 278</u>	<u>9 879 578</u>	-444 278	9 879 578
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)			2 756 105	818 399
Efeito das diferenças de câmbio			0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período			8 864 465	8 046 066
Caixa e seus equivalentes no fim do período			<u>11 620 570</u>	<u>8 864 465</u>

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Anexo às
Demonstrações
Financeiras



1. Informações Gerais

A Caravela – Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Caravela ou Companhia, é uma sociedade anónima registada com o NIPC 503640549, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, que resultou da alteração da denominação social da Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A. em 8 de janeiro de 2015, conforme registo efetuado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

A Companhia foi constituída em 1996 sob a denominação social de Euresap – Euresa Portugal Companhia de Seguros S.A., que foi alterada no ano de 2001 para Companhia de Seguros Sagres, S.A. e no ano de 2010 para Macif Portugal – Companhia de Seguros, S.A., tendo em 12 de novembro de 2014 sido adquirida na sua totalidade pela Sociedade AAA, SGPS, S.A.

No dia 26 de junho de 2017 teve lugar a transmissão das 26.600.000 ações do Acionista AAA, SGPS, S.A., representativas de 100% do capital social, a diversos Acionistas e, adicionalmente, foi efetuado um aumento de capital, no montante de 6.000.101,96€, através da emissão de 14.509.472 novas ações ao valor unitário de 0,413530€.

Por decisão da Assembleia Geral realizada no dia 9 de julho de 2019, foi efetuado um aumento de capital no dia 18 de dezembro de 2019, no montante de 30.000.000,00€, mediante a emissão de 37.947.205 novas ações sem valor nominal, tendo sido realizado, em dinheiro, em dezembro de 2019 o montante de 10.000.000,00€, em dezembro de 2020 igual valor de 10.000.000,00€, e em dezembro de 2021 foi realizado o restante montante de 10.000.000,00€, tendo ficado concluída a operação da realização integral do capital social da Caravela.

O capital social da Companhia é representado por 79.056.667 ações nominativas sem valor nominal, no montante total de 44.388.315,20€, sendo detido em 48% pelo Acionista TPIF Douro BidCo S.à.r.l. com 37.947.205 ações, e que vem exercendo o controlo da Companhia desde o exercício de 2019.

Com sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro, nº 14, a Caravela dispõe de escritórios no Porto, Leiria e Faro, exercendo a atividade de seguros e resseguros dos ramos Não Vida, mediante a autorização nº 1133 concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O volume de prémios do seguro direto da Companhia atingiu o montante de 130.816 mil euros, correspondente a um aumento de 12,4% face ao ano anterior (116.380 mil euros em 2021), sendo o ramo Automóvel o que continua a ter maior expressão, com 68.063 mil euros de prémios brutos emitidos, representando 52,0% do volume total de prémios (55,6% em 2021), seguido do ramo de Acidentes de Trabalho com 36.685 mil euros de prémios brutos emitidos, correspondendo a 28,0% do total (25,5% em 2021).

Todos os valores do presente Anexo às Demonstrações Financeiras estão expressos em euros, com arredondamento à unidade pelo que as possíveis diferenças identificadas em alguns quadros decorrem deste arredondamento.

As Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2022 foram analisadas pelo Conselho de Administração em reunião de 23 de janeiro de 2022.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras vão ser submetidos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a realizar no dia 24 de março de 2023.

2. Informação por Segmentos

A totalidade do negócio da Companhia é proveniente de contratos de seguro dos ramos Não Vida, celebrados em Portugal e em países membros da União Europeia, sendo a distribuição por linhas de negócio em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentada na página seguinte:

									2022
									U: Euro
Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL	
Prémios brutos emitidos	39 096 977	14 378 951	68 063 613	151 659	217 676	1 909 160	6 997 767	130 815 803	
Prémios resseguro cedido	11 617 896	11 809 969	9 058 660	102 870	151 865	27 947	0	32 769 207	
Prémios brutos adquiridos	38 774 076	13 350 327	67 611 073	149 225	204 919	1 857 782	6 863 471	128 810 874	
Prémios brutos adquiridos de resseguro	11 555 293	10 904 773	9 060 955	104 209	142 538	25 224	76	31 793 067	
Resultado dos Investimentos	832 269	44 130	158 530	734	205	5 909	12 816	1 054 593	
Custos com sinistros brutos	32 427 028	10 107 303	52 868 343	-2 065	71 846	729 091	6 146 660	102 348 207	
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	12 697 513	11 082 851	6 030 401	-12 757	31 201	0	0	29 829 209	
Variação de outras provisões técnicas	30 439	657 055	0	-420	3 265	409	-26	690 721	
Custos e gastos de exploração brutos	10 670 582	3 741 758	12 955 255	28 119	45 348	497 687	136 799	28 075 549	
Comissões e participação nos resultados de resseguro	1 868 277	3 947 015	343 954	32 648	50 107	-150	0	6 241 853	
Resultado técnico	-511 207	3 013 434	-740 594	40 006	23 436	611 132	592 778	3 028 985	
Outros rendimentos/gastos não técnicos								1 182 671	
Resultado não técnico								1 182 671	
Resultado antes de impostos								4 211 656	
Provisões técnicas de seguro directo	58 386 423	15 370 004	53 219 010	242 241	73 010	1 967 361	4 322 907	133 580 956	
									2021
									U: Euro
Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL	
Prémios brutos emitidos	31 777 141	11 243 946	64 702 116	152 690	217 743	1 515 703	6 770 896	116 380 234	
Prémios resseguro cedido	10 734 916	8 955 224	8 433 209	121 408	162 222	27 646	0	28 434 626	
Prémios brutos adquiridos	31 499 278	9 958 407	63 566 669	144 246	225 534	1 491 747	6 545 378	113 431 258	
Prémios brutos adquiridos de resseguro	10 708 648	7 822 494	8 430 949	115 479	167 426	27 646	-76	27 272 566	
Resultado dos Investimentos	601 879	105 763	570 380	3 302	988	22 025	41 065	1 345 402	
Custos com sinistros brutos	22 247 377	6 734 982	45 502 131	183 881	71 193	484 312	4 625 899	79 849 775	
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	9 575 817	5 036 640	3 449 311	197 002	29 648	41 150	0	18 329 567	
Variação de outras provisões técnicas	4 335	184 050	0	2 071	-1 821	0	27	188 661	
Custos e gastos de exploração brutos	8 692 577	2 971 208	13 340 255	31 228	57 984	371 110	208 616	25 672 980	
Comissões e participação nos resultados de resseguro	1 288 642	3 290 582	320 914	48 354	53 481	209	0	5 002 182	
Resultado técnico	1 312 679	678 657	633 939	60 244	14 869	672 062	1 751 977	5 124 427	
Outros rendimentos/gastos não técnicos								-1 584 092	
Resultado não técnico								-1 584 092	
Resultado antes de impostos								3 540 335	
Provisões técnicas de seguro directo	43 900 467	8 922 211	46 626 744	263 292	80 155	1 792 457	3 383 496	104 968 822	

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

O resumo que apresentamos de seguida sobre novas normas e alterações às normas IFRS em vigor, pretende dar nota sintética sobre os principais impactos das alterações publicadas pelo IASB e o seu respetivo status de endosso pela União Europeia, com referência a 31 de dezembro de 2022.

Alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2022

IAS 16 – ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico (“narrow scope amendments”) publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Com esta alteração a IAS 16 – ‘Ativos fixos tangíveis’ passa a proibir a dedução dos montantes recebidos como contraprestação, por itens vendidos que resultaram da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis (“outputs”), ao valor contabilístico desses mesmos ativos.

A contraprestação recebida pela venda dos “outputs” obtidos durante a fase de testes dos ativos fixos tangíveis deve ser reconhecida em resultados do exercício, de acordo com os normativos aplicáveis, assim como os gastos diretamente relacionados.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.
Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

IFRS 3 - ‘Referências à Estrutura Conceptual’

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico (“narrow scope amendments”) publicadas pelo IASB em maio de 2020.

Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, no que se refere à identificação de um ativo ou de um passivo no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, sem introduzir alterações aos requisitos contabilísticos para o registo das concentrações de atividades empresariais.

Esta alteração clarifica ainda que na aplicação do método da compra, os passivos e passivos contingentes devem ser analisados à luz da IAS 37 e/ou IFRIC 21 e não conforme a definição de passivo da Estrutura conceptual, e que os ativos contingentes da adquirida não podem ser reconhecidos numa concentração de atividades empresariais.

Esta alteração é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho.
Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

IAS 37 - ‘Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato’

Esta norma faz parte das alterações de âmbito específico (“narrow scope amendments”) publicadas pelo IASB em Maio de 2020.

Esta alteração especifica quais são os custos que a entidade deve considerar quando está a avaliar se um contrato é ou não oneroso. Apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites, e estes podem incluir: a) os custos incrementais para cumprir o contrato como a mão-de-obra direta e materiais; e b) a alocação de outros gastos que se relacionem diretamente com o cumprimento do contrato, como por exemplo a alocação dos gastos de depreciação de um dado ativo fixo tangível utilizado para realizar o contrato.

Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver

lugar à reexpressão do comparativo. Qualquer impacto deverá ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados nessa mesma data.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

IFRS 16 - ‘Locações – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021’

A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – ‘Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’ de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022.

As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que: i) caso o locatário já esteja a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar a extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º. 2021/1421, de 30 de agosto. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de abril de 2021, tendo sido permitida a adoção antecipada em 2021, contingente à adoção da primeira alteração à IFRS 16 – ‘Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19’, em 2020.

Ciclo anual de melhorias 2018-2020

IFRS 1 - ‘Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez’

As subsidiárias que se tornem adotantes das IFRS pela primeira vez após a sua empresa-mãe, e que optem por mensurar os seus ativos e passivos com base nos valores contabilísticos expressos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, podem mensurar as diferenças de transposição acumuladas para todas as operações expressas em moeda estrangeira, pelos valores que seriam apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, com base na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022

IFRS 9 - ‘Desreconhecimento de passivos financeiros’ – custos incorridos a incluir no teste dos “10 por cento” de variação

Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deve-se determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos, considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra. Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

IFRS 16 - 'Incentivos de locação'

A melhoria introduzida corresponde à alteração do exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, de forma a eliminar uma inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos atribuídos pelo locador ao locatário.

Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

IAS 41 - 'Tributação e mensuração de justo valor'

Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais, da mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – 'Justo valor'. Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/1080, de 28 de junho. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022.

Alterações às normas e novas normas efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023

IAS 1 - 'Divulgação de políticas contabilísticas'

Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo".

A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras.

As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas.

O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2022/357, de 2 de março. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

IAS 8 - 'Divulgação de estimativas contabilísticas'

Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2022/357, de 2 de março. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

IFRS 17 - 'Contratos de seguro'

A IFRS 17 substitui a IFRS 4 – "Contratos de seguro", a norma que vigora de forma interina desde 2004. A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos

resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. A IFRS 17 não se aplica aos tomadores de seguro.

No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro, que deverá ser tratada no âmbito de outras normas (ex.: IFRS 15 ou IFRS 9).

De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro.

A IFRS 17 prevê que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e 3 | Alterações às normas e novas normas, efetivas em ou após 1 de janeiro de 2023 forneça informações sobre os ganhos do contrato de seguro que a entidade espera reconhecer no futuro.

A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”).

No âmbito da aplicação da IFRS 17 as entidades devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre: a) as quantias reconhecidas nas suas demonstrações financeiras relativas a contratos de seguro; b) os julgamentos significativos, e as alterações dos mesmos, utilizados no quadro da aplicação da IFRS 17; e c) a natureza e a extensão dos riscos resultantes de contratos de seguro.

A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com isenções previstas para a data de transição.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2021/2036, de 19 de novembro.

Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

IAS 12 - ‘Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação’

A IAS 12 passa a exigir que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes com os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais.

Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos.

O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2022/1392, de 11 de agosto. Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

IFRS 17 - ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa’

Esta alteração aplica-se somente às entidades seguradoras na sua transição para a IFRS 17, permitindo a adoção de um *overlay* na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9.

A alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, no que respeita à informação comparativa que deve ser apresentada aquando da aplicação inicial da IFRS 17, estando prevista:

- a) A sua aplicação individual para cada ativo financeiro;
- b) A apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados ao ativo financeiro, no entanto sem a exigência da aplicação dos requisitos de imparidade da IFRS 9; e
- c) A obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, de modo a determinar como a seguradora espera que esse ativo financeiro seja classificado, consoante a classificação da IFRS 9.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Regulamento (UE) N.º 2022/1491, de 8 de setembro.

Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023.

Alterações às normas publicadas pelo IASB, ainda não endossadas pela UE

IAS 1 - ‘Passivos não correntes com *covenants*’

Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro.

Se uma entidade espera, e tem o direito, à data de relato, de refinarçar ou fazer o *roll over* de um passivo negociado no âmbito de uma linha de crédito, por pelo menos doze meses após o período de relato, classifica a obrigação como não circulante, mesmo que, de outra forma, fosse devido dentro de um prazo mais curto.

No entanto, se a entidade não tem o direito discricionário de refinarçar ou efetuar o *roll over* (por exemplo, não há acordo para refinarciamento), a entidade deve classificar o passivo como um passivo corrente.

A alteração à IAS 1 clarifica que os *covenants* que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente, mesmo que a sua verificação pela entidade credora apenas ocorra após a data de relato (ex: quando o *covenant* é baseado na posição da situação financeira à data de relato).

Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a *covenants* é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem -se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como:

- a) o valor contabilístico dos passivos;
- b) a natureza dos *covenants* e as datas de cumprimento; e
- c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos *covenants* nas datas devidas.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Pendente de endosso.

Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.

IFRS 16 - 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'

Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (*sale & leaseback*) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes’, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de maneira a que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Regulamento de Endosso pela União Europeia Pendente de endosso.

Data de eficácia Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.

Base de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras da Caravela em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os valores das contas da Demonstração da Posição Financeira e da Conta de Ganhos e Perdas dos exercícios de 2022 e 2021 são comparáveis entre si, encontrando-se as Demonstrações Financeiras preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adotadas pela União Europeia, com exceção da IFRS 4-Contratos de Seguro, em que apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos de seguro.

Os custos e os proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram registados ao justo valor de mercado.

Sendo os prêmios de seguro direto reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros registados aquando da participação, são realizadas determinadas especializações de acordo com as políticas contabilísticas a seguir especificadas, e que foram aplicadas de forma consistente para os períodos indicados.

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Companhia exerce influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou direitos de voto. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição. O valor recuperável dos investimentos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos e o seu valor contabilístico. Sempre que o valor dos passivos de uma associada ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

3.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Os valores apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa incluem os valores em caixa e as disponibilidades à ordem em bancos, e são facilmente convertíveis em numerário.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

A Caravela classifica os seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial e de acordo com a intenção que lhes está subjacente, nomeadamente em “Ativos Financeiros Disponíveis para Venda”, que são ativos que a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado e não classificados como investimentos a deter até à maturidade.

São ativos inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, incluindo os custos de transação, sendo que as variações subsequentes do justo valor são reconhecidas na Reserva de Reavaliação em Capital Próprio.

O justo valor corresponde ao valor pelo qual estes ativos podem ser transacionados em condições normais de mercados ativos.

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros podem encontrar-se valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo.

Nível 2 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 3 - Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia distribuem-se pelos Níveis 1 e 3.

No momento da alienação ou do reconhecimento de imparidade, as variações constatadas face ao justo valor são registadas em custos ou proveitos do exercício, por contrapartida de capitais próprios.

A Companhia adota o critério de reconhecimento de imparidades sempre que se registre uma desvalorização continuada de mais de 180 dias ou uma desvalorização de valor significativo, quando superior a 30% da respetiva cotação, no caso dos instrumentos de capital.

Nos instrumentos de dívida é reconhecida imparidade quando existe uma significativa dificuldade financeira do emitente, tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que as mais-valias potenciais que ocorram após o reconhecimento de perdas por imparidades são registadas em Reserva de Reavaliação e quando posteriormente sejam apuradas menos-valias potenciais considera-se que existe imparidade, que serão consideradas em resultados do exercício.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em resultados do exercício e são especializados de acordo com o tempo decorrido até à data do fim do exercício, sendo calculados pelo método da taxa efetiva e registados em Rendimentos, onde igualmente são reconhecidos os dividendos de instrumentos de capital no momento em que é conhecido o direito da Companhia ao recebimento.

3.2.2. Empréstimos e contas a receber

Compreende ativos financeiros não cotados num mercado ativo, que incluem os depósitos a prazo em instituições de crédito, afetos a contratos de seguro, reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, e os empréstimos concedidos.

O saldo das rubricas Outros Depósitos e Empréstimos Concedidos em 31 de dezembro de 2022, por prazo de vencimento, é o seguinte:

U: Euro

Outros depósitos e Empréstimos Concedidos	Início	Vencimento	Prazo (dias)	Valor *
Depósitos a Prazo:				
Millennium BCP	19.11.2022	19.11.2023	365	598 618
Banco Carregosa	19.01.2022	19.01.2023	365	245 632
Bankinter	26.12.2022	25.06.2023	180	2 000 000
Bankinter	28.04.2022	27.04.2023	365	5 190
				2 849 440
Empréstimos Concedidos:				
Prestações Suplementares COLMENA				49 700
Prestações Acessórias Grupo YOUR FINANCE				354 118
				403 818
				3 253 258

* - Inclui juros decorridos

3.2.3. Passivos financeiros

A Companhia classifica um instrumento como passivo financeiro quando exista uma obrigação contratual da sua liquidação.

Os passivos financeiros são constituídos por depósitos recebidos de resseguradores e por operações de locação operacional, nos termos da IFRS 16 que entrou em vigor em 01.01.2019.

Estes passivos são desreconhecidos quando são liquidados ou extintos, e têm a seguinte decomposição, por ano:

	U: Euro	
	2022	2021
Depósitos recebidos de Resseguradores		
Prémios	0	0
Sinistros	1 362 595	529 947
	1 362 595	529 947
Locação Operacional (IFRS 16)		
Equipamento Transporte	191 900	161 662
Edifícios Arrendados	866 801	1 216 521
	1 058 701	1 378 183
Total de balanço	2 421 295	1 908 130

3.3. Terrenos e Edifícios

3.3.1. de Rendimento

A Companhia adquiriu no presente exercício um imóvel, situado na Rua Ernesto Melo Antunes, n.º 7 a 7C, n.º 8 a 8F, n.º 10 a 10B e n.º 14 a 14B, na Amadora, constituído por cinquenta e oito frações autónomas, pelo valor total de aquisição de 10.374.309 euros.

A Companhia passou a deter três imóveis, constituídos por setenta e sete frações autónomas, classificados como propriedades de rendimento, valorizados nos termos da IAS 40, e por esse facto não são amortizados.

3.4. Outros ativos tangíveis e intangíveis

No momento do reconhecimento inicial destes ativos a Caravela capitaliza o valor de aquisição e os encargos suportados e que sejam necessários para que os bens entrem em funcionamento, de acordo com a IAS 16.

A vida útil dos bens tangíveis varia em função do tempo estimado de obtenção de benefícios económicos futuros, sendo os bens gradualmente amortizados durante esses períodos.

Os custos incorridos com a aquisição dos bens intangíveis (*software*), bem como as despesas com a sua implementação, são igualmente capitalizados, e são amortizados linearmente, durante o período de vida útil estimado de três anos, e pelo período de seis anos para as aquisições ocorridas a partir do exercício de 2015.

Os custos com a manutenção do *software*, quando incorridos, são reconhecidos diretamente em Resultados como custo do exercício.

Todos estes bens são revertidos no momento da alienação, ou no momento em que deixem de produzir benefícios económicos, sendo o ganho ou perda apurados reconhecidos diretamente em Resultados.

A Companhia procedeu à verificação da possível perda por imparidade deste tipo de bens, de acordo com o que estipula a IAS 36 e a IAS 38, tendo concluído que este grupo de ativos está devidamente valorizado à data do encerramento do exercício, continuando a proporcionar os benefícios económicos deles esperados.

3.5. Imposto sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de IRC à taxa de 21% acrescida de 1,5% de Derrama Municipal, imposto corrente calculado com base no lucro tributável do exercício e após dedução de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores e suscetíveis dessa dedução.

À taxa acumulada de 22,5% de IRC e Derrama Municipal acresce a taxa adicional de 3% correspondente à Derrama Estadual, nos termos da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, que é a percentagem que corresponde ao escalão do lucro tributável da Caravela (superior a 1.500.000,00€ e inferior a 7.500.000,00€).

Dado que o lucro tributável normalmente difere do resultado contabilístico, são calculados impostos diferidos com impacto no imposto a pagar ou a recuperar nos anos seguintes e que correspondem a diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, entre os valores de balanço e a respetiva base fiscal, e que normalmente são calculados à taxa em vigor à data do balanço.

O imposto diferido da Companhia corresponde a valias potenciais e imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda.

3.6. Benefícios dos empregados

Plano de Pensões de Benefício Definido

Neste Plano de Pensões mantém-se apenas um ex-administrador reformado que recebe uma pensão de reforma.

Na nota 19 encontram-se divulgadas informações adicionais.

Plano de Pensões de Contribuição Definida

O veículo de financiamento afeto a este Plano é o “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” da Zurich Vida, S.A. (Fundo nº 287), que abrange de uma forma homogénea todos os colaboradores da Companhia desde o exercício de 2019.

Este Fundo está constituído nos termos do Acordo de Empresa e, por este facto, os trabalhadores que, anteriormente, não estavam integrados neste Plano, passaram a estar por ele abrangidos desde o dia 1 de janeiro de 2019.

Informações adicionais estão igualmente divulgadas na nota 19.

Prémio de Permanência

De acordo com a cláusula 42ª do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 4, de 29 de janeiro, verificados os requisitos mencionados na cláusula nº. 42 do ACT 2016, sempre que o trabalhador, complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária, ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

3.7. Provisões técnicas do Seguro Direto e do Resseguro Cedido

Nas páginas seguintes descrevem-se as Provisões Técnicas Não Vida:

3.7.1. Provisão para Prémios Não Adquiridos do Seguro Direto

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício com vigência após essa data e destina-se a cobrir os riscos assumidos pela Companhia desde o final do exercício até à data de vencimento dos respetivos contratos de seguro, atingindo o valor total de 30.063.564 euros antes da dedução dos custos de aquisição diferidos (em 2021 o valor desta provisão era de 28.058.634 euros).

A provisão é calculada por aplicação do método *pro-rata temporis*, para cada prémio emitido de cada contrato em vigor e para todos os ramos, deduzida dos custos de aquisição também imputáveis a exercícios seguintes na mesma proporção dos prémios.

3.7.2. Provisão para Sinistros do Seguro Direto

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado dos encargos com sinistros decorrentes dos contratos de seguro, quer tenham sido declarados ou não à data do encerramento, e que se encontram por regularizar, incluindo a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos no período e ainda não participados (IBNR), ou já participados mas insuficientemente provisionados (IBNER). Inclui ainda os custos administrativos a incorrer com a regularização futura de sinistros em gestão ou ainda não participados.

Estas provisões são revistas regularmente, à medida que as responsabilidades da Companhia vão sendo liquidadas, de forma a que seja mantido um nível de provisionamento adequado ou seja compatível com as responsabilidades existentes.

O seu valor estimado no exercício foi de 103.147.553 euros, que se comparam com 76.607.071 euros em 2021; neste valor está incluído o montante de 593.960 euros, 478.630 euros em 2021, de provisão para despesas futuras com a gestão de sinistros já ocorridos.

3.7.3. Provisão para Riscos em Curso

A Provisão para Riscos em Curso corresponde ao montante necessário para fazer face a possíveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício, que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, pela soma dos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência, subtraindo o rácio de investimentos, deduzida de uma unidade, sendo a provisão para riscos em curso constituída e/ou reforçada sempre que a referida soma dos rácios seja superior a “1”.

A Companhia registou 27.631 euros de provisão para riscos em curso no exercício (em 2021 o valor desta provisão era nulo).

3.7.4. Provisão para Desvios de Sinistralidade

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de Fenómenos Sísmicos nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja a possibilidade de maiores oscilações - ramos de Incêndio, Multi-Riscos Habitação e Atividades Comerciais e Associativas.

É calculada pela aplicação de um fator de risco, definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

O valor registado para esta provisão no final de 2022 foi de 342.208 euros, que se comparam com 303.116 euros em 2021.

3.7.5. Provisão Matemática

As provisões matemáticas determinam o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia e são calculadas com base em métodos atuariais, nos termos da legislação em vigor.

3.7.6. Provisões técnicas do Resseguro Cedido

Compreende a Provisão para Sinistros e a Provisão para Prémios não Adquiridos, determinadas pela aplicação dos critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em conta os tipos de tratados de resseguro e as condições neles expressas, como percentagens de cedência e outras cláusulas, e corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia.

3.8. Ajustamentos e especializações

3.8.1. Ajustamentos de Recibos por Cobrar

Os ajustamentos efetuados tiveram por objetivo reduzir do montante total dos prémios em cobrança o seu valor estimado de realização.

Os recibos emitidos e não cobrados no final do ano são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto” e o valor do ajustamento é apresentado a deduzir no ativo da demonstração da posição financeira.

O regime do pagamento dos prémios de seguros previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro aprovado pelo D.L. n.º 72/2008 de 16 de abril, alterado pela Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, determina que o não pagamento do prémio inicial na data do vencimento, ou da fração inicial, implica a resolução automática do contrato com efeito à data da sua celebração e que essa falta de pagamento nas anuidades subsequentes impedem a prorrogação desses contratos, daí resultando que contabilisticamente esses prémios sejam anulados no momento em que não foram cobrados.

O ano de 2022 foi de recuperação face ao elevado montante de ajustamentos de recibos por cobrar apurado no exercício de 2021 devido à pandemia Covid-19. Essa recuperação permitiu registar uma diminuição de 1.193.034 euros no montante dos ajustamentos de recibos por cobrar. O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar apurado no exercício de 2022 que foi de 1.034.688 euros (2.227.722 euros em 2021), equivalente a 0,8% dos prémios brutos emitidos líquidos de estornos e anulações (1,9% em 2021).

3.8.2. Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa

O saldo global das rubricas “mediadores de seguros” e “outros devedores” regista uma diminuição de 43.223 euros no exercício, sendo o valor global dos ajustamentos à data das Demonstrações Financeiras de 90.612 euros (133.835 euros em 2021).

3.8.3. Custos de Aquisição Diferidos

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguros são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos.

À data do encerramento do exercício estes custos atingiram o valor total de 5.459.896 euros (em 2021 eram de 4.515.580 euros).

3.8.4. Remunerações de mediação

São representadas pelo montante contratualmente atribuído aos mediadores, pela angariação e cobrança de prémios de seguro, sendo registadas como custo no momento do processamento dos respetivos recibos de prémio.

Esta rubrica inclui a especialização das comissões de incentivo comercial a pagar aos mediadores no primeiro trimestre do ano seguinte, após o apuramento final dos resultados por mediador, que é efetuado no início do ano seguinte, e desde que se encontrem atingidos os objetivos comerciais de produção, sinistralidade e cobranças que constam dos protocolos celebrados com os mediadores.

Foi reconhecido no exercício o montante de comissões de incentivo de produção relativas a 2022, a pagar aos mediadores durante o primeiro trimestre de 2023, de 705.641 euros.

3.8.5. Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Incluída na rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” do passivo corresponde a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do ano e acrescidos de incrementos previstos, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final do exercício, a regularizar posteriormente, por serviços prestados pelos colaboradores até 31 de dezembro de 2022.

3.8.6. Locações

A Companhia classifica os contratos de locação como locações financeiras ou locações operacionais de acordo com o ativo que está subjacente e o direito de controlo sobre esse ativo.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios que resultam da propriedade de um ativo foram transferidos para o locatário, sendo os encargos financeiros reconhecidos em resultados, no período a que respeitam, e o montante da amortização deduzido ao passivo, sendo todas as restantes operações de locação consideradas como contratos de locação operacional.

A Caravela celebrou os seguintes contratos de locação financeira:

- dois contratos no mês de janeiro de 2018 com o Banco BPI, para a aquisição de duas viaturas, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 1,375%;
- um contrato no mês de outubro de 2019 com a locadora Mercedes-Benz *Financial Services* para aquisição de uma viatura, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 3,4%.
- um contrato no mês de janeiro de 2020 com o Banco BPI, para a aquisição de uma viatura, por um período de sessenta meses, à taxa de juro variável de 1,43%.

Os pagamentos efetuados ao abrigo destes contratos de locação financeira são registados pela Companhia em contas de terceiros, os montantes respeitantes ao reembolso do capital, e em custos os juros do período a que respeitam.

Estes ativos estão sujeitos a depreciação, sendo a política de depreciação destes ativos locados consistente com a de outros ativos depreciáveis que a Companhia possui, sendo a depreciação reconhecida calculada de acordo com a IAS 16.

Com a entrada em vigor da IFRS 16-Locações em 1 de janeiro de 2019 a Companhia passou a ter o direito de uso de um ativo subjacente por contrapartida dum passivo referente aos pagamentos futuros associados ao uso desse ativo.

A IFRS 16 não abrange os contratos de locação com duração inferior a 12 meses nem os ativos subjacentes com valor inferior a USD \$5.000.

Na mensuração inicial o passivo é reconhecido no início do contrato de locação operacional pelo valor presente dos pagamentos futuros, sendo o direito de uso do ativo mensurado ao custo, pelo mesmo valor do passivo.

Nas mensurações subsequentes o passivo é mensurado pelo método da taxa de juro efetiva e reconhecida a depreciação do direito de uso (ativo).

O quadro seguinte reflete o impacto da adoção da IFRS 16-Locações nas contas da Companhia à data de encerramento em 31.12.2022:

U: Euro

	Direito de Uso 31-12-2021	Passivo Financeiro 31-12-2021	Novas Locações 2022	Depreciação exercício	Juros suportados	Amortização Passivo Financeiro	Direito de Uso 31-12-2022	Passivo Financeiro 31-12-2022
Imóveis	1 178 398	1 216 521	21 270	375 874	10 610	370 990	836 021	866 801
Viaturas	158 741	161 662	139 724	108 663	6 745	109 487	189 802	191 900
	1 337 139	1 378 183	160 995	484 536	17 355	480 477	1 025 822	1 058 701

3.9. Decomposição de outras rubricas das Demonstrações Financeiras

3.9.1. Outros Devedores por Operações de Seguro

Esta rubrica apresenta em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a decomposição seguinte:

U: Euro

	2022	2021
Contas a receber por operações do seguro directo:		
Recibos por cobrar:		
- Acidentes de Trabalho	1 811 379	2 462 865
- Incêndio e Outros Danos	1 183 352	1 167 667
- Automóvel	3 063 457	5 013 498
- Outros Ramos	617 155	1 024 240
	6 675 342	9 668 270
Reembolsos de Sinistros:		
- Acidentes de Trabalho	637 497	543 669
- Incêndio e Outros Danos	16 840	7 550
- Automóvel	3 586 161	2 984 459
- Outros Ramos	111 937	118 862
	4 352 435	3 654 541
Mediadores:		
- Contas correntes	1 709 547	1 515 964
- Comissões a receber	49 333	66 030
	1 758 880	1 581 994
Cosseguradores:		
- Contas correntes	14 186	8 984
- Outros saldos	273	8 498
	14 458	17 482
Outros:		
- Outros saldos	0	58
	0	58
Ajustamentos de recibos por cobrar	-1 034 688	-2 227 722
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-90 612	-92 462
	-1 125 300	-2 320 184
	11 675 815	12 602 160
Contas a receber por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	3 976 754	1 033 420
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	0	0
	3 976 754	1 033 420
Contas a receber por outras operações:		
Pessoal	12 016	32 303
Fundo de Acidentes de Trabalho	7 170	5 292
Outros devedores diversos	800 323	524 868
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	0	-41 373
	819 509,66	521 090
Balço	16 472 079	14 156 670

Os recibos por cobrar apresentaram a seguinte antiguidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

U:Euro

	2022	2021
Até 30 dias	4 204 368	3 660 565
De 31 a 90 dias	1 372 195	2 428 444
De 91 a 180 dias	486 998	1 965 058
De 181 a 360 dias	488 827	1 153 737
Com mais de 360 dias	122 953	460 466
Total	6 675 342	9 668 270

Os recibos em cobrança há mais de 30 dias respeitam a negócios colocados em co-seguro e a contratos de seguros celebrados com organismos públicos e com municípios, que pela sua natureza têm prazos especiais de pagamento, bem como ao efeito da pandemia Covid-19, mencionado na nota 3.8.1.

3.9.2. Outros Credores por Operações de Seguro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica regista os seguintes valores:

U:Euro

	2022	2021
Contas a pagar por operações do seguro directo:		
Mediadores:		
- Contas correntes	813 366	745 040
- Comissões a pagar	127 431	493 283
	940 797	1 238 323
Cosseguradores:		
- Contas correntes	52 836	69 034
- Outros saldos	91	2 028
	52 927	71 062
Tomadores de seguro:		
- Estornos a pagar	422 659	476 993
- Prémios recebidos antecipadamente	5 145 522	4 002 455
	5 568 181	4 479 448
Outros (reembolso sinistros):	0	21 992
	6 561 905	5 810 825
Contas a pagar por operações do resseguro cedido:		
Contas correntes	5 026 285	3 966 640
Contas a pagar por outras operações:		
Pessoal	267	197
Fornecedores	500 543	737 712
Outros credores diversos	423 024	45 317
	923 833	783 226
Balço	12 512 024	10 560 691

3.9.3. Acréscimos e Diferimentos

Os acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentaram a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<i>U:Euro</i>	
	2022	2021
Gastos Diferidos:		
Seguros	82 784	70 256
Rendas e alugueres	53 047	14 540
Serviços de informática	169 825	182 966
Outros gastos	154 084	67 681
Total de balanço	459 741	335 442

	<i>U:Euro</i>	
	2022	2021
Acréscimos de Rendimentos:		
Rendas e Alugueres	255 921	0
Outros	30 750	0
Total de balanço	286 671	0

	<i>U:Euro</i>	
	2022	2021
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	0	0
Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídio)	706 080	671 806
Encargos sobre remunerações a liquidar	173 800	166 309
Bónus a liquidar ao pessoal	0	0
Comissões a pagar	720 426	592 399
Outros acréscimos	99 883	93 393
Total de balanço	1 700 189	1 523 907

	<i>U:Euro</i>	
	2022	2021
Rendimentos Diferidos:		
Rendas e Alugueres	50 139	39 435
Total de balanço	50 139	39 435

A rubrica de “Comissões a pagar”, no valor de 720.426 euros, respeita a comissões de mediação, no valor de 705.641 euros, e a 14.785 euros de comissões bancárias de investimentos, a pagar em 2023.

A rubrica de “Outros acréscimos”, no valor de 99.883 euros, compreende as especializações do ano, de fornecimentos e serviços externos.

3.9.4. Outros Rendimentos / Gastos / Ajustamentos

A decomposição de outros rendimentos, outros gastos e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontra-se discriminada no quadro seguinte:

	<i>U: Euro</i>	
	2022	2021
Rendimentos e ganhos não correntes		
Recuperação dívida (anos anteriores)	0	10 193
Outros	10 235	26 649
Ganhos Ativos Tangíveis	21 657	0
	31 892	36 841
Rendimentos e ganhos financeiros		
Outros	19 050	19 566
	19 050	19 566
Outros rendimentos não técnicos		
Outros	1 304	216
	1 304	216
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	-2 811	-5 500
Mecenato	-25 000	0
Multas e penalidades	-534	-3 253
Quotizações diversas	-2 372	-5 662
Outros		
Rendas inquilinos (Covid-19)	0	-15 050
Powerful Caravel	-28 342	-73 077
Diversos	-173	-30 898
	-59 233	-133 441
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	0	0
Outros	-5 226	-7 134
	-5 226	-7 135
Ajustamentos		
De recibos por cobrar	1 193 034	-1 515 671
De outros devedores	1 850	15 531
	1 194 884	-1 500 141
	1 182 671	-1 584 092

3.9.5. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2022 e 2021 estes gastos tiveram a seguinte decomposição:

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2022			2021		
	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados	290 066		290 066	313 286		313 286
Outros gastos de investimentos	0		0	0		0
Total	290 066	0	290 066	313 286	0	313 286

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1. Quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguros

4.1.1. Provisão para sinistros

- a) O valor das Provisões para Sinistros, a 31 de dezembro de 2022, foi obtido recorrendo a métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de *run off* correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, sem custos imputados à gestão de sinistros e brutas de resseguro.
- b) Os valores das provisões foram obtidos de acordo com os seguintes procedimentos:
- Sem deflacionar os montantes das indemnizações já pagas, isto é, sem colocar os seus valores a custos de 2022;
 - Não considerando o valor descontado dos pagamentos futuros, nem o seu crescimento por força da inflação.
- c) Nos ramos de pequena dimensão o provisionamento é feito casuisticamente com base na informação constante na participação do sinistro e nos relatórios de peritagem.
- d) No ramo de Acidentes de Trabalho, acresce a provisão matemática que regista a responsabilidade da Companhia por sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2022 que envolvam pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.
- Em cumprimento dos critérios de prudência utilizados pela Companhia manteve-se a tábua de mortalidade TV 88/90 no cálculo da Provisão Matemática, com a taxa técnica de juro 2,50% (2,15% em 2021) e 3% de encargos de gestão.
- A remição de Pensões de Acidentes de Trabalho é calculada pela tabela de mortalidade TD 88/90, com taxa técnica de juro de 5,25%, conforme Portaria nº 11/2000, de 13 de janeiro, incluindo 1% de encargos de gestão.
- A provisão para IBNR, apenas para as pensões, é calculada com base no número de pensões dos próprios sinistrados, excluindo as pensões que ocorram por morte, já que esses sinistros são conhecidos no imediato.
- e) Acresce ainda a Provisão para Assistência Vitalícia, calculada recorrendo à tábua de mortalidade TV 88/90 com 3% de encargos e a taxa técnica de juro a 2,50% (2,15% em 2021), sendo acrescentada uma taxa de crescimento de 2% aos custos vitalícios médios para fazer face à inflação futura.
- f) A provisão de balanço para sinistros está incrementada da provisão para despesas de gestão com sinistros, onde se aplicam modelos determinísticos aos triângulos de *run off* de montantes pagos com despesas de gestão de sinistros. A repartição dos custos por ano de ocorrência e ano de pagamento é feita através do número de sinistros em gestão no ano.

g) O valor da provisão total para sinistros não declarados (IBNR) foi estimado tomando por base o número de sinistros participados em cada ano e, com base nos mesmos, aplica-se um modelo determinístico para estimar o número total de sinistros esperados, por ano de ocorrência e obtendo assim os sinistros que virão a ser participados referentes a anos de ocorrência já decorridos.

Com base nestes números de situações de IBNR expectáveis e no custo de sinistros total estimado por ano de ocorrência, encontra-se o valor da provisão desejável de IBNR.

h) O valor casuístico da provisão para sinistros declarados no exercício foi incrementado, de forma a fazer face a eventuais insuficiências não previstas casuisticamente (IBNER).

O desenvolvimento da provisão para sinistros de seguro direto relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores a 2022 e dos seus reajustamentos no exercício findo em 31 de dezembro 2022 consta no anexo 2 deste relatório.

A provisão para sinistros (não incluindo os custos de gestão) apresenta a seguinte decomposição nos anos de 2022 e 2021:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2022			2021		
	Declarados	Não Declarados	Total Balanço	Declarados	Não Declarados	Total Balanço
Acidentes de Trabalho:						
- Provisão Matemática	11 911 177	33 189 810	45 100 988	11 319 773	22 788 058	34 107 831
- Provisão para Assistência Vitalícia	751 613	107 159	858 772	634 657	43 215	677 873
- Provisão para Outras Prestações	9 049 862	625 917	9 675 779	6 815 373	439 708	7 255 081
	21 712 652	33 922 886	55 635 539	18 769 804	23 270 981	42 040 785
Outros Seguros:						
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	598 672	41 608	640 280	165 144	27 433	192 577
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	4 656 218	4 948 655	9 604 873	1 936 965	2 288 305	4 225 269
Automóvel	31 036 454	2 328 350	33 364 804	25 089 757	2 148 382	27 238 139
Marítimo, Aéreo e Transportes	169 907	818	170 725	192 390	1 815	194 206
Mercadorias Transportadas	20 070	5 435	25 504	36 309	8 958	45 267
Responsabilidade Civil Geral	1 095 717	364 983	1 460 700	992 835	353 309	1 346 144
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	18 723	1 098	19 821	7 971	232	8 203
- Assistência	1 628 217	3 131	1 631 348	835 740	2 110	837 850
	39 223 977	7 694 077	46 918 055	29 257 112	4 830 543	34 087 656
Total	60 936 629	41 616 964	102 553 593	48 026 916	28 101 525	76 128 440

As responsabilidades não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos emitidos

A provisão para sinistros de resseguro cedido e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Var. Ganhos e Perdas	
	2022	2021	2022	2021
Acidentes e Doença	31 902 349	23 747 351	8 154 999	5 546 208
Incêndio e Outros Danos	8 351 691	3 570 292	4 781 400	1 773 550
Automóvel:				
Resp.Civil	4 534 902	2 397 776	2 137 126	132 863
Outras Coberturas	946 618	1 173 181	-226 562	-898 400
Marítimo e Transportes	113 953	135 944	-21 991	88 630
Mercadorias Transportadas	17 853	31 687	-13 834	-13 767
Resp.Civil Geral	256 882	256 882	0	26 298
Diversos	0	0	0	0
Total	46 124 249	31 313 113	14 811 137	6 655 382

Os custos com sinistros de seguro direto, com reporte a 31 de dezembro 2022, encontram-se discriminados no anexo 3.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados, da forma que é apresentada no quadro seguinte, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

U:Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2022			2021		
	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total
Seguro Directo:						
Acidentes de Trabalho	17 758 662	13 592 978	31 351 640	13 224 683	8 901 076	22 125 759
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	622 329	453 059	1 075 389	295 134	-173 517	121 617
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	4 736 765	5 370 538	10 107 303	4 777 041	1 957 941	6 734 982
Automóvel	47 344 254	5 524 089	52 868 343	40 558 666	4 943 465	45 502 131
Marítimo, Aéreo e Transportes	17 810	-19 875	-2 065	59 067	130 117	189 184
Mercadorias Transportadas	85 602	-13 756	71 846	84 562	-13 369	71 193
Responsabilidade Civil Geral	623 442	105 648	729 091	565 602	-86 593	479 009
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	29 729	11 617	41 347	26 179	2 333	28 511
- Assistência	5 309 017	796 297	6 105 314	4 514 336	83 052	4 597 388
	76 527 612	25 820 595	102 348 207	64 105 270	15 744 505	79 849 775
Resseguro Cedido:						
Acidentes de Trabalho	-4 542 261	-8 156 342	-12 698 603	-3 968 391	-5 614 960,55	-9 583 352
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	-253	1 343	1 090	-61 217	68 752,45	7 535
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	-3 469 459	-7 613 391	-11 082 851	-3 507 188	-1 529 452	-5 036 640
Automóvel	-4 119 838	-1 910 564	-6 030 401	-4 214 847	765 537	-3 449 311
Marítimo, Aéreo e Transportes	-12 009	24 766	12 757	-40 877	-156 125	-197 002
Mercadorias Transportadas	-58 407	27 206	-31 201	-56 583	26 935	-29 648
Responsabilidade Civil Geral	0	0	0	-14 853	-26 298	-41 150
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	0	0	0	0	0	0
	-12 202 227	-17 626 982	-29 829 209	-11 863 957	-6 465 610	-18 329 567
Total Líquido	64 325 384	8 193 613	72 518 998	52 241 313	9 278 895	61 520 208

Os custos com sinistros apresentam-se líquidos de reembolsos recebidos/emitidos e incluem os custos de gestão de sinistros imputados.

4.1.2. Provisão para Prémios Não Adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e de resseguro cedido, apresenta a seguinte decomposição:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	U:Euro			
	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2022	Valor de Balanço 2021
Seguro directo:				
Acidentes e Doença	1 709 410	439 928	1 269 482	1 030 186
Incêndio e Outros Danos	5 402 679	1 440 799	3 961 881	3 546 915
Automóvel:				
Resp.Civil	12 024 319	1 895 787	10 128 532	9 838 097
Outras Coberturas	7 652 315	1 284 477	6 367 839	6 416 063
Marítimo e Transportes	71 466	10 697	60 769	58 458
Mercadorias Transportadas	47 110	8 245	38 865	29 786
Resp.Civil Geral	484 526	102 348	382 178	326 456
Diversos	2 671 738	277 615	2 394 122	2 297 092
Total Seguro Directo	30 063 564	5 459 896	24 603 667	23 543 054

Resseguro cedido: *U: Euro*

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2022	Valor de Balanço 2021
Acidentes e Doença	153 839	10 180	143 659	83 865
Incêndio e Outros Danos	4 358 242	1 514 341	2 843 900	2 556 667
Automóvel:				
Resp.Civil	4 576	0	4 576	5 441
Outras Coberturas	9 063	0	9 063	10 493
Marítimo e Transportes	46 702	16 228	30 474	31 393
Merca doria s Transportadas	33 124	11 592	21 531	15 469
Resp.Civil Geral	2 723	409	2 315	0
Diversos	0	0	0	49
Total Resseguro Cedido	4 608 270	1 552 751	3 055 519	2 703 378

4.1.3. Provisões técnicas totais

Nos quadros seguintes podem ser verificadas as evoluções das provisões técnicas do seguro direto e do resseguro cedido da Companhia, nos anos em análise:

U:Euro

Provisões Técnicas do Seguro Directo	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Balanço 2022	Balanço 2021	Varição
Provisão para prémios não adquiridos					
Acidentes e Doença	1 709 410	439 928	1 269 482	1 030 186	
Incêndio e Outros Danos	5 402 679	1 440 799	3 961 881	3 546 915	
Automóvel:					
Resp.Civil	12 024 319	1 895 787	10 128 532	9 838 097	
Outras Coberturas	7 652 315	1 284 477	6 367 839	6 416 063	
Marítimo e transportes	71 466	10 697	60 769	58 458	
Mercadorias Transportadas	47 110	8 245	38 865	29 786	
Resp.Civil Geral	484 526	102 348	382 178	326 456	
Diversos	2 671 738	277 615	2 394 122	2 297 092	
Sub-total	30 063 564	5 459 896	24 603 667	23 543 054	1 060 613
Provisão para Desvios Sinistralidade			342 208	303 116	39 092
Provisão para Sinistros					
Acidentes e Doença:					
Provisão Matemática			45 100 988	34 107 831	
Assistência Vitalícia			858 772	677 873	
Outras Prestações			10 689 623	7 728 254	
Incêndio e Outros Danos			9 625 116	4 245 039	
Automóvel:					
Resp.Civil			27 350 556	21 994 210	
Outras Coberturas			6 191 820	5 408 439	
Marítimo e Transportes			170 774	194 260	
Mercadorias Transportadas			25 900	45 802	
Resp.Civil Geral			1 482 835	1 359 309	
Diversos			1 651 169	846 053	
Sub-total	0	0	103 147 553	76 607 071	26 540 482
Provisão para Riscos em Curso					
Acidentes e Doença			27 631	0	
Incêndio e Outros Danos			0	0	
Automóvel:					
Resp.Civil			0	0	
Outras Coberturas			0	0	
Marítimo e Transportes			0	0	
Mercadorias Transportadas			0	0	
Resp.Civil Geral			0	0	
Diversos			0	0	
Sub-total	0	0	27 631	0	27 631
Total	30 063 564	5 459 896	128 121 059	100 453 241	27 667 818

U:Euro

Provisões Técnicas do Resseguro Cedido	2022	2021
Provisão para prémios não adquiridos	3 055 519	2 703 378
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	31 490 540	21 258 529
Sinistros não declarados (ibnr)	14 633 710	10 054 584
	46 124 249	31 313 113
Total das provisões técnicas do resseguro cedido	49 179 769	34 016 490

4.2. Natureza e extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- ⇒ Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- ⇒ Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários;
- ⇒ Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- ⇒ Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- ⇒ Procedimentos de conferências casuísticas.

O nível de provisões para sinistros é acompanhado mensalmente, sendo feitas revisões trimestrais a todos os processos de sinistros, estando implementados modelos de avaliação estocásticos, de forma a colmatar alguma insuficiência de provisões.

A Caravela pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. A estrutura de resseguro em 2022 é constituída por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas e Cobertura Catastrófica), conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Doença	Fronting
IOD	Quota-parte
IOD & Engenharia (Catástrofes Naturais)	Excesso de perdas (XL)
Engenharia	Quota-parte
Colheitas	Quota-parte
Automóvel	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Marítimo e Transportes	Quota-parte
Mercadorias Transportadas	Quota-parte
RC - Geral	Excesso de perdas (XL)

4.3. Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.

Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Tipo de emitente (forma jurídica);
- Nível de *rating*;
- Sector de atividade;
- Zona geográfica;
- Concentração por grupo emitente.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco, face a 2021 que era inexistente, teve um forte crescimento devido à aquisição de uma participação estratégica em libras (GBP). O requisito de capital é o seguinte:

Cenários	<i>U: Euro</i>	
	Requisito de capital	
	2022	2021
Choque de +/- 25% às exposições de moeda estrangeira	1 256 254	0

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Cenários	<i>U: Euro</i>	
	Requisito de capital	
	2022	2021
Choque em ações Tipo I	0	0
Choque em ações Tipo II	3 350 510	3 238 278

Risco de imobiliário

O risco Imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário. Em 2022, este risco, teve uma variação relevante, quanto ao requisito de capital, uma vez que os ativos em exposição sofreram alteração, pelo que o requisito de capital é descrito como segue:

Cenários	<i>U: Euro</i>	
	Requisito de capital	
	2022	2021
Choque de 25% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	4 917 728	2 262 371

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos - obrigações e Depósitos a prazo e os passivos – provisões técnicas, principalmente a provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

O requisito de capital é descrito no quadro seguinte:

Ativos		<i>U:Euro</i>	
Cenários	Efeito nos ativos		
	2022	2021	
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	3 146 929	57 802	
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-3 414 168	-2 865 541	
Passivos		<i>U:Euro</i>	
Cenários	Efeito nos passivos		
	2022	2021	
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	3 173 237	493 277	
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-3 262 976	-2 621 482	
	Δ NAV Down	26 308	435 475
	Δ NAV Up	151 192	244 059
	Mktint	151 192	435 475

Risco de spread

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

Rating	2022			2021		
	% de exposição	Duração	Requisito de capital	% de exposição	Duração	Requisito de capital
AAA	5%	4,3	89 057	2%	2,8	18 603
AA	20%	3,8	378 563	21%	5,0	490 847
A	46%	3,6	1 064 265	39%	3,4	1 042 362
BBB	28%	2,5	875 480	39%	2,7	1 316 108
BB	0%	0,0	0	0%	0,0	0
B	0%	0,0	0	0%	0,0	0
CCC or lower	0%	0,0	0	0%	0,0	0
Unrated	1%	10,0	70 651	1%	0,0	8 844
Total	100%	3,5	2 478 015	100%	3,4	2 876 764

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade é analisada como segue:

U: Euro

Sector de Atividade	2022			2021		
	%	Exposição	Imparidade	%	Exposição	Imparidade
Comunicações	1%	1 813 493	0	1%	2 283 610	0
Consumo - Cíclico	5%	9 992 138	0	5%	9 957 160	0
Consumo - Não Cíclico	4%	6 467 902	0	2%	3 674 192	0
Financeiro	12%	22 836 154	0	9%	18 225 105	0
Fundos	19%	34 506 428	0	24%	46 333 305	0
Governos	5%	9 363 857	0	7%	13 776 983	0
Serviços	7%	12 547 794	0	4%	7 379 329	0
Outro	2%	3 665 088	0	2%	3 093 097	0
Total	55%	101 192 855	0	54%	104 722 781	0

O conjunto dos 10 maiores títulos, por grupo emiteente, é composto por:

U: Euro

Grupo Emitente	2022			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Espanhola	OBG	A	2 558 640	2,1%
Banco Bankinter	CPZ	BBB	2 005 357	1,6%
Divida Pública Belga	OBG	AA	1 774 668	1,4%
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	1 754 370	1,4%
Credit Agricole Sa	OBG	A	1 298 847	1,0%
Bpce Groupe	OBG	AAA	1 109 583	0,9%
Divida Pública Irlanda	OBG	AA	1 045 708	0,8%
Ibm - International Business Machines Company	OBG	A	967 977	0,8%
Banque Federative Du Credit Mutuel	OBG	AA	965 214	0,8%
Merck Financial Services Gmbh	OBG	A	963 123	0,8%
Total			14 443 487	12%
Total Carteira investimentos			123 817 307	100%

U: Euro

Grupo Emitente	2021			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	4 241 949	3,6%
Divida Pública Espanhola	OBG	A	3 031 988	2,6%
Divida Pública Belga	OBG	AA	2 159 068	1,8%
Banco Bankinter	CPZ	BBB	2 005 190	1,7%
Credit Agricole Sa	OBG	A	1 482 902	1,3%
Divida Pública Irlanda	OBG	A	1 248 385	1,1%
Bp Capital Markets Plc	OBG	A	1 141 003	1,0%
Agence Française Développement	OBG	AA	1 096 870	0,9%
Schlumberger Finance Bv	OBG	A	1 052 211	0,9%
Wells Fargo & Company	OBG	BBB	1 043 086	0,9%
Total			18 502 652	16%
Total Carteira investimentos			116 771 722	100%

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê a necessidade de liquidez.

Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

A Companhia dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e agentes, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente selecionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos *ratings* dos resseguradores.

Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com grau de granularidade superior.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

⇒ Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos *top-down* da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

⇒ Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos *risk owners*.

⇒ Identificação dos KRI⁵ e planos de ação

O KRI encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos *top-down* da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de stress no âmbito do processo de autoavaliação prospetiva dos riscos.

Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia.

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficaz são:

- ⇒ Identificar os eventos potenciais suscetíveis de afetar a realização dos objetivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas;
- ⇒ Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor;
- ⇒ Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

A Companhia segue a definição e as matrizes de COSO Report⁶.

A Caravela entende o termo “controlo interno” como um meio de:

- ⇒ Controlar os seus processos;
- ⇒ Otimizar as suas atividades;
- ⇒ Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é uma obrigação de todos: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (Macro processos) através de um mapeamento de riscos.

- ⇒ Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos;
- ⇒ Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco;
- ⇒ Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo;
- ⇒ Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os operacionais devem:

- ⇒ Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;
- ⇒ E autoavaliar a eficácia do controlo através de um questionário.

⁵ *Key Risk Indicator*

⁶ *Committee Of Sponsoring Organisation of the Treaty Commission*

A autoavaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

- ⇒ Campanha de autoavaliação;
- ⇒ Descrição das atividades de controlo;
- ⇒ Autoavaliação das atividades de controlo;
- ⇒ Planos de ação, se necessário;
- ⇒ Testes independentes;
- ⇒ Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional);
- ⇒ Recomendação, se necessária.

4.4. Perdas por imparidade reconhecidas e revertidas relativamente a ativos de resseguro

Não ocorreram perdas por imparidade neste exercício.

4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e das provisões

São periodicamente desenvolvidas análises aos rácios de sinistralidade e rentabilidade da carteira, segmentada por diversas variáveis, bem como outros estudos atuariais com vista a avaliar a adequação das tarifas praticadas.

É calculado, designadamente, o rácio agregado (divisão de todos os custos constantes da Conta Técnica pela totalidade das receitas detalhadas na mesma), relativamente a cada ramo. A suficiência ou insuficiência tarifária é aferida consoante este rácio seja inferior ou superior a 100%, completando-se o critério pela análise da constituição da Provisão para Riscos em Curso.

São igualmente desenvolvidas análises de sensibilidade à tarifa, bem como estudos comparativos com as práticas do mercado.

A análise de adequação das provisões técnicas é periodicamente efetuada, através de métodos determinísticos e estocásticos, para além de auditorias periódicas, designadamente pela análise casuística de processos de sinistro.

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem redução do resseguro cedido

A provisão para sinistros no final do exercício é de 103.147.553 euros que se compara com 76.607.071 euros em 2021.

O rácio de sinistralidade global da Companhia em 2022, calculado sobre os prémios brutos emitidos e antes de imputação de custos, foi de 75,6% (66,1% em 2021) e 78,2% após imputações (em 2021 foi de 68,6%).

Rádios de sinistralidade (por ramos)	2022	2021
Acidentes Trabalho	85,5%	74,7%
Acidentes Pessoais	86,5%	11,2%
Doença	0,0%	0,0%
Acidentes / Doença	82,9%	70,0%
Incêndio / Outros Danos	70,3%	59,9%
Automóvel	77,7%	70,3%
Restantes Ramos	74,9%	62,0%
Rácio de Sinistralidade (1)	78,2%	68,6%

(1) - Incluindo Custos Imputados à função Sinistros

O rácio combinado (incluindo resseguro) apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Análise aos resultados	2022	2021
Custos e gastos de exploração / Prémios adquiridos	22,7%	24,0%
Custos com sinistros / Prémios adquiridos	75,2%	71,5%
Rácio Combinado	97,9%	95,6%

4.7. Montantes recuperáveis relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados)

O valor referente a reembolsos de sinistros apresentava a seguinte decomposição nos anos de 2022 e 2021:

U: Euro

Tipo de reembolso	Valor a recuperar ano 2022	Valor a recuperar ano 2021
Inventários/Salvados	0	0
Out.Tomadores/Reembolsos de Sinistros	4 352 435	3 632 549
Out.Dev.Credores/Reembolsos de Sinistros	0	0

A Companhia considera que os valores de reembolsos são recuperáveis, pelo que concluiu não existir imparidade neste exercício, não tendo sido registada nenhuma perda.

5. Instrumentos financeiros (não inclui contratos de investimento)

O Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2022 é apresentado no Anexo 1, e do qual se apresenta o seguinte resumo:

U: Euro

Instrumento financeiro	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	
de emissores públicos	8 605 657
de outros emissores	45 967 574
Partes Capital Filiais, Associadas e Outros Emp.	11 190 511
Acções	493 867
Outros títulos de rendimento variável	34 506 428
Total	100 764 037

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os instrumentos financeiros detidos pela Caravela são admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados e encontram-se mensurados ao seu justo valor, com exceção dos títulos Prodis Thema Fund e Lehman, que se encontram mensurados por 0,00€ e 10,00€, respetivamente, tendo para estes ativos sido reconhecidas imparidades por incumprimento dos emitentes, nos anos de 2010 e 2011.

No momento da aquisição, os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos ao seu justo valor (preço de aquisição) adicionado dos custos de transação.

Nas mensurações subsequentes esses ativos continuam a ser registados ao seu justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas no capital próprio, em “reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

No exercício de 2022 a Companhia reconheceu em capital próprio uma variação negativa de - 6.989.125 euros (em 2021 a variação foi negativa de -1.452.304 euros) no justo valor das carteiras de investimentos, a qual se encontra registada na reserva de reavaliação.

Segmentação por classes

A política de investimentos da Companhia, detalhada no ponto 4 tem em conta o cumprimento das regras e dos limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a diversificação prudencial dos investimentos, visando a sua adequação às responsabilidades da Caravela, numa ótica de otimização do binómio risco/rentabilidade.

A estratégia e os critérios para gestão dos investimentos são anualmente estabelecidos pela Administração, procedendo-se à monitorização mensal do seu cumprimento bem como da *performance* assim alcançada, com vista à adequação, a cada momento, da carteira de investimentos aos objetivos definidos.

As ações desenvolvidas durante o ano de 2022 adequaram a carteira de ativos financeiros à estrutura de reforçada prudência, em cumprimento do objetivo previamente delineado.

A composição dos instrumentos financeiros por classes é a seguinte:

U:Euro

Instrumento financeiro	Justo Valor 2022	%	Justo Valor 2021	%
Participações em filiais e associadas	11 190 511	10%	5 000	0%
Acções, unidades participação e fundos investimento	35 000 295	32%	46 827 172	43%
Títulos de rendimento fixo	54 573 231	50%	55 813 342	52%
Títulos de rendimento variável	0	0%	2 027 567	2%
Instrumentos derivados	0	0%	0	0%
Depósitos em instituições de crédito	8 771 762	8%	3 054 157	3%
Outros empréstimos	428 818	0%	49 700	0%
Total	109 964 617	100%	107 776 938	100%

Relativamente a participações em filiais e associadas, no decurso deste exercício a Companhia alienou a única participação que detinha em 2021 e investiu em duas novas participações no montante de 5.524.882 euros e 5.665.629 euros que, por trazerem sinergias no tipo de negócio que desenvolvem foram classificadas como estratégicas.

De acordo com as regras estabelecidas, os ativos financeiros da Caravela continuaram a ser maioritariamente investidos na Zona Euro, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

U:Euro

Carteira títulos	Justo Valor 2022	%	Justo Valor 2021	%
Zona Euro	79 614 674	79%	89 854 938	86%
Portugal	13 367 316	13%	9 676 019	9%
Alemanha	4 908 393	5%	4 112 744	4%
Austria	743 562	1%	898 632	1%
Bélgica	1 774 668	2%	2 159 068	2%
Espanha	5 405 980	5%	5 566 983	5%
França	45 584 521	45%	57 985 767	55%
Irlanda	1 045 708	1%	1 248 385	1%
Itália	595 278	1%	614 928	1%
Luxemburgo	394 986	0%	811 314	1%
Países Baixos	4 372 623	4%	4 967 907	5%
Noruega	545 840	1%	616 130	1%
Suécia	875 799	1%	1 197 061	1%
Fora Zona Euro	21 578 181	21%	14 867 843	14%
Total	101 192 855	100%	104 722 781	100%

O risco de liquidez em que a Companhia pode incorrer pelo facto de poder não dispor de todos os seus ativos financeiros no momento em que tenha de satisfazer os seus compromissos decorrentes dos contratos de seguro, é indicado nos quadros seguintes, referentes aos 2 últimos anos e relativos a investimentos no mercado obrigacionista:

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2022					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	0	358 752	142 876	0	6 779 508	7 281 136
Obrigações a taxa fixa	1 015 858	3 569 524	11 016 030	20 104 375	11 586 309	47 292 095
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
Total	1 015 858	3 928 276	11 158 906	20 104 375	18 365 817	54 573 231

U:Euro

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2021					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	307 481	2 027 567	387 452	160 153	8 296 978	11 179 631
Obrigações a taxa fixa	1 823 238	3 576 968	11 031 747	10 684 219	19 545 106	46 661 278
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
Total	2 130 718	5 604 535	11 419 199	10 844 372	27 842 085	57 840 909

O quadro seguinte evidencia a qualidade creditícia dos emitentes das obrigações, de acordo com os *ratings* definidos por entidades externas à data desta análise:

U:Euro

Obrigações por notação de rating	2022	%	2021	%
AAA	2 331 471	4%	1 024 297	2%
AA +	1 295 343	2%	898 632	2%
AA	4 095 857	8%	4 551 467	8%
AA -	9 423 748	17%	8 430 106	15%
A +	7 452 109	14%	6 590 434	11%
A	5 290 053	10%	5 640 202	10%
A -	11 456 770	21%	11 301 083	20%
BBB +	7 960 326	15%	8 126 378	14%
BBB	3 400 873	6%	8 787 491	15%
BB	0	0%	0	0%
BB +	0	0%	0	0%
BBB -	1 866 671	3%	2 490 810	4%
BB -	0	0%	0	0%
B +	0	0%	0	0%
CC	0	0%	0	0%
CCC	0	0%	0	0%
Não Cotados	10	0%	10	0%
Total	54 573 231	100%	57 840 909	100%

A Companhia não efetuou operações em contratos de derivados nem utilizou operações de reporte nem de empréstimo de valores durante o ano.

O critério seguido pela Companhia para reconhecer títulos em imparidade, enunciado na nota 3.2.1., manteve-se o mesmo durante o presente exercício, sendo o seguinte:

- Para **instrumentos de capital** a Companhia considera uma desvalorização continuada quando esta se verificar por mais de 180 dias, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 30% na respetiva cotação à data de balanço;
- Para **instrumentos de dívida** a Companhia reconhece imparidade quando existe significativa dificuldade financeira do emitente tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

No encerramento do exercício de 2022 a segregação dos ativos financeiros em imparidade, pelas respetivas categorias, em 2022 e 2021 apresentou-se como segue:

2022

U:Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0	-92 441
Obrigações a taxa variável				0
Acções				0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-617 119	-82 818
Total	792 387	10	-617 119	-175 258

2021

U:Euro

Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)
Dívida pública				0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0	-92 441
Obrigações a taxa variável				0
Acções				0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-615 572	-84 364
Total	792 387	10	-615 572	-176 805

Os ativos financeiros disponíveis para venda tinham a seguinte composição no final de cada um dos anos em comparação:

2022

U:Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Partes Capital Filiais, Assoc. e out. Emp.								
De Associadas								
De emissores nacionais	5 524 882	0	5 524 882		5 524 882		0	5 524 882
De emissores estrangeiros	5 025 016	0	5 025 016		5 025 016	687 260	-46 648	5 665 629
	10 549 898	0	10 549 898		10 549 898	687 260	-46 648	11 190 511
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	2 236 679	3 232	2 239 911		2 239 911		-485 541	1 754 370
De emissores estrangeiros								
Espanha	2 250 574	12 770	2 263 343		2 263 343		-300 515	1 962 829
Bélgica	2 101 680	9 468	2 111 148		2 111 148		-336 480	1 774 668
Irlanda	1 199 932	12 567	1 212 499		1 212 499		-166 791	1 045 708
Austria	900 276	432	900 708		900 708		-157 146	743 562
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0,00
De emissores estrangeiros	1 476 599	14 416	1 491 015		1 491 015		-166 494	1 324 521
De outros emissores								
De emissores nacionais	99 989	1 556	101 545		101 545		-179	101 366
De emissores estrangeiros	50 602 975	265 196	50 868 170	-92 441	50 775 730		-4 909 522	45 866 208
	60 868 704	319 636	61 188 340	-92 441	61 095 899	0	-6 522 668	54 573 231
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 671	0	3 671		3 671			3 671
De emissores estrangeiros	490 196	0	490 196		490 196		0	490 196
	493 867	0	493 867	0	493 867	0	0	493 867
Outros instrumentos								
Unidades de participação								
De residentes	5 467 620	0	5 467 620		5 467 620		-208 762	5 258 859
De não residentes	29 354 636	0	29 354 636	-82 818	29 271 818	0	-24 249	29 247 570
	34 822 256	0	34 822 256	-82 818	34 739 439	0	-233 010	34 506 428
Total	106 734 725	319 636	107 054 361	-175 258	106 879 103	687 260	-6 802 326	100 764 037

* - Inclui juros a receber

2021
U: Euro

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	4 259 991	4 799	4 264 790		4 264 790		-22 841	4 241 948,99
De emissores estrangeiros								
Espanha	2 276 204	12 770	2 288 973		2 288 973		35 143	2 324 116,65
França			0		0		0	0,00
Alemanha	300 313	7 151	307 464		307 464		17	307 480,68
Bélgica	2 117 323	9 468	2 126 791		2 126 791		32 277	2 159 068,49
Irlanda	1 215 043	12 567	1 227 610		1 227 610		20 775	1 248 384,74
Austria	900 319	432	900 751		900 751		-2 119	898 631,51
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	1 704 907	15 410	1 720 317		1 720 317		8 710	1 729 027
De outros emissores								
De emissores nacionais	99 956	1 556	101 513		101 513		2 614	104 126
De emissores estrangeiros	44 445 989	203 562	44 649 551	-92 441	44 557 111		271 014	44 828 124
	57 320 045	267 715	57 587 760	-92 441	57 495 319	0	345 590	57 840 909
Instrumentos de capital								
De emissores nacionais	3 671	0	3 671		3 671			3 671
De emissores estrangeiros	490 196	0	490 196		490 196		0	490 196
	493 867	0	493 867	0	493 867	0	0	493 867
Outros instrumentos								
Unidades de participação								
De residentes	5 044 620	0	5 044 620		5 044 620		-92 797	4 951 823
De não residentes	41 531 841	0	41 531 841	-84 364	41 447 476	0	-65 994	41 381 482
	46 576 461	0	46 576 461	-84 364	46 492 096	0	-158 791	46 333 305
Total	104 390 373	267 715	104 658 088	-176 805	104 481 283	0	186 798	104 668 081

* - Inclui juros a receber

6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Os valores em Caixa e em Depósitos à Ordem registados no balanço são em moeda corrente de euro e destinam-se a fazer face a pagamentos de tesouraria de curto prazo.

Todos os saldos de Caixa e seus equivalentes, bem como os Depósitos à Ordem em instituições de crédito estão disponíveis para uso da Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica da demonstração da posição financeira apresenta a seguinte composição:

	U: Euro	
	2022	2021
Caixa e seus equivalentes		
Sede	200	200
Dependências	600	600
	800	800
Depósitos à ordem	8 770 962	6 014 801
	8 771 762	6 015 601

A reconciliação dos montantes apurados na Demonstração de Fluxos de Caixa com os itens equivalentes relatados na Demonstração da Posição Financeira apresenta a seguinte configuração:

U: Euro

	2022	2021
Numerário	800	800
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	8 770 962	6 014 801
Outros depósitos bancários imediatos mobilizáveis	2 848 808	2 848 865
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem - Demonstração Posição Financeira	11 620 570	8 864 465

7. Terrenos e edifícios

Conforme descrito na nota 3.3.1., a Companhia detém as seguintes propriedades de rendimento, valorizadas ao justo valor de mercado, nos termos da IAS 40:

2022
U: Euro

Imóvel	Ano Aquisição	Valor Aquisição	Ano Venda	Valor Venda	Ano Reavaliação	Valor Líquido de Balanço
De rendimento						
Campo Vinha Braga	2016	1 231 882			2021	1 234 000
Armazéns Tejo (inclui despesas de aquisição e obras de beneficiação)	2021	8 062 602				8 062 602
Villa Park (inclui despesas de aquisição)	2022	10 374 309				10 374 309
Total		19 668 793				19 670 910

8. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

Os custos de reparação e manutenção não são capitalizados, sendo reconhecidos diretamente em resultados, quando incorridos.

As depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que refletem a vida útil estimada dos bens.

Os movimentos registados nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

2022
U: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Tangíveis									
Equipamento administrativo	247 592	247 592	10 130	0	3 028	0	10 130	3 028	0
Máquinas e ferramentas	243 533	233 386	2 441	0	0	0	6 581	0	6 007
Equipamento informático	635 628	467 531	164 921	0	0	123 000	82 384	81 994	209 627
Instalações interiores	2 989	2 162	0	0	0	0	413	0	413
Material de transporte	338 923	222 657	0	0	0	0	71 566	0	44 700
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	123 740	71 749	4 195	0	0	0	14 472	0	41 714
Locação Operacional	2 285 494	948 355	160 995	0	0	0	484 536	12 225	1 025 822
TOTAL	3 877 899	2 193 432	342 681	0	126 028	0	670 082	97 246	1 328 283

2021
U:Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Tangíveis									
Equipamento administrativo	247 592	247 592	0	0	0	0	0	0	0
Máquinas e ferramentas	235 439	224 042	8 094	0	0	0	9 344	0	10 147
Equipamento informático	608 045	385 293	27 583	0	0	0	82 238	0	168 097
Instalações interiores	2 989	1 749	0	0	0	0	413	0	826
Material de transporte	338 923	151 090	0	0	0	0	71 567	0	116 266
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	107 041	57 365	17 460	0	762	0	15 145	762	51 991
Locação Operacional	2 177 311	476 591	108 184	0	0	0	471 764	0	1 337 139
TOTAL	3 717 340	1 543 723	161 321	0	762	0	650 471	762	1 684 467

A Caravela aceitou a antecipação do fim do contrato de locação financeira nº 6PBQTD5N, previsto para 30.09.2023, celebrado com a IBM DEUTSCHLAND KREDITBANK GMBH - Sucursal em Portugal, em virtude de esta entidade ter cessado a sua atividade em Portugal em 2022 e ter colocado à consideração da Caravela a antecipação do término do contrato com uma proposta de desconto de 10% com a aquisição dos equipamentos informáticos, nesta data.

Desta forma o valor de 123.000 euros corresponde à cessação do contrato antecipado que originou uma mais-valia contabilística de 21.657 euros.

9. Afetação dos investimentos e outros ativos

A Companhia afetou os seus investimentos e outros ativos unicamente a contratos de seguro, nos anos de 2022 e 2021 da forma que segue:

2022
U:Euro

INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS	Total
Caixa e equivalentes	8 771 762
Terrenos e edifícios	19 425 910
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	11 190 511
Ativos financeiros detidos para negociação	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Ativos financeiros disponíveis para venda	100 764 037
Empréstimos e contas a receber	2 849 440
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros ativos tangíveis	1 328 283
Outros ativos intangíveis	3 438 511
TOTAL	147 768 455

2021
 U: Euro

INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS	Total
Caixa e equivalentes	6 015 601
Terrenos e edifícios	9 049 484
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5 000
Ativos financeiros detidos para negociação	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	
Derivados de cobertura	
Ativos financeiros disponíveis para venda	104 668 081
Empréstimos e contas a receber	2 898 565
Investimentos a deter até à maturidade	
Outros ativos tangíveis	1 684 467
Outros ativos intangíveis	3 438 511
TOTAL	127 759 708

10. Ativos tangíveis

Esta rubrica integra o investimento em *software*, que é amortizado em 3 anos pelo método das quotas constantes, bem como os direitos de concessão por 10 anos das marcas nacionais “Netagentes”, “Protegemos o Seu Futuro”, “Caravela Seguros” e “Caravela”, no valor global de 4.414 euros, incluído na rubrica de outros ativos intangíveis.

Para as aquisições de *software* ocorridas a partir do exercício de 2015, foi estabelecida a utilização do método de amortização pelo período máximo de vida útil de 6 anos.

Estes ativos estão valorizados ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas e dentro dos limites das taxas em vigor, sendo que os custos incorridos com a manutenção posterior do *software* são reconhecidos em resultados, não sendo por isso capitalizados.

Os movimentos registados em 2022 e 2021 foram os seguintes:

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	937 755	625 136	0	0	0	0	312 619	0	0
Despesas com aplic. informáticas	3 391 997	1 879 216	149 559	0	0	0	384 478	0	1 277 863
Activos Intangíveis em curso	1 611 471	0	830 850	0	249 252	0	0	0	2 193 070
Outros	4 414	2 775	0	0	0	0	391	0	1 248
TOTAL	5 945 638	2 507 127	980 409	0	249 252	0	697 487	0	3 472 181

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Activos Intangíveis									
Despesas de desenvolvimento	937 755	312 582	0	0	0	0	312 554	0	312 619
Despesas com aplic. informáticas	2 476 997	1 498 059	915 000	0	0	0	381 157	0	1 512 782
Activos Intangíveis em curso	682 406	0	1 877 540	0	948 475	0	0	0	1 611 471
Outros	4 414	2 384	0	0	0	0	391	0	1 639
TOTAL	4 101 573	1 813 025	2 792 540	0	948 475	0	694 102	0	3 438 511

O saldo da rubrica “ativos intangíveis em curso”, no montante de 2.193.070 euros, é referente a pagamentos efetuados até à data, respeitantes ao desenvolvimento de novas aplicações informáticas, nomeadamente as seguintes:

- Projeto de disponibilização de *webservices* no valor de 33.948 euros;
- Faturação Eletrónica de Entidades Públicas no valor de 13.505 euros;
- Projeto de Implementação da IFRS 17 no valor de 2.145.617 euros, com início de desenvolvimento em 2020 e com data prevista de conclusão em 2023.

Os projetos de desenvolvimento no âmbito da automatização de cobranças (módulo de Gestão de Pagamentos), evolução de Produtos, implementação do módulo de Resseguro para substituição de movimentos manuais a serem integrados diretamente na contabilidade, suporte Aplicacional, entre outros, uma vez implementados neste exercício, deixaram de fazer parte do ativo intangível em curso, tendo sido transferidos para o ativo da Companhia, incluídos nas rubricas de ativo fixo tangível e ativo intangível, pelo valor total de 249.252 euros.

11. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respetivas sub-contas

U:Euro

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<u>Ajustamentos de Recibos por Cobrar</u>				
Outros Tomadores de seguros				
- Acidentes de Trabalho	457 473	151 518	383 790	225 201
- Acid.Pessoais e P.Transportadas	67 727	36 137	84 292	19 572
- Incêndio e Outros Danos	77 503	3 734	55 742	25 495
- Automóvel	1 419 004	14 221	771 356	661 869
- Marítimo e Transportes	3 180	745	2 764	1 162
- Mercadorias Transportadas	4 091	5 185	2 769	6 508
- Responsabilidade Civil Geral	4 598	4 486	3 759	5 325
- Protecção Jurídica	7 410	41	4 034	3 416
- Assistência	186 737	1 207	101 804	86 140
Sub-total	2 227 722	217 275	1 410 309	1 034 688
<u>Ajustam. de Créditos de Cobr Duvidosa</u>				
Mediadores de Seguros	92 462	0	1 850	90 612
Outros Devedores	41 373	0	41 373	0
Sub-total	133 835	0	43 223	90 612
Total	2 361 557	217 275	1 453 532	1 125 300

12. Prémios de contratos de seguro

A composição dos prémios reconhecidos no exercício resultantes de contratos de seguro, e de outros valores consta do anexo 4.

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

U: Euro

	2022	2021	Variação 2022/2021
Prémios brutos emitidos	130 815 803	116 380 234	12,4%
Prémios de resseguro cedido	-32 769 207	-28 434 626	
Variação da provisão para prémios não adquiridos brutos	-2 004 929	-2 948 975	
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro	976 139	1 162 060	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	97 017 806	86 158 692	12,6%

13. Rendimentos / réditos de investimentos

O rendimento das ações é contabilizado na rubrica de “rendimentos de investimentos” no momento do recebimento dos dividendos atribuídos.

Relativamente aos juros das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, são igualmente reconhecidos nas rubricas de “rendimentos de investimentos”, procedendo-se à sua especialização no final do exercício com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período correspondente (juro decorrido).

Os rendimentos reconhecidos no ano e no ano anterior, por categoria de investimentos, foram os seguintes:

U: Euro

Categoria de Investimento	Rendimentos em 2022	%	Rendimentos em 2021	%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Acções e outros títulos de rendimento variável	69 590	5%	287 845	25%
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	404 608	28%	358 609	32%
Terrenos e Edifícios (de rendimento)	848 262	60%	479 656	42%
Empréstimos concedidos	100 000	7%	5 959	0%
Depósitos a prazo em instituições de crédito	669	0%	463	0%
Depósitos à ordem em instituições de crédito	0	0%	0	0%
Total dos rendimentos	1 423 129	100%	1 132 531	100%

14. Ganhos e perdas em investimentos

O resultado dos ganhos e perdas financeiras reconhecidos no exercício e no exercício anterior foram os seguintes:

2022
U: Euro

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	2 118	-87 438	-85 320
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	7 714	-2 410	5 304
Total	9 831	-89 848	-80 016

2021
U:Euro

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Acções e outros títulos de rendimento variável	48 804	-61 570	-12 766
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	485 456	-3 572	481 884
Total	534 260	-65 141	469 119

15. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

A Companhia reconheceu no exercício uma reversão de imparidade no montante de 1.547 euros, em resultado dos pagamentos efetuados pelo Prodis Thema Fund.

16. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Não foi reconhecido qualquer ganho/perda de valor em 2022 dado que os investimentos financeiros da Companhia que não são expressos em moeda “euro” estão classificados ao justo valor através de capital.

17. Gastos diversos por função e natureza

A Companhia suportou nos anos de 2022 e 2021 os seguintes custos e gastos de exploração para aquisição de contratos de seguro:

U:Euro

Custos e Gastos de Exploração	Remunerações de mediação		Imputação		Total		Var.Total 2022/2021	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	Valor	%
Custos de aquisição	14 884 072	12 890 275	10 169 618	8 842 648	25 053 690	21 732 922	3 320 768	15,28%
Gastos administrativos	1 392 765	1 438 524	2 573 409	2 274 984	3 966 174	3 713 509	252 666	6,80%
Variação dos custos de aquisição diferidos	-944 316	226 549			-944 316	226 549	-1 170 865	-516,83%
Total	15 332 521	14 555 348	12 743 027	11 117 632	28 075 549	25 672 980	2 402 569	9,36%

Os gastos são inicialmente registados por natureza e, posteriormente, imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas e os critérios de imputação em vigor na Companhia, respetivamente em função do número de sinistros, do montante dos prémios brutos respeitantes à nova produção registada no ano, dos prémios brutos emitidos líquidos de anulações e estornos e dos custos com investimentos afetos às provisões técnicas, bem como das pessoas afetas a cada função.

Os custos e gastos por natureza imputados nos exercícios de 2022 e 2021 às diversas funções foram os seguintes:

2022
 U: Euro

Custos e gastos por natureza a imputar		Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado
Gastos com pessoal	7 306 278	1 249 373	4 792 918	1 212 842	51 144	7 306 278
Fornecimentos e serviços externos	6 239 836	1 305 272	3 904 793	988 103	41 667	6 239 836
Impostos e taxas	1 272 206	640 761	499 672	126 441	5 332	1 272 206
Depreciações e amortizações do exercício	1 367 570	233 854	897 126	227 017	9 573	1 367 570
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	20 696	3 539	13 577	3 436	145	20 696
Comissões	275 347	16 040	61 532	15 571	182 206	275 347
Total	16 481 933	3 448 839	10 169 618	2 573 409	290 066	16 481 933
		21%	62%	16%	2%	100%

 2021
 U: Euro

Custos e gastos por natureza a imputar		Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado
Gastos com pessoal	6 731 247	1 151 043	4 395 504	1 130 850	53 850	6 731 247
Fornecimentos e serviços externos	4 915 047	1 075 405	3 024 471	778 118	37 053	4 915 047
Impostos e taxas	1 059 035	484 262	452 746	116 480	5 547	1 059 035
Depreciações e amortizações do exercício	1 356 774	232 008	885 973	227 938	10 854	1 356 774
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	25 883	4 426	16 901	4 348	207	25 883
Comissões	307 636	17 559	67 052	17 251	205 775	307 636
Total	14 395 622	2 964 704	8 842 648	2 274 984	313 286	14 395 622
		21%	61%	16%	2%	100%

A variação, entre 2022 e 2021 da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” foi a seguinte:

U:Euro

Rubrica	2022	%	2021	%	2022/ 2021
Electricidade	25 313	0,4%	23 693	0,5%	6,8%
Combustíveis	138 788	2,2%	88 794	1,8%	56,3%
Água	3 681	0,1%	2 659	0,1%	38,4%
Impressos	43 641	0,7%	24 838	0,5%	75,7%
Material de escritório	21 641	0,3%	16 551	0,3%	30,8%
Livros e documentação técnica	1 726	0,0%	4 059	0,1%	-57,5%
Artigos para oferta	120 746	1,9%	67 323	1,4%	79,4%
Conservação e reparação	93 922	1,5%	112 423	2,3%	-16,5%
Rendas e alugueres	190 360	3,1%	136 974	2,8%	39,0%
Despesas de representação	67 650	1,1%	44 790	0,9%	51,0%
Comunicação	940 754	15,1%	832 697	16,9%	13,0%
Deslocações e estadas	129 067	2,1%	93 813	1,9%	37,6%
Seguros	96 873	1,6%	82 052	1,7%	18,1%
Gastos com trabalho independente	296 757	4,8%	212 008	4,3%	40,0%
Publicidade e propaganda	496 099	8,0%	508 619	10,3%	-2,5%
Limpeza, higiene e conforto	36 730	0,6%	32 426	0,7%	13,3%
Contencioso e notariado	776	0,0%	797	0,0%	-2,6%
Vigilância e segurança	25 570	0,4%	0	0,0%	100,0%
Trabalhos especializados	2 932 112	47,0%	2 113 359	43,0%	38,7%
Quotizações (da actividade)	112 508	1,8%	96 902	2,0%	16,1%
Refeições no local de trabalho	5 528	0,1%	3 102	0,1%	78,2%
Gastos com cobrança de prémios	313 667	5,0%	300 653	6,1%	4,3%
Outros fornecimentos e serviços	145 927	2,3%	116 513	2,4%	25,2%
Total	6 239 836	100%	4 915 047	100%	27,0%

Algumas rubricas de fornecimento de serviços registaram uma variação mais significativa, nomeadamente:

- O aumento de 56,3% em combustíveis e de 75,7% em impressos é essencialmente justificado pela inflação verificada no exercício;
- Nos artigos para oferta, a variação de 79,4% é resultante das ofertas a rede de mediação;
- As rendas e alugueres aumentaram 39% principalmente devido a novos contratos de equipamento informático;
- O aumento das despesas de representação e deslocações e estadas em 51% e 37,6%, respetivamente, resulta da retoma da atividade em consequência do levantamento das restrições relacionadas com a Covid-19;
- Os gastos com trabalho independente aumentaram 40% resultante do maior recurso a serviços de assessoria jurídica durante o ano de 2022;
- Os projetos de desenvolvimento das plataformas informáticas e digitais em curso justificam o aumento de 38,7% de trabalhos especializados no exercício.

18. Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores ventilado por categorias profissionais

Conforme o Acordo de Empresa (AE), o número médio de Colaboradores, por categorias profissionais, ao serviço da Caravela durante o exercício de 2022 foi de 139, que compara com

128 em 2021, sendo de 140 o número absoluto em 31 de dezembro de 2022, mais seis Colaboradores do que no ano de 2021, que eram 133.

MÉDIA ANO		TOTAL ANO	
ACORDO DE EMPRESA		ACORDO DE EMPRESA	
Diretor	1	Diretor	1
Gestor Técnico	13	Gestor Técnico	11
Gestor Comercial	4	Gestor Comercial	5
Gestor Operacional	3	Gestor Operacional	3
Técnico	19	Técnico	20
Coordenador Operacional	25	Coordenador Operacional	25
Especialista Operacional	71	Especialista Operacional	70
Auxiliar Geral	1	Auxiliar Geral	1
Assistente Operacional	2	Assistente Operacional	4
MÉDIA ANO	139	TOTAL ANO	140

Despesas com o pessoal referentes ao exercício

Os custos com pessoal totalizaram 7.306.278 euros no exercício, que se comparam com 6.731.247 euros em 2021, correspondendo a um aumento de 8,5% em relação ao ano anterior, e incluem a contabilização no exercício do montante de 42.252 euros, correspondente ao encargo com o pagamento do prémio de permanência, nos termos enunciados na nota 3.6.

De referir a contribuição adicional do exercício, efetuada para o Plano Individual de Reforma (P.I.R.), no montante de 79.826 euros, que em 2021 havia sido de 76.237 euros, conforme mencionado no ponto seguinte.

Estas despesas tinham a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

U: Euro

Contas	Rubricas	2022	2021	2022/2021
	Gastos com Pessoal			
6800	Remunerações dos órgãos sociais	660 826	675 906	-2,23%
6801	Remunerações do pessoal	4 761 081	4 451 665	6,95%
6802	Encargos sobre remunerações	1 279 005	1 205 418	6,10%
6803	Benefícios pós-emprego	79 826	76 237	4,71%
6804	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	42 252	19 745	113,99%
6806	Seguros obrigatórios	166 642	155 484	7,18%
6807	Gastos de ação social	96 476	88 967	8,44%
6808	Outros gastos com o pessoal	220 170	57 826	280,74%
	TOTAL	7 306 278	6 731 247	8,54%

Em complemento da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais e de Fiscalização, não se registam quaisquer outros compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados, para além de um ex-administrador que, está abrangido pelo “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas/Plano de Pensões de Benefício Definido” referido na nota seguinte.

19. Obrigações com benéficos dos empregados

Plano de Pensões de Benefício Definido

É um plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades abrangidas pelo disposto no CCT de 2008, e que é independente do regime público da Segurança Social, abrangendo os trabalhadores sindicalizados admitidos na atividade até 22 de junho de 1995 e que então não aderiram a outra das soluções propostas.

A pensão a atribuir é definida de acordo com o estipulado no CCT 2008, sendo este benefício garantido aos trabalhadores que se reformarem na atividade seguradora.

Este plano abrange apenas um participante (ex-administrador reformado por velhice), conforme quadro seguinte:

POPULAÇÃO REFORMADA	
Número de beneficiários	1
Idade Média	77
Pensão/ Prestação Média Anual (€)	3.763

Plano de Pensões de Contribuição Definida

É um plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma (PIR) que teve início em 1 de janeiro de 2012.

As contribuições para este plano são de valor correspondente às percentagens indicadas no Anexo V do Acordo de Empresa, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, tendo a contribuição no ano de 2022 sido no montante de 79.826 euros.

O valor das contribuições está garantido à data da liquidação do benefício.

As responsabilidades da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

PRESSUPOSTOS	
Tábua de mortalidade	TV8890
Taxa Técnica	2,5%
Encargos	0,9%

POPULAÇÃO ATIVA	
Número de participantes	105
Idade Média	46,4
Salário Médio Anual (€)	20 369
Antiguidade Média Empresa (anos)	17,3

	<i>U: Euro</i>
RESULTADOS	
Valor das Responsabilidades em 31.12.2022	402 699
Valor total das Contribuições (PIR)	402 699
Valor do Fundo em 31.12.2021	418 402
Rácio de Financiamento	103,90%

20. Imposto sobre o rendimento

Imposto corrente

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declarações de autoliquidação da Companhia, elaboradas em conformidade com as normas fiscais vigentes, ficando sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Administração Tributária durante o período de cinco anos.

A Caravela apresentou em 31.05.2022 a sua candidatura ao sistema de incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE) relativa ao exercício de 2021, cuja apreciação por parte da Agência Nacional de Inovação (ANI), no exercício das suas competências, aprovou a classificação das despesas apresentadas como respeitantes a atividade de I&D, conduzindo desta forma a uma decisão favorável e final de deferimento integral da candidatura, beneficiando do crédito fiscal de 1.562.500 euros, tendo sido deduzido na declaração Modelo 22 de IRC do ano 2021 parte deste benefício fiscal no valor de 419.717 euros, ficando disponível de dedução fiscal no exercício de 2022 o valor de 1.142.783 euros.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são calculados tendo por base as diferenças temporárias que existem entre alguns valores ativos e passivos e a respetiva base fiscal.

São apresentados na página seguinte os ativos e passivos por impostos correntes e diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

U: Euro

	2022	2021
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento (entregas por conta)	673 435	478 699
Imposto sobre o Rendimento (retenções efetuadas por terceiros)	155 998	126 165
Imposto sobre o Valor Acrescentado (a favor Companhia)	0	0
Imposto de Selo (processado)	75 478	98 783
Retenção de Impostos na Fonte	226	133
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil (processado)	161	0
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho (processado)	151 606	65 911
Taxa para o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	32 276	0
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel (processado)	0	0
Contribuições para a Segurança Social (a favor Companhia)	45 761	35 087
	1 134 942	804 778
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o Rendimento a Pagar	-160 204	-134 008
Retenção de Impostos na Fonte	-133 486	-122 795
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-11 870	-38 854
Imposto de Selo	-1 006 953	-1 166 255
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil	-68 501	-73 618
Taxa para o Instituto Nacional de Emergência Médica	-282 631	-327 157
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho	-1 936 207	-1 453 879
Taxa para o Instituto de Seguros Portugal	-156 994	-136 419
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel	-316 292	-313 252
Cartas Verdes	-26 963	-31 831
Contribuições para a Segurança Social	-136 201	-129 027
Tributos das Autarquias	-51 843	-23 343
	-4 288 145	-3 950 438
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	1 569 956	41 996
Por prejuízos fiscais	0	0
	1 569 956	41 996
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	0	42 030
	0	42 030
Total	-1 583 246	-3 061 634

Nos termos do artigo 21º do DL nº. 441/1991 e do DL nº. 534/1980, a Companhia apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

21. Capital

O capital social subscrito e realizado da Caravela era, em 31 de dezembro de 2022, de 44.388.315 euros, estando representado por 79.056.677 ações nominativas sem valor nominal, encontrando-se disperso por diversos acionistas, pessoas singulares e coletivas.

A composição do capital social subscrito era, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a seguinte:

Acionistas	Beneficiário Último	Nº. de ações 2022	% do capital social 2022	Nº. de ações 2021	Nº. de ações 2021
MONSEUL UNIPessoal, LDA	Francisco Miguel Cubelo Faria Vasconcelos Machado	2 156 279	2,73%	2 156 279	2,73%
ANCORAS DE JUPITER UNIPessoal LDA	Luís Filipe Sampaio Cervantes	3 288 760	4,16%	3 288 760	4,16%
SUSTENTÁVELEXITO UNIPessoal, LDA	Fernando José Lopes Araújo	2 156 279	2,73%	2 156 279	2,73%
INTERNATIONAL TRADE WINDS HOLDING, LTD	Mário Nuno dos Santos Ferreira	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
VIOLAS SGPS, SA	Manuel Soares de Oliveira Violas Rita Celeste Soares Violas e Sá	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
NELSON QUINTAS PATRIMÓNIO, LDA	Jorge Nelson Ferreira de Aguiar Quintas	5 533 967	7,00%	5 533 967	7,00%
TLCI 2 - SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TELECOMUNICAÇÕES, SA	António Jorge Pereira Martins João Pedro de Freitas Pereira Martins Guilherme Pereira Martins	1 233 286	1,56%	1 233 286	1,56%
IBG - HOLDING, LTD	Isabel Maria Araújo Rodrigues de Sá	3 288 760	4,16%	3 288 760	4,16%
GOL HEALTH, LDA	António Miguel Gouveia de Brito Pinheiro Pereira Carlos Manuel Ribeiro de Sousa Carlos Alberto Fernandes Barbosa João Manuel Varandas Fernandes	1 233 285	1,56%	1 233 285	1,56%
DAXA PARTICIPAÇÕES, SGPS, UNIPessoal, LDA	António Ferreira da Silva	2 055 475	2,60%	2 055 475	2,60%
Manuel Salgueiro Rodrigues	Manuel Salgueiro Rodrigues	822 190	1,04%	822 190	1,04%
IMPACTO MAGNÉTICO UNIPessoal, LDA	Inácio da Silva Sousa	1 233 257	1,56%	1 233 257	1,56%
BLUE WAVE, SA	António Manuel Nestor Ribeiro	1 541 606	1,95%	1 541 606	1,95%
FEMACOSA, UNIPessoal, LDA	Fernando Manuel Fernandes da Costa Santos	1 541 606	1,95%	1 541 606	1,95%
DIVAD, LDA	Maria Filomena de Brito Vargas Lopes David Mário Henrique de Almeida Santos David	411 095	0,52%	411 095	0,52%
Gilberto Almeida Romeiro	Gilberto Almeida Romeiro	770 803	0,98%	770 803	0,98%
GOBGEST, LDA	Jorge Filipe Araújo Pontes	411 095	0,52%	411 095	0,52%
José António Carvalho Pereira	José António Carvalho Pereira	308 321	0,39%	308 321	0,39%
TCO INVESTIMENTOS - SGPS LDA	Carlos Alberto da Cunha Oliveira	205 547	0,26%	205 547	0,26%
Francisco José Pereira Gonçalves	Francisco José Pereira Gonçalves	411 095	0,52%	411 095	0,52%
Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró	Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró	205 547	0,26%	205 547	0,26%
TPIF Douro Bidco S.A.R.L.	Martin Brian Hughes	37 947 205	48,00%	37 947 205	48,00%
IMOMINIUS - Soc. Imobiliária, S.A.	José Manuel Capa Pereira	1 233 285	1,56%	1 233 285	1,56%
Total		79 056 677	100%	79 056 677	100%

No quadro seguinte pode-se analisar a composição do capital próprio da Caravela no final dos exercícios em análise - 2022 e 2021:

U: Euro

Capital Próprio	2022	2021
Capital Social	44 388 315	44 388 315
Reservas de Reavaliação	-6 802 326	186 798
Reserva por impostos diferidos	1 530 523	-42 030
Outras Reservas		
Reserva Legal	2 757 085	2 417 514
Reservas Livres	11 122 598	8 066 461
Resultados Transitados	137 567	137 567
Resultado do Exercício	4 048 889	3 395 708
	57 182 652	58 550 335

Nos quadros seguintes analisa-se a rubrica de “Resultados Transitados”:

2022
U: Euro

Resultados Transitados	Débito	Crédito
Balço em 31-12-2021		137 567
Resultado Líquido do Exercício de 2021		3 395 708
Transferência para Reserva Legal	339 571	
Transferência para Reservas Livres	3 056 137	
	3 395 708	3 533 275
Balço em 31-12-2022		137 567

2021
U: Euro

Resultados Transitados	Débito	Crédito
Balço em 31-12-2020		940 793
Resultado Líquido do Exercício de 2020		3 959 651
Transferência para Reserva Legal	395 965	
Transferência para Reservas Livres	3 563 686	
Reversão Ativo Imposto Diferido - Prejuízos Fiscais 2014	803 226	
	4 762 877	4 900 444
Balço em 31-12-2021		137 567

22. Reservas

Os movimentos das diversas reservas registadas no capital próprio em 2022 foram os que se apresentam na seguinte Demonstração de Variações no Capital Próprio:

2022
U: Euro

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Demonstração da Posição Financeira a 31-12-2021	44 388 315	186 798	0	-42 030	2 417 514	8 066 461	137 567	3 395 708	58 550 335
Aumentos/reduções de capital									0
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-46 648							-46 648
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-6 942 477							-6 942 477
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				1 572 553					1 572 553
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					339 571	3 056 137	-3 395 708		0
Distribuição de lucros									0
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							3 395 708	-3 395 708	0
Total das variações do capital próprio	0	-6 989 125	0	1 572 553	339 571	3 056 137	0	-3 395 708	-5 416 571
Resultado líquido do período								4 048 889	4 048 889
Demonstração da Posição Financeira a 31-12-2022	44 388 315	-6 802 326	0	1 530 523	2 757 085	11 122 598	137 567	4 048 889	57 182 652

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores, não tendo relevância em ganhos e perdas até ao momento da alienação dos bens, em que o respetivo saldo é reconhecido em resultados, ou diretamente em capital próprio.

A composição da reserva de reavaliação no final dos exercícios de 2022 e 2021 era a que se segue:

2022
U: Euro

	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Partes Capital Filiais, Assoc. e out. Emp.	11 190 511	0	11 143 863	-46 648
Activos disponíveis para venda	89 573 526	-175 258	82 642 590	-6 755 679
				-6 802 326

2021
U: Euro

	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Activos disponíveis para venda	104 668 081	-176 805	104 678 074	186 798
				186 798

Reserva legal

De acordo com o artigo 62º da Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, uma percentagem não inferior a dez por cento dos lucros líquidos anuais é transferida para esta conta até à concorrência do capital social.

Deve ser utilizada unicamente para aumento do capital social ou na cobertura de prejuízos, não podendo ser distribuída.

O saldo desta rubrica registou um aumento de 339.571 euros no exercício, correspondente à percentagem de 10% do lucro líquido do exercício anterior, que transitou para Reserva Legal.

Reservas livres

São reservas que resultam da parte excedente de resultados positivos não necessária para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados.

O seu saldo registou um aumento de 3.056.137 euros no exercício, correspondente ao remanescente de valor após a dotação da Reserva Legal.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente em resultados quando relacionam as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais, exceto se estão relacionados com rubricas de capitais próprios, caso em que são reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Analisa-se de seguida a variação desta reserva no encerramento dos exercícios de 2022 e 2021:

2022
U: Euro

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-42 030	0	1 572 553	1 530 523
	-42 030	0	1 572 553	1 530 523

2021
U: Euro

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-368 792	0	326 762	-42 030
	-368 792	0	326 762	-42 030

23. Transações entre partes relacionadas

No exercício de 2022, os honorários registados com a Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., foram os seguintes:

	U: Euro
Descrição dos Honorários MAZARS	Valor
Solvência II	18 450
Revisão Oficial Contas	61 500
TOTAL	79 950

24. Demonstração de fluxos de caixa

Esta demonstração foi elaborada pelo método direto e é apresentada no Relatório e Contas, conjuntamente com as restantes Demonstrações Financeiras.

25. Compromissos

A Caravela detém contratos de locação operacional e de locação financeira referentes a equipamentos de transporte.

O detalhe em 31 de dezembro de 2022, por anos de vencimento dos contratos de locação operacional, é referido no quadro seguinte:

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Valor máximo a pagar (€)
2023	7	14 949
2024	9	81 776
2025	4	61 170
2026	4	91 360
Total	24	249 254

O detalhe em 31 de dezembro de 2022 relativo a contratos de locação financeira era como segue:

U: Euro

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Nº de Contrato	Valor a pagar Juros	Valor a pagar Capital
2023	1	1860027000	30	13 599
2023	1	1860023400	30	13 563
2024	1	141337	1 869	24 798
2025	1	2060004900	833	41 544
Total			2 761	93 504

26. Provisões e passivos contingentes

A Companhia não considerou necessário a constituição de provisões para fazer face a pagamentos futuros, na medida em que não considera provável que tal venha a acontecer.

Não existem passivos contingentes a divulgar, à data das Demonstrações Financeiras.

27. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Não se verificaram acontecimentos relevantes a registar após a data do Balanço.

Lisboa, 17 de fevereiro de 2023

Contabilista Certificado

Carla Perico

Diretor Financeiro

Ludovico Belo

Conselho de Administração

Luís Cervantes

David Angulo

António Nestor Ribeiro

Fabrizio Cesario

George Koulouris

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

U: Euro

Código	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
							Unitário *	Total *
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS								
1.1 - Títulos Nacionais								
1.1.1 - Partes de Capital em filiais								
1.1.2 - Partes de Capital em associadas								
	YOUR FINANCE	5 524 882	5 524 882	100,00%	1,00	5 524 882	1,00	5 524 882
1.1.2 - Partes de Capital em empreendimentos conjuntos								
	sub-total	5 524 882	5 524 882			5 524 882		5 524 882
1.2 - Títulos Estrangeiros								
1.2.1 - Partes de Capital em filiais								
1.2.2 - Partes de Capital em associadas								
	F2X Group Limited	1 618 122	5 712 276	100,00%	1,00	5 712 276	0,99	5 665 629
1.2.2 - Partes de Capital em empreendimentos conjuntos								
	sub-total	1 618 122	5 712 276			5 712 276		5 665 629
	total	7 143 004	11 237 158			11 237 158		11 190 511
2 - OUTROS								
2.1 - Títulos Nacionais								
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1 - Acções								
	MOBILITY 24	3 571	3 571	100,00%	1,00	3 571	1,00	3 571
	COLMENA, Unip. Lda	100	100	100,00%	1,00	100	1,00	100
	sub-total	3 671	3 671			3 671		3 671
2.1.1.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
PTAPPAIM0000	EAST WEST VC - FUNDO CAP. RISCO	992	978 992	100,00%	1,00	978 992	0,96	932 847
PTCRVRIM0009	CAPITAL CRIATIVO IV	10	488 628	100,00%	1,00	488 628	0,97	464 650
PTCRVAIM0016	CAPITAL CRIATIVO V	10	500 000	100,00%	1,00	500 000	0,97	474 548
PTCRVOIM0010	FCR C2 R&D GROWTH VI	20	500 000	100,00%	1,00	500 000	1,00	484 935
PTGWTDIM0008	GROWTH INOV, FCR	1 500	1 500 000	100,00%	1,00	1 500 000	0,97	1 476 429
PTIDCKIM0009	INDICO BLUE FUND - FUNDO CAP. RISCO	1 500 000	1 500 000	100,00%	1,00	1 500 000	1,00	1 425 450
	sub-total	1 502 532	5 467 620			5 467 620		5 258 839
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTEAOE0021	PORTUGAL GOVT 4.95% / 25-10-2023	220	220 000	122,67%	1,23	269 863	1026,99	225 937
PTOTEOOE0033	ETAT PORTUGAL 0,3% / 17-10-2031	2 000	2 000 000	100,56%	1,01	2 011 100	764,22	1 528 433
	sub-total	2 220	2 220 000			2 280 963		1 754 370
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBSSJOM0014	BRISA 2% / 22-03-2023	100	100 000	99,77%	1,00	99 774	1,01	101 366
	sub-total	100	100 000			99 774		101 366
	total	1 504 855	7 791 291			7 852 028		7 318 266
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1 - Acções								
	CA Life	451	450 759	100,00%	1,00	490 196	1,09	490 196
	sub-total	451	450 759			490 196		490 196
2.2.1.2 - Títulos de participação								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
IE0030487957	PRODIS THEMA FUND	4 382	4 382		19,25	84 364	0	0
FR0007045109	FEDERAL SUPPORT MONET ESG SI	1 225	1 225		10 478,94	12 836 635	10 478,11	12 835 685
ES0119348011	DUNAS CLEAN ENERGY I. CLASE B	12 500	100		12 500,00	1 250 000	98,65	1 233 107
FR0011381227	OFI RS MONETAIRE IC	152	152		99 902,52	15 185 183	99 860,38	15 178 778
	sub-total	18 259	5 859			29 356 168		29 247 569
2.2.1.4 - Outros								
	sub-total	0				0,00		0,00
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
XS2024602240	AUTOBAHN SCHNELL 0.1% / 09-07-2029	900	900 000	100,05%	1,00	900 423	826,18	743 562
BE0000347568	ETAT BELGIQUE 0.9% / 22-06-2029	2 000	2 000 000	107,83%	1,08	2 156 500	887,33	1 774 668
ES0000012888	ETAT ESPAGNE 1.4% / 30-07-2028	2 000	2 000 000	109,43%	1,09	2 188 520	915,01	1 830 014
ES00000123X3	ETAT ESPAGNE 4.4% / 31/10/2023	130	130 000	126,81%	1,27	164 853	1 021,65	132 815
IE008H3SQ895	ETAT IRLANDE 1.1% / 15-05-2029	1 000	1 000 000	108,61%	1,09	1 086 090	902,83	902 832
IE0084TV0D44	ETAT IRLANDE 5.4% / 13-03-2025	130	130 000	142,40%	1,42	185 120	1 099,05	142 876
	sub-total	6 160	6 160 000			6 681 506		5 526 766
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
FR0013183167	ILE DE FRANCE 0.5% / 14-06-2025	200	200 000	97,54%	0,98	195 086	939,94	187 988
FR0011512193	ILE DE FRANCE 2.25% / 10-06-2023	200	200 000	110,91%	1,11	221 810	1 010,30	202 060
ES0000101818	MADRID 2.146% / 34-04-2027	350	350 000	115,19%	1,15	403 179,00	967,60	338 662
ES0000106619	PAYS BASQUE 1.450% / 30-04-2028	650	650 000	111,41%	1,11	724 132,50	916,63	595 811
	sub-total	1 400	1 400 000			1 544 208		1 324 521

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
2.2.2.3 - De outros emissores								
XS1136406342	3M 1.5%/ 09-11-2026	1 000	1 000 000	102,58%	1,03	1 025 770	942,04	942 037
XS2180510732	ABN AMRO BANK 1.250%/ 28-05-2025	500	500 000	99,68%	1,00	498 400	793,16	396 578
XS2555178644	ADIDAS 3%/ 21-11-2025	500	500 000	99,90%	1,00	499 505	992,19	496 094
ES0200002022	ADIF AV 0.8%/ 05-07-2023	200	200 000	99,74%	1,00	199 488	994,02	198 805
ES0200002048	ADIF AV 0.950%/ 30-04-2027	200	200 000	99,85%	1,00	199 692	908,38	181 675
FR0013302197	ADP 1%/ 13-12-2027	700	700 000	106,68%	1,07	746 782	880,29	616 205
XS1529854793	AEGON 1%/ 08-12-2023	200	200 000	100,45%	1,00	200 900	985,53	197 106
FR0013431137	AFD 0.25%/ 29-06-2029	600	600 000	100,63%	1,01	603 780	821,77	493 060
XS0745896000	AFD 3.75%/ 15-02-2027	400	400 000	126,57%	1,27	506 272	1 049,87	419 950
FR0014001LQ5	AGENCE FRANCE LOCALE 0%/ 20-03-2031	1 000	1 000 000	96,38%	0,96	963 840	758,20	758 200
FR0013505559	AIR LIQUIDE FIN 1%/ 02-04-2025	300	300 000	99,89%	1,00	299 679	959,88	287 964
DE000A1954V6	ALLIANZ FIN II 0.875%/ 06-12-2027	900	900 000	105,84%	1,06	952 560	890,80	801 719
XS1878191052	AMADEUS IT 0.875%/ 18-09-2023	400	400 000	99,90%	1,00	399 592	986,39	394 557
XS2389757944	ANZ NOVA ZELÂNDIA 0.2%/ 23-09-2027	1 000	1 000 000	99,74%	1,00	997 380	836,54	836 542
FR0013251170	ASF 1.125%/ 20-04-2026	100	100 000	99,71%	1,00	99 711	934,06	93 406
XS1907118894	AT AND T 1.05%/ 05-09-2023	300	300 000	99,75%	1,00	299 250	989,87	296 960
XS2180007549	AT T 1.6%/ 19-05-2028	400	400 000	107,75%	1,08	430 992	897,21	358 883
XS1079726334	BANK OF AMERICA 2.375%/ 19-06-2024	100	100 000	109,03%	1,09	109 030	1 000,89	100 089
FR0014009A50	BFCM 1% / 23/05/2025	500	500 000	99,93%	1,00	499 660	947,78	473 891
FR001400CMY0	BFCM 3.125% / 14-09-2027	500	500 000	99,70%	1,00	498 520	982,65	491 323
XS1589881785	BMW FIN 0.875% / 03-04-2025	150	150 000	99,48%	0,99	149 217	957,22	143 583
XS1910245676	BMW FIN 1% / 14-11-2024	200	200 000	99,28%	0,99	198 568	963,19	192 638
XS1419646317	BNP 1.5% / 25-05-2028	900	900 000	109,53%	1,10	985 770	907,34	816 607
FR0014006CS9	BOUYGUES 0.5% / 02-11-2030	1 000	1 000 000	99,77%	1,00	997 730	791,31	791 308
XS1114473579	BP CAPITAL MARKETS PLC 2.213% / 25-09-2026	200	200 000	110,35%	1,10	220 700	956,48	191 296
XS185127969	BP CAPITAL MARKETS 0.9% / 03-07-24	500	500 000	100,35%	1,00	501 760	964,86	482 432
FR0013204476	BPCE 0.375% / 05-10-2023	100	100 000	96,10%	0,96	96 102	983,69	98 369
FR0013455540	BPCE 0.5% / 24-02-2027	400	400 000	99,07%	0,99	396 284	869,15	347 659
FR0013403862	BPCE SFH 0.625% / 22-09-2027	300	300 000	101,74%	1,02	305 220	883,71	265 114
FR001400DGZ7	BPCE SFH 3.125% / 24-01-2028	500	500 000	99,56%	1,00	497 810	993,62	496 811
FR0013244415	BPIFRANCE 0.75% / 25-11-2024	400	400 000	102,90%	1,03	411 600	956,34	382 536
FR0013256369	BPIFRANCE 1% / 25-05-2027	300	300 000	103,17%	1,03	309 504	915,33	274 598
FR001400DZ13	CADES 2.875% / 25-05-2027	700	700 000	99,51%	1,00	696 570	988,94	692 261
XS1401331753	CARREFOUR 0.75% / 26-04-2024	100	100 000	99,21%	0,99	99 214	971,62	97 162
FR0014009D26	CARREFOUR 1.875% / 30-10-2026	300	300 000	99,94%	1,00	299 817	936,43	280 930
FR001400DXH0	CFF 3.125% 18-05-2027	700	700 000	99,76%	1,00	698 348	993,58	695 507
XS1197833053	COCA COLA 1.125% / 09-03-2027	1 000	1 000 000	98,82%	0,99	988 220	823,02	823 017
FR0014005114	CREDIT AGRICOLE 0.5% / 21-09-2029	800	800 000	99,77%	1,00	798 176	810,28	648 227
FR0011625482	CREDIT AGRICOLE 3.15% / 23-12-2023	400	400 000	114,65%	1,15	458 600	999,50	399 800
FR0011659366	CREDIT AGRICOLE SA 3.030 / 21-02-2024	250	250 000	114,12%	1,14	285 300	1 003,28	250 821
FR0013510476	CRH 0.125% / 30/04/2027	1 000	1 000 000	90,30%	0,90	902 960	874,04	874 039
DE000A194DD9	DAIMLER FIN 0.875% / 09-04-2024	300	300 000	99,52%	1,00	298 554	977,98	293 393
XS2391406530	DEUTSCHBAHNFIN 0,35% / 29-09-2031	600	600 000	99,85%	1,00	599 118	759,99	455 995
XS1309518998	DEUTSCHE BAHN FIN 1.25% / 23-10-2025	100	100 000	99,00%	0,99	98 996	957,86	95 786
XS2526860965	EAST JAPAN RAILWAY 2.614% / 08-09-2025	500	500 000	100,00%	1,00	500 000	980,46	490 232
XS2009152591	EASYJET 0.875% / 11-06-2025	300	300 000	98,45%	0,98	295 347	916,77	275 030
XS1505884723	EASYJET 1.125% / 18-10-2023	100	100 000	99,38%	0,99	99 384	982,48	98 248
XS1558083652	EDP FINANCE 1.875% / 29-09-2023	100	100 000	99,66%	1,00	99 657	997,98	99 798
XS1222590488	EDP FINANCE 2% / 22-04-2025	200	200 000	103,98%	1,04	207 950	977,76	195 553
XS2390400716	ENEL FIN INTL 0.375% / 28-05-2029	500	500 000	99,90%	1,00	499 510	796,73	398 365
XS1684269332	ENI 1% / 14-03-2025	100	100 000	99,67%	1,00	99 671	955,50	95 550
XS2463505581	EON 0.875% / 08-01-2025	100	100 000	99,88%	1,00	99 880	958,44	95 844
XS1515222385	EQUINOR 0.75% / 09-11-2026	300	300 000	104,47%	1,04	313 419	909,57	272 871
XS1396767854	GAS NATURAL FIN 1.25% / 19-04-2026	300	300 000	100,90%	1,01	302 700	924,67	277 400
XS1147605791	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL 1.375% / 02-12-2024	200	200 000	104,35%	1,04	208 700	969,19	193 838
XS1147605791	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL 3% / 28-11-2027	500	500 000	99,93%	1,00	499 635	980,81	490 406
FR0013444304	HSBC FRANCE 0.1% / 03-09-2027	300	300 000	99,85%	1,00	299 547	854,13	256 238
XS1485597329	HSBC HLDG 0.875% / 06-09-2024	200	200 000	98,20%	0,98	196 400	961,68	192 336
XS2486589596	HSBC HLDG 3.019% / 15-06-2027	700	700 000	100,00%	1,00	700 000	969,36	678 552
XS2442764747	IBM 0.875% 09-02-2030	500	500 000	99,20%	0,99	496 015	828,79	414 396
XS1375955678	IBM 1.75% 07-03-2028	600	600 000	113,11%	1,13	678 660	922,64	553 581
FR0013320058	ICADE 1.625% / 28-02-2028	500	500 000	107,88%	1,08	539 395	845,12	422 562

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
XS1882544627	ING GROUP 1%/ 20/09/2023	200	200 000	99,32%	0,99	198 647	988,79	197 759
XS2483607474	ING GROUP 2.125%/ 23-05-2026	600	600 000	99,93%	1,00	599 568	964,92	578 955
XS1319817323	INTL FLAVOR FRAGRANCES 1.75%/ 14-03-2024	100	100 000	99,82%	1,00	99 822	991,70	99 170
XS1578294081	ITALGAS 1.125%/ 14-03-2024	100	100 000	99,71%	1,00	99 706	977,00	97 700
XS1683495136	JOHN DEERE CASH MANAG. 0.5%/ 15-09-2023	400	400 000	99,86%	1,00	399 434	987,47	394 986
XS1402921412	JP MORGAN 1.5%/ 29-10-2026	600	600 000	105,00%	1,05	629 986	927,49	556 493
FR0013121753	KLEPIERRE 1.875%/19-02-2026	700	700 000	106,59%	1,07	746 109	947,38	663 167
FR0012758985	LA POSTE 1.125%/04-06-2025	200	200 000	101,75%	1,02	203 500	950,37	190 075
FR0013286846	LEGRAND 0.5%/ 09-10-2023	200	200 000	99,47%	0,99	198 942	984,24	196 847
FR0013266830	LEGRAND 0.75%/ 06-07-2024	200	200 000	99,59%	1,00	199 186	970,86	194 172
XS0257022714	LEHMAN 0% /12-06-2013	100	100 000	92,45%	0,92	92 451	0,10	10
XS2393236000	MCDONALD S 0.25%/04-10-2028	400	400 000	99,33%	0,99	397 320	826,40	330 561
XS1403264374	MCDONALDS 1%/ 15-11-2023	300	300 000	100,94%	1,01	302 822	988,56	296 568
XS2535307743	MEDTRONIC GLOBAL 2.625%/ 15-10-2025	500	500 000	99,65%	1,00	498 260	981,26	490 632
XS2491029208	MERCK FIN SERV 1.875%/ 15-06-2026	1 000	1 000 000	99,83%	1,00	998 250	963,12	963 123
XS1398336351	MERLIN PROP. 2.225%/ 25-04-2023	400	400 000	105,16%	1,05	420 630	1 012,24	404 896
XS1675764945	MITSUBISHI UFJ FIN GR 0.872%/ 07-09-2024	400	400 000	100,00%	1,00	400 000	958,95	383 579
XS2241387096	MIZUHO FIN 0.693%/ 07-10-2030	600	600 000	100,31%	1,00	601 852	771,61	462 968
XS2446386356	MORGAN STANLEY 2.103%/ 08-05-2026	300	300 000	100,00%	1,00	300 000	966,96	290 087
XS1685481332	NATIONAL AUSTRALIA BK 0.625%/ 18-09-2024	800	800 000	99,50%	1,00	796 024	959,38	767 505
XS2148372696	NESTLÉ FIN INTL 1.125%/ 01/04/2026	700	700 000	96,86%	0,97	678 028	955,55	668 882
XS1574158082	PFIZER 1%/ 06-03-2027	900	900 000	93,41%	0,93	840 654	925,62	833 057
XS2149368529	PHILIPS 1.375%/ 30-03-2025	200	200 000	99,55%	1,00	199 100	962,90	192 579
XS1900752814	PROCTER AND GAMBLE 1.2%/ 30-10-2028	900	900 000	108,76%	1,09	978 840	896,54	806 885
XS1382784509	RABOBANK 1.250%/ 23-03-2026	100	100 000	103,67%	1,04	103 672	948,69	94 869
FR0013183431	RATP 0.375% 15-06-2024	500	500 000	100,55%	1,01	502 740	962,94	481 472
FR0013241361	RCI BANQUE 1.375% 08-03-2024	40	40 000	99,78%	1,00	39 910	985,03	39 401
FR0013393774	RCI BANQUE 2%/ 11-07-2024	200	200 000	99,63%	1,00	199 260	982,98	196 596
FR0012199065	RESEAU DE TRANSPORT 1.625%/ 08-10-2024	200	200 000	106,20%	1,06	212 400	974,64	194 928
XS2153459123	ROYAL SCHIPHOL 2%/ 06-04-2029	900	900 000	111,85%	1,12	1 006 650	905,94	815 346
FR0013214137	SAGESSE 0.625%/ 20-10-2028	100	100 000	98,65%	0,99	98 650	861,33	86 133
FR0013053329	SANEF 1.875% /16-03-2026	100	100 000	102,12%	1,02	102 120	944,90	94 490
FR0013505104	SANOFI 1%/01-04-2025	200	200 000	99,72%	1,00	199 446	964,21	192 841
XS1956025651	SANTANDER CONS FIN 1%/ 27-02-2024	100	100 000	99,56%	1,00	99 555	981,61	98 161
XS2166754957	SCHLUMBERGER FINANCE 1.375% 28-10-2026	1 000	1 000 000	105,83%	1,06	1 058 346	925,31	925 311
XS2526839258	SIEMENS FIN NV 2,5%/ 08-09-2027	200	200 000	99,91%	1,00	199 824	968,21	193 642
XS2433211310	SNAM 0.75%/ 19-11-2023	250	250 000	99,44%	0,99	248 588	819,49	204 872
XS1318709497	SNAM 1.375%/ 19-11-2023	200	200 000	103,41%	1,03	206 820	985,78	197 156
XS0867612466	SOCIETE GENERALE 4%/ 07-06-2023	300	300 000	114,95%	1,15	344 850	1 025,08	307 525
FR001400DZM5	SOCIETE GENERALE 4%/ 16-11-2027	500	500 000	99,82%	1,00	499 110	1 005,03	502 516
XS2404629235	SVENSKA HANDELSBANKEN 0.125% 03-11-26	1 000	1 000 000	99,75%	1,00	997 510	875,80	875 799
FR0013016631	TDF INFRASTRUCTURE 2.875%/ 19-10-2022	600	600 000	99,62%	1,00	597 696	760,24	456 143
XS2001737324	TELENOR 0.75%/ 31-05-2026	300	300 000	99,82%	1,00	299 451	909,90	272 969
XS0903136736	TELSTRA CORP 2.5%/ 15-09-2023	500	500 000	111,39%	1,11	556 930	1 005,13	502 564
FR0013311347	THALES 0.75%/ 23-01-2025	800	800 000	101,89%	1,02	815 104	948,03	758 422
XS2338955805	TOYOTA MOTOR CR 0.125%/05-11-2027	1 000	1 000 000	99,86%	1,00	998 640	848,59	848 592
FR0013332988	UNIBAIL-RODAMCO 1.125%/ 15-09-2025	300	300 000	99,77%	1,00	299 313	924,30	277 289
XS1401196958	UNIBAIL-RODAMCO 1.125%/ 28-04-2027	600	600 000	105,53%	1,06	633 162	871,91	523 148
FR0013367620	VINCI 1%/ 26-09-2025	200	200 000	99,48%	0,99	198 954	944,13	188 826
FR0013282571	VIVENDI 0.875%/ 18-09-2024	400	400 000	99,37%	0,99	397 468	955,29	382 117
XS1972548231	VOLKSWAGEN FIN SVCS 1.5%/ 01-10-2024	200	200 000	99,54%	1,00	199 076	961,44	192 288
XS1642590480	VOLKSWAGEN LEASING 1.375%/ 20-01-2025	600	600 000	101,89%	1,02	611 357	959,20	575 518
XS1130067140	WELLS FARGO 1.125%/ 29-10-2021	1 000	1 000 000	105,54%	1,06	1 055 400	900,89	900 886
sub-total		50 190	50 190 000			51 121 943		45 866 208
2.3 - Derivados de negociação		60 070	60 070 000			61 728 394		54 573 231
sub-total		0				0,00		0,00
2.4 - Derivados de cobertura								
sub-total		0				0,00		0,00
total		73 282				108 283 222		100 764 037
3 - TOTAL GERAL		73 282				108 283 222		100 764 037

* Inclui o valor dos juros decorridos

ANEXO 2 - DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS
U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2021	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros * em 31/12/2022	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
VIDA	0	0	0	0
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	42 513 958	9 550 224	44 427 546	11 463 811
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	4 245 039	1 600 526	2 405 747	-238 766
-RESPONSABILIDADE CIVIL	21 994 210	13 784 478	10 860 665	2 650 933
-OUTRAS COBERTURAS	5 408 439	4 797 802	336 293	-274 344
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	240 062	67 641	162 607	-9 815
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1 359 309	313 812	945 840	-99 657
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	8 203	28 847	4 507	25 151
ASSISTÊNCIA	837 850	711 037	149 215	22 402
DIVERSOS	500	0	500	0
TOTAL	76 607 571	30 854 366	59 292 918	13 539 714
TOTAL GERAL	76 607 571	30 854 366	59 292 918	13 539 714

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano 2021 e anteriores

ANEXO 3 - DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS
U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	16 567 551	1 813 441	14 046 037	32 427 028
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	4 535 007	201 759	5 370 538	10 107 303
- RESPONSABILIDADE CIVIL	29 669 059	1 005 016	4 909 490	35 583 565
- OUTRAS COBERTURAS	16 280 663	389 517	614 599	17 284 779
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	100 770	2 642	-33 631	69 781
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	586 977	36 465	105 648	729 091
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	29 729	0	11 617	41 347
ASSISTÊNCIA	5 309 017	0	796 297	6 105 314
DIVERSOS	0	0	0	0
TOTAL	73 078 772	3 448 839	25 820 595	102 348 207
RESSEGURO ACEITE	0	0	0	0
TOTAL GERAL	73 078 772	3 448 839	25 820 595	102 348 207

ANEXO 4 - DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

U: Euro

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO NÃO VIDA					
Acidentes e Doença	39 096 977	38 774 076	32 427 028	10 670 582	3 007 689
Incêndio e Outros Danos	14 378 951	13 350 327	10 107 303	3 741 758	3 507 131
Automóvel:					
Responsabilidade Civil	40 120 700	39 691 203	35 583 565	7 578 376	124 731
Outras Coberturas	27 942 913	27 919 870	17 284 779	5 376 879	-2 811 330
Marítimo e Transportes	151 659	149 225	-2 065	28 119	-83 898
Mercadorias Transportadas	217 676	204 919	71 846	45 348	-64 494
Resp.Civil Geral	1 909 160	1 857 782	729 091	497 687	-25 782
Protecção Jurídica	267 911	262 626	41 347	5 164	0
Assistência	6 729 856	6 600 845	6 105 314	131 635	-50
TOTAL	130 815 803	128 810 874	102 348 207	28 075 549	3 653 996

(*) Sem dedução da parte dos resseguradores

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Relatório e
Parecer do
Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da
CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A.

1. RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A., apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2022 e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia, a evolução da sua atividade, tendo registado com muito agrado o desenvolvimento da sua atividade. Registou, ainda, o bom desempenho da Companhia no presente exercício.

O Conselho Fiscal promoveu com regularidade reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões, tendo em consideração que a situação de pandemia provocada pelo coronavírus SARSCoV2 se mantém, decorreram por vídeo conferência. Contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira e Conselho de Administração. Mantivemos, igualmente, contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou, ainda, o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas da Companhia, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e demais documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e os correspondentes, elaborados em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Procedeu, ainda, à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, dos serviços da empresa e do Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e na alínea c) do n.º 1 do art.º 245.º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da empresa.

Declaram ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Companhia, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 23 de março de 2023

O Conselho Fiscal

Presidente:



(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

Vogal:



(Humberto Manuel Martins Carneiro)

Vogal:



(José Elísio Lopes da Silva Quintas)

RELATÓRIO E CONTAS 2022

Certificação Legal de Contas



Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. (a «Companhia»), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 206 474 619 euros e um total de capital próprio de 57 182 652 euros, incluindo um resultado líquido de 4 048 889 euros), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caravela – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Provisões Técnicas

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Conforme divulgado nas Notas 3.7, 4.1, 4.2, 4.5 e 4.6 do Anexo às demonstrações financeiras, a avaliação pelo Órgão de gestão sobre as Provisões para regularização de sinistros futuros, envolve julgamentos complexos e subjetivos sobre eventos futuros, internos e externos à Companhia, onde pequenas alterações nos pressupostos considerados podem resultar em impactos relevantes na valorização destas responsabilidades.</p> <p>As provisões técnicas apresentadas na Demonstração da posição financeira (no montante global de 128 121 milhares de euros), representam cerca de 86% do total do passivo da Companhia, em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>A Provisão para sinistros, (a qual integra a Provisão de prestações, IBNR, IBNER e o Custo de Gestão de Sinistros) representa o custo estimado do total das obrigações pendentes da seguradora resultante dos sinistros ocorridos em data anterior à data de encerramento do exercício. Esta, é uma área complexa e sujeita a julgamento profissional em resultado da incerteza inerente ao cálculo da estimativa das provisões para sinistros. No cálculo destas provisões são utilizados métodos estatísticos, tanto estocásticos como determinísticos, apresentando ambos grau de complexidade com inúmeras hipóteses sujeitas a validação/revisão.</p> <p>Especificamente no que respeita a linha de negócios de acidentes do trabalho, o normativo português regula as tábuas de mortalidade e as taxas de desconto. Contudo, as mesmas poderão não ser as mais indicadas face à carteira da Companhia, pelo que carecem de revisão detalhada.</p> <p>Uma das incertezas mais significativas está relacionada com o cálculo de gastos a incorrer com sinistros graves que envolvam acidentes pessoais corporais (decorrentes da linha de negócio do Auto) e a determinação do valor atual das rendas que venham a ser definidas, assim como a eventual insuficiência das provisões para cobrir os riscos associados aos sinistros futuros.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A identificação, avaliação e teste à efetividade dos controlos-chave relacionados com o registo de apólices e o circuito do reporte e registo de sinistros, bem como a avaliação do desenho e implementação dos controlos associados ao reconhecimento e controlo das provisões técnicas; • A execução de procedimentos substantivos através da realização de testes com o objetivo de validar a coerência do nível de provisões registadas. Par tal procedemos à identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pela Companhia na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e • Revisão das metodologias utilizadas, incluindo os triângulos de sinistros pagos e ocorridos e o custo médio por sinistro, validando pontos críticos de julgamento como, a frequência de ocorrência, os fatores de desenvolvimento, a incorporação de melhorias nas tendências na projeção das provisões, e o <i>benchmarking</i> dos critérios-chave nas estimativas face ao conhecimento do setor. <p>Por fim, avaliámos se as divulgações efetuadas pela Companhia no Anexo às demonstrações financeiras, relativamente às provisões técnicas, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Valorização de Instrumentos financeiros, Terrenos e edifícios e Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Conforme divulgado nas Notas 3.2, 3.3 e 5, do Anexo às demonstrações financeiras (“Instrumentos Financeiros”, “Terrenos e edifícios” e “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”), as metodologias de valorização dos instrumentos financeiros e dos terrenos e edifícios requerem a utilização de pressupostos e julgamentos na determinação do seu justo valor.</p> <p>Os instrumentos financeiros, os terrenos e edifícios e investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos apresentados na Demonstração da posição financeira como ativos disponíveis para venda, terrenos e edifícios e investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, no montante global de 120 610 milhares de euros, representam 58% do total do ativo da Companhia, em 31 de dezembro de 2022.</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos montantes envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação, compreensão e avaliação dos controlos-chave implementados na Companhia, relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros; • Verificação dos preços provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Companhia e sua comparação com os preços utilizados, analisando quaisquer diferenças significativas, e • Para posições menos líquidas, revisão, em base de amostragem, dos modelos e principais pressupostos (quando aplicável) e dos suportes adequados para a valorização adotada pela Companhia. <p>No que respeita aos terrenos e edifícios, dos procedimentos de auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise à documentação de aquisição do novo edifício adquirido no ano de 2022; • Verificação sobre o correto registo contabilístico decorrente da avaliação, face ao montante apresentado pelo perito avaliador no seu último relatório de avaliação; • Análise dos relatórios de avaliação, efetuados por perito independente (nos que forem aplicáveis), de forma a entender a sua objetividade, abordagem e os seus resultados; e • Análise crítica dos pressupostos significativos, áreas de julgamento e ainda da sua razoabilidade com as condições de mercado. <p>No que respeita aos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, dos procedimentos de auditoria realizados, destacamos os</p>

seguintes:

- Análise da documentação de suporte relevante às operações de aquisição das novas participações realizadas em 2022; e
- Verificação sobre o correto registo contabilístico decorrente das aquisições realizadas.

Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas pela Companhia, no Anexo às demonstrações financeiras, relativamente aos Instrumentos Financeiros, aos Terrenos e Edifícios e aos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que

influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

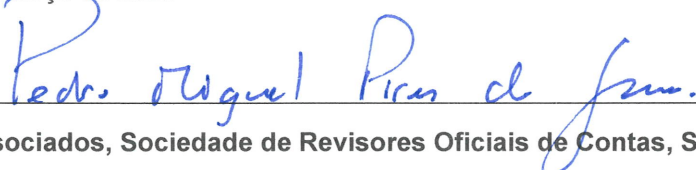
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2014, para um mandato compreendido entre 2013 e 2016, tendo este sido renovado em 20 de outubro de 2017 para o quadriénio 2017-2020. Em 9 de julho de 2019 fomos nomeados para um novo mandato compreendido entre 2019-2022, tendo sido obtida autorização expressa por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia em 22 de março de 2023; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 22 de março de 2023



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com n.º 20190019)